



**1º COLÓQUIO
BRASIL-COLÔMBIA
DE METODOLOGIAS
PARTICIPATIVAS
EM CULTURA,
COMUNICAÇÃO,
TERRITÓRIO E
MOVIMENTOS
SOCIAIS**

[EQUIPE EDITORIAL]

Diretor

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor Responsável

Prof. Dr. Silas Nogueira

Editores Científicos

Prof.^a Dra. Fabiana Félix do Amaral e Silva

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Prof. Dr. Wilton Garcia

Editor Executivo

João Roquer

Luís Antonio Matos

Projeto Gráfico

Jaqueline Restrepo Díez

Capa e Diagramação

Carol Ohashi

Revisão de Textos

Daniel Marcondes

Lilian Moraes

Valéria Aranha

Conselho Deliberativo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Prof.^a Dr.^a Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Prof.^a Dr.^a Luiza Cristina Lusvarghi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Prof. Dr. Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Prof.^a Dr.^a Andreia Terzariol Couto (UNIP)

Prof.^a Dr.^a Maria Ângela Pavan (UFRN)

Prof. Dr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Jr (ESPM)

Prof.^a Dr.^a Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Prof. Dr. Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València)
Espanha

Prof.^a Dr.^a Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)

Prof.^a Dr.^a Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Dr. Paul Heritage (University of London)
Reino Unido

Prof. Dr. Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC/UNISO)



CELACC

Centro de Estudos
Latino-Americanos
sobre Cultura
e Comunicação

Centro de Estudos Latino-Americanos
sobre Cultura e Comunicação
(Celacc)

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Prédio 09, Sala 08 Cidade Universitária
Butantã – São Paulo – SP
CEP. 05508-010
Tel/Fax: (11) 3091-4327
E-mail: celacc@usp.br



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ano XI – n. esp. (jun. 2018)



Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina
/ Centro de Estudos Latino-Americanos sobre
Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações
e Artes da Universidade de São Paulo – v. 11, n. esp.
(jun. 2018) – São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2018.

Número especial: 1º Colóquio Brasil-Colômbia
de Metodologias Participativas em Cultura,
Comunicação, Território e Movimentos Sociais.
ISSN 1519-6895
e-ISSN 2236-3467

1. Comunicação – América Latina 2. Cultura –
América Latina I. Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e Artes. Centro de
Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e
Comunicação.

CDD 21.ed. – 301.16098

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888

SIBi PORTAL DE REVISTAS
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

06

Metodologias participativas na análise de experiências de movimentos sociais nas periferias latino-americanas

Dennis de Oliveira

Fabiana Felix Amaral e Silva

23

Pesquisa ativista e a comunicação de ONGs de mulheres negras brasileiras

Céres Santos

37

Puntadas sobre la experiencia de un centro de investigación-acción: más allá de una reflexión metodológica

Tatiana Gutiérrez Alarcón

Andrea Neira Cruz

52

A sistematização de experiências na prática: a pesquisa sobre a história da ocupação o bairro Vila Operária III, em Guarulhos (SP)

Maíra Carvalho de Moraes

64

Descaso e deterioração do lugar de memória no caso da chacina da candelária no Rio de Janeiro

Guillermo Gumucio

Cristina Schmidt

80

Acción colectiva intercultural: reflexiones metodológicas desde y con el movimiento congreso de los pueblos (Colombia)

German Andrés Cortés

92

Las lógicas dominantes en los repertorios de acción colectiva de la ciudad de periferia: una lectura en clave de hábitat desde la propuesta de la central nacional provivienda en Colombia

Luis Alfredo Rodríguez Fonseca

Jairo Ernesto Bejarano Vargas

Apresentação

Descolonizar o conhecimento, conhecer para transformar

O Celacc organizou em 20 de outubro de 2017 o Colóquio Brasil-Colômbia de Metodologias Participativas em Estudos sobre Cultura, Comunicação e Território. Este evento foi construído durante a estada em Bogotá da equipe do projeto de pesquisa “Movimentos Sociais, Cultura, Comunicação e Território na América Latina” financiado pela FAPESP em junho e julho de 2017.

Em contato com vários pesquisadores de universidades, como a Universidad Minuto de Dios (Uniminuto) em particular o Centro de Estudios para el Desarrollo (CED); Universidad Externado, Universidad Nacional e outros intelectuais colombianos, tivemos a grata surpresa de que a metodologia participativa utilizada no nosso projeto de pesquisa também era discutida e aplicada em várias pesquisas realizadas pelos intelectuais colombianos.

Uma das características das metodologias participativas é a articulação e indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Com isto, estabelece-se um compromisso da academia com as demandas da sociedade e dos movimentos sociais fazendo com que a produção científica não seja uma mera erudição distanciada da realidade, mas um exercício constante de reflexão, entendida esta como pensar o feito (re-fletir) e contribuir para a constituição de novas estratégias.

Nos anos 1970 e 1980, a prática das metodologias participativas se inseria

no engajamento político de intelectuais comprometidos com os movimentos sociais, em especial em países que passaram por ditaduras militares, como foi o caso do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile. A grande inspiração teórica deste paradigma metodológico foi o educador brasileiro Paulo Freire cujas obras dos anos 1960 apontavam a necessidade da educação ser um espaço para a construção de uma reflexão crítica da realidade e se constituir como uma ação cultural para a libertação.¹

Os escritos de Paulo Freire muito se aproximam de uma tradição do pensamento latino-americano que considera a existência de uma “colonialidade do poder” e a necessidade de se construir uma perspectiva descolonial. Isto porque não se constata apenas uma estrutura de opressão do capital, como uma reflexão no paradigma marxiano nos aponta. Mas a este capitalismo também se inclui uma singularidade, que é o seu caráter dependente e tardio. Mais que isto ainda, que as nações latino-americanas tiveram boa parte da sua história marcada pela colonização europeia e por embates pela descolonização, tanto no aspecto político, como cultural – aqui é importante transcender de uma ideia de conflito cultural para além do pensamento gramsciano de se pensar a

1 Ver Paulo FREIRE. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

cultura popular como *bricolage* e *senso comum*,² mas como resistência identitária de povos originários (indígenas) e transplantados forçadamente (africanos e afrodescendentes) que foram escravizados, massacrados e destituídos das suas subjetividades.

Quando Paulo Freire articula o conceito de “cultura do silêncio” com o passado colonial em que a “metrópole fala, a colônia escuta”, sinaliza que a sua proposta de ação cultural para a liberdade é uma práxis descolonizadora. Assim como o filósofo argentino Enrique Dussel, na sua proposta de uma filosofia da libertação ser construída a partir da voz dos segmentos subalternizados.³

Por isto, a recuperação da perspectiva metodológica participativa é também um esforço teórico para se construir um pensamento descolonial. A opressão do capital globalizado nos dias de hoje se realiza pelo estabelecimento de um sistema-mundo em que os centros de comando do capital se legitimam pela concentração da ciência, tecnologia e conhecimento denso; e a base de sistema resta apenas a aplicação destes conhecimentos, muitas vezes não só estranhos a sua realidade mas também que servem como sustentáculos ideológicos da colonialidade do poder.

O compromisso estabelecido pelos pesquisadores desta perspectiva metodológica não se limitam as suas relações e aproximações com os movimentos sociais e, principalmente, a darem vozes a estes segmentos. Para além disto, ao buscar a construção de reflexões teóricas a partir dos diálogos estabelecidos com os sujeitos inseridos nos contextos das sociedades latino-americanas, o resultado aponta para a necessidade de elaboração de conceitos que rompam com a colonialidade do conhecimento, uma das variantes da colonialidade do poder.

Com este evento e a edição desta edição especial do *Extraprensa*, o Celacc reafirma o compromisso com o seu lema, criado pela sua fundadora, professora Maria Nazareth Ferreira: América Latina, conhecer para transformar.

Boa leitura

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Junho de 2018
Coordenador do Celacc

² Ver Álvaro BIANCHI. *O laboratório de Gramsci*. Campinas: Alameda Editorial, 2008.

³ Enrique DUSSEL. *Filosofia da libertação*. S. Paulo: Edições Loyola, 1978.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NAS PERIFERIAS LATINO- -AMERICANAS

[ARTIGO]

Dennis de Oliveira

Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes

Fabiana Felix Amaral e Silva

Universidade do Vale do Paraíba

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo apresenta a proposta de metodologias participativas utilizadas em projetos de pesquisa sobre movimentos sociais nas periferias latino-americanas e reflexões críticas sobre procedimentos metodológicos nos estudos de experiências de movimentos sociais.

Palavras-chave: Metodologias Participativas. Movimentos Sociais Latino-Americanos. Periferias Latino-Americanas. América Latina e Movimentos Sociais.

This article presents the proposal of participatory methodologies used in research projects on social movements in the Latin American peripheries and critical reflections on methodological procedures in the studies of experiences of social movements.

Keywords: Participatory Methodologies. Latin American Social Movements. Latin American Peripheries. Latin America and Social Movements.

El presente artículo presenta una propuesta de metodologías participativas utilizadas en proyectos de investigación sobre movimientos sociales en las periferias latinoamericanas y reflexiones críticas sobre procedimientos metodológicos en los estudios de experiencias de movimientos sociales.

Palabras clave: Metodologías Participativas. Movimientos Sociales Latinoamericanos. Periferias Latinoamericanas. América Latina y Movimientos Sociales.

Introdução

Este artigo trata das relações construídas entre a instituição universitária e os grupos minoritários em projetos de pesquisa e extensão. Parte de uma crítica à concepção de extensão meramente como uma socialização do conhecimento, que pressupõe um lugar privilegiado e soberano da produção do conhecimento – a universidade –, que, por esta razão, se constitui num lugar de fala legitimada pela racionalidade. Em contrapartida, os grupos sociais subalternos e as minorias se caracterizam pela negação do seu direito de fala e, portanto, de representação sócio-política, o que os coloca sempre na condição de serem alvos ou objetos de falas de outrem, inclusive da própria universidade.

Uma ação extensionista direcionada a grupos minoritários que se limita à transposição de narrativas na perspectiva da educação bancária de que fala Paulo Freire, ainda que bem intencionada, cristaliza as hierarquias de lugares de fala na medida em que consolida a ideologia de que a legitimação de fala passa pela apropriação acrítica das narrativas construídas no ambiente acadêmico e regidas pela lógica da racionalidade hegemônica.

Assim, a hipótese que se defende neste artigo é que as ações extensionistas devem ser vistas como uma “dimensão específica de produção de conhecimento”, centradas em procedimentos metodológicos participativos e que, portanto, se configuram como uma perspectiva singular de compreensão das experiências societárias da periferia e das suas organizações sociais. Nesta perspectiva, o dialogismo, a relativização de saberes consolidados e

o compromisso com o direito dos grupos minoritários a terem a sua voz reconhecida e representada são elementos centrais.

Para tanto, o artigo discorre sobre os conceitos de minoria e das cristalizações sociais, a divisão internacional do trabalho intelectual, os conceitos de Paulo Freire de educação bancária¹ e educação como ação cultural libertadora, as críticas às concepções tradicionais de extensão e a “sistematização das experiências”, proposta metodológica elaborada pelo educador peruano Oscar Jara (1998).

Espera-se com este artigo estimular uma reflexão na academia sobre os procedimentos metodológicos mais adequados à construção do conhecimento das experiências das populações periféricas e das classes subalternizadas.

As minorias e o questionamento da universalidade das narrativas

Na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom) funcionou até 2008 um grupo de trabalho intitulado “Comunicação e cultura das minorias”. Em 2005, na coletânea de artigos publicada pelo grupo, coordenado então pela professora Raquel Paiva, o texto de Muniz Sodré, intitulado “Por um conceito de minoria”, apresenta quatro características para o conceito de minoria:

¹ O conceito de educação bancária foi desenvolvido por Paulo Freire e exposto principalmente na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987).

1. Vulnerabilidade jurídico-social – O grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado “vulnerável”, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Donde sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento societário de seu discurso. 2. Identidade *in statu nascendi* – Do ponto de vista de sua identificação social, a minoria apresenta-se sempre *in statu nascendi*, isto é, na condição de uma entidade em formação que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes. Mesmo quando já existe há muito tempo, a minoria vive desse eterno recomeço. Por exemplo, um grupo como o dos curdos (Iraque), mesmo numeroso e antigo, constitui-se minoria ativa no interior do território nacional iraquiano. Nos Estados Unidos, os negros já puderam ser caracterizados como minoria, mas resta determinar o seu status atual na luta contra-hegemônica. 3. Luta contra-hegemônica – Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio sem objetivo de tomada do poder pelas armas. Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” dessa luta. Há até mesmo o risco de que as ações minoritárias possam ser empreendidas apenas em virtude de sua repercussão midiática, o que de algum modo esvaziaria a possível ação no nível das instituições da sociedade global. 4. Estratégias discursivas – Estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet) são os principais recursos de luta atualmente. (SODRÉ, 2005, p. 11)

Para chegar a esta caracterização, Sodré parte da concep o de minoria como aqueles a quem não se institucionaliza a permissão para ter voz própria, a ideia de menoridade, como o *enfant*, cuja condi o imposta o impede de ser representado *per si*. Fala-se por eles, mas se não lhes d  o direito de ter a própria voz.

A nega o da voz para estas minorias está diretamente ligada   emergência de um ser universal construído a partir das rela oes de dominância. Para Spivak (2010), a divisão internacional do trabalho, que hierarquiza lugares no capitalismo global e, por tabela, ocupantes destes lugares, constrói hierarquias de falas. Por isso, para ela, muitas vezes o Outro   construído teoricamente a partir do sujeito que fala. A partir disso, a pensadora indiana critica as apreensões desse “outro” por parte dos pensadores franceses pós-estruturalistas, principalmente por desconsiderarem essa divisão internacional do trabalho e a constitui o dos sujeitos desses lugares a partir das hierarquias sócio-político-econ micas.

  impossível para os intelectuais franceses contempor neos imaginar o tipo de Poder e Desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa. Não   apenas o fato de que tudo o que leem – crítico ou não – esteja aprisionado no debate sobre a produ o desse Outro, apoiando ou criticando a constitui o do Sujeito como sendo a Europa. (SPIVAK, 2010, p. 45-46)

Em outra perspectiva, Idelber Avelar (2011) lembra que a maior parte das narrativas e codifica es de direitos humanos   construída nos lugares onde se

originam as práticas políticas que geram as ações de desrespeito aos direitos humanos. Avelar retoma os conceitos de Giorgio Agamben (2002) de *bios* e *zoé* que apontam os lugares da “vida qualificada” e da “vida nua”, respectivamente – se na dimensão da “vida nua” há um reconhecimento da manutenção da vida humana, esta não é produto de preocupação, caso ela seja ceifada ou desqualificada, uma vez que está equiparada a qualquer outra existência na natureza.

Para Agamben (2002), a vida qualificada é a vida na *polis*, ou o que Aristóteles afirmava como o lugar onde se busca a felicidade pela ação política. Vida na *polis* sinaliza para o direito à fala na ágora, na praça pública – o reconhecimento do direito de fala. O discurso dos direitos humanos como fala autorizada na vida pública, uma vez que se fulcra no contrato social iluminista, só é autorizado, portanto, para os que estão participando da dimensão da *bios*.

Estas duas dimensões de vivência não são independentes, mas sim articuladas. Arendt, a partir das concepções de Aristóteles, afirma:

O domínio sobre as necessidades tem então como alvo controlar as necessidades da vida que coagem os homens e os mantêm sob seu poder. Mas tal domínio só pode ser alcançado controlando outros e exercendo violência sobre eles, que, como escravos, aliviam o homem livre de ser ele próprio coagido pelas necessidades. O homem livre, o cidadão da polis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial de outros. (2009, p. 159)

Desta forma, a liberdade necessária para os participantes da *bios* só é garantida pela existência de indivíduos na *zoé*. Libertação e opressão são, assim, domínios complementares. As narrativas de defesa dos direitos humanos que são elaboradas e institucionalizadas no domínio da *bios* em pretensa defesa da *zoés* somente se realizam nesta lógica pela hierarquização de lugares.

Avelar (2011) aponta outra questão importante nesta discussão. Para além da divisão internacional do trabalho, enfatizada por Spivak (2010), há a divisão internacional do trabalho intelectual, que explica uma universalização da condição ética e humana a partir da particularidade de um lugar hegemônico. Sustentando essa posição, ele afirma que,

[...] quando Michel Foucault mostra que o homem é uma invenção recente, co-extensiva à emergência dos domínios da vida (quando a biologia substitui a história natural), da linguagem (quando a linguística toma o lugar da gramática geral) e do trabalho (quando a economia política sucede a análise da riqueza), a ideia é que o humano não é uma essência universal imutável, e sim uma construção particular de uma cultura historicamente situada. Quando Jacques Derrida lê desconstrutivamente o humanismo francês pós-guerra, ele demonstra que ‘se bem que o tema da história esteja bastante presente no discurso dessa época, pratica-se pouco a história dos conceitos. Por exemplo, a história do conceito de homem nunca é interrogada’. No caso do texto de Derrida, o alvo é claramente Jean Paul Sartre, mas essa abordagem naturaliza-

da de noções tais como 'homem' ou 'moral' que Derrida critica no humanismo francês, encontra-se também na raiz dos ataques do *establishment* filosófico anglo-saxão ao suposto 'abandono' dos problemas humanos ou morais na teoria literária. (AVELAR, 2011, p. 159-160)

Em toda essa parte da sua obra, Avelar aponta os limites do liberalismo e humanismo primeiromundista, mais evidente ainda, segundo ele, com a internacionalização crescente dos debates éticos. Para ele, as premissas dos textos neste campo apontam claramente para a formulação de imperativos universais construída a partir de particularidades que expressam a sua hegemonia por estarem nos lugares autorizados de fala. Avelar afirma ainda:

[...] a emergência de uma moral moderna que pensou a si mesma como universal foi inseparável da premissa de uma 'missão civilizadora' das nações 'mais avançadas' e aqui há todo um laço implícito entre a ultraformalizada crítica da razão prática kantiana e o colonialismo. (2011, p. 165)

Diante disto, a emergência das falas dos grupos subalternizados, colocados nos lugares de minoria conforme a conceituação proposta por Sodré, constituem um campo de conflitos de significação. Ainda nas palavras de Avelar,

[...] quando os grupos sociais subalternos se colocam a tarefa de criticar as noções disponíveis de universalidade, eles não podem senão incorrer no que Judith Butler chamou de 'contradição performativa'. Ao reivindicarem seu

pertencimento a este universal, eles expõem o caráter contraditório das formulações anteriores, convencionais, do universal. (2011, p. 165)

As relações entre a instituição universitária e as classes subalternizadas pressupõem uma relação entre um lugar autorizado de fala (a universidade) legitimado pela racionalidade com lugares colocados à margem destas autorizações. As ações extensionistas, portanto, estariam vinculadas a uma socialização parcial, a uma concessão de parte desta legitimação de lugares de fala ou ainda a apropriação de determinadas demandas. Dependendo das perspectivas éticas e metodológicas da sua realização, a extensão universitária pode cristalizar estes lugares ou sinalizar para possibilidades emancipatórias.

Extensão ou comunicação, um debate ainda atual

Em "Extensão ou Comunicação", obra originalmente publicada em 1968, Paulo Freire faz uma crítica ao conceito gnossiológico de extensão, associando-o à concepção de educação bancária, da hierarquização de saberes. Estas inferências freireanas decorrem da sua concepção de humano como um ser que se forma na práxis, na relação dinâmica com o ambiente e suas práticas de transformação do mesmo. Neste sentido, os conhecimentos e as técnicas empregadas decorrem não de uma neutralidade universalista, mas de uma experiência vivida.

Conforme o autor:

Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém – que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de, ser “tratado” como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um “saber cabal”, já que pertence à esfera da mera opinião (doxa), como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a razão das mesmas? (FREIRE, 1983, p. 15)

Freire afirma que sistemas de opressão desumanizam tanto o opressor como o oprimido. Por isto, entende ele que a ação dos oprimidos liberta tanto eles próprios como os seus opressores. Isto porque uma relação de dominação implica necessariamente uma desumanização. (FREIRE, 1983)

A grande inovação exposta no pensamento de Freire é pensar que os processos emancipatórios são construídos coletivamente. Para Freire, “ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A

consciência se constitui como consciência do mundo.” (1987, p. 8) Isto porque para o pensador brasileiro um sistema de opressão objetifica o oprimido e desumaniza o opressor, na medida em que constrói uma relação não entre seres humanos, mas sim entre um ser que se pretende vivo e outro que se considera objeto. Para fundamentar este pensamento, Freire lembra a ideia de necrofilia fundamentada por Erich Fromm, que diz:

Enquanto a vida se caracteriza pelo crescimento de uma maneira estruturada, funcional, o indivíduo necrófilo ama tudo que não cresce, tudo que é mecânico. A pessoa necrófila é movida pelo desejo de converter o orgânico em inorgânico, de olhar a vida mecanicamente e como se todas as pessoas viventes fossem coisas. Todos os processos, sentimentos e pensamentos da vida se transformam em coisas. A memória e não a experiência, ter e não ser, é o que conta. O indivíduo necrófilo pode realizar-se com um objeto – uma flor ou uma pessoa – unicamente se o possuir; em consequência, uma ameaça a sua posse é uma ameaça a si mesmo; se perde a posse, perde o contato com o mundo. Ama o controle e o ato de controlar, mata a vida. (FROMM, s.d., apud FREIRE, 2011, p. 29)

Assim, é na perspectiva do diálogo que Freire constrói sua ideia de emancipação. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”, afirma Freire (2011). A libertação é, desse modo, uma práxis coletiva.

O raciocínio de Freire segue a seguinte lógica: os mecanismos de opressão

se expressam, simbolicamente, pela naturalização das condições de hierarquia existentes. É em função desta naturalização das hierarquias que emerge o conceito freireano de cultura do silêncio.

Freire (1976) aprofunda mais o seu conceito de cultura do silêncio articulando-o com o passado de colonização:

Só é possível compreender a cultura do silêncio se a tomarmos como uma totalidade que é, ela própria, parte de um todo maior. Neste todo maior devemos reconhecer também a cultura ou culturas que determinam a voz da cultura do silêncio. [...] A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. Apenas quando o povo da sociedade dependente rompe as amarras da cultura do silêncio e conquista o seu direito de falar – quer dizer, apenas quando mudanças estruturais radicais transformam a sociedade dependente – é que esta sociedade como um todo pode deixar de ser silenciosa em face da sociedade metropolitana. (p. 70-71)

Os escritos de Freire foram produzidos como reflexões das suas atividades como educador entre camponeses de países da América Latina, daí a sua constante articulação com a colonização. Diante disto, é importante salientar que os mecanismos de opressão expressos na cultura do silêncio na sociedade brasileira ocorrem como produto de um passado colonial, como uma perenidade de uma tradição marcada pelo patrimonialismo, colonialismo e escravismo.

Outro pensador latino-americano, Martín-Baró (1985), aponta os obstáculos de natureza objetiva e subjetiva para a democracia neste continente. Entre os obstáculos de natureza objetiva, Martín-Baró cita a concentração do poder econômico nas mãos de uma elite oligárquica, a ação imperialista dos Estados Unidos legitimada ideologicamente pela doutrina de segurança nacional e o poder militar constituído de forma a conter as reivindicações populares. Já quanto os aspectos subjetivos, Martín-Baró afirma que,

[...] desde un punto de vista psicosocial, el terreno privilegiado de la ideología dominante en un orden social es el del 'sentido común' o, como dice Garfinkel, la 'cultura común'. El sentido común está constituído por todos aquellos presupuestos que hacen posible la vida cotidiana, la interacción 'normal' entre las personas, aquellos elementos que se asumen como obvios y por ello mismo nunca o rara vez se someten a cuestionamiento y revisión. Todo lo que en una sociedad se estima como 'de sentido común' es identificado con 'lo natural', situándolo de esta manera por encima de las vicisitudes históricas. Cuando

las exigencias objetivas de un sistema social logran articularse como exigencias subjetivas de sentido común que se traducen en hábitos, rutinas y roles estereotipados, puede afirmarse que ese sistema ha echado raíces. (1985, p. 105)

Esta naturalização dos processos sociais de que falam Freire (2011) e Martín-Baró (1985) apontam para um “fatalismo” no qual a pobreza, os problemas sociais, as precariedades são produtos da própria forma de ser:

La cultura de los pueblos latinoamericanos no constituye la raíz básica de su subdesarrollo, como parecen afirmar ciertos enfoques psicologistas. Sin embargo, sí es cierto que esa cultura logra cerrar el universo de sentido en el que los grupos y las personas se mueven, distorsionando la percepción de la realidad e inhibiendo así los procesos de cambio. Es claro que el fatalismo latinoamericano, ya sea referido a un presunto orden natural o a la voluntad de Dios, ha bloqueado importantes dinamismos históricos. (MARTÍN-BARÓ, 1985, p. 105)

Esta vontade divina que sustenta uma cultura de opressão, como demonstra esta afirmação de Martín-Baró, hoje é expressa pelo poder do espetáculo midiático, das celebridades midiaticizadas que transformam a sua vida em sonhos de consumo.

Daí então é que os aspectos opulentos da vida de tais celebridades espetacularizadas pela mídia ganham notoriedade e audiência, transfigurando o chamado interesse público, no sentido da relevância pública, isto é, dos impactos que determinados fenômenos têm no

conjunto ou na maioria da sociedade, em interesse do público, que se legitima única e exclusivamente pela curiosidade e preferências individuais.

Freire (1976) fala da sujeição construída na relação de trabalho – a naturalização, segundo ele, se dá na medida em que os trabalhadores não percebem que o mundo vivido é produto do trabalho coletivo, do qual eles são sujeitos. O conceito de Freire é muito próximo da ideia de “fetichização da mercadoria”, de Marx (1988), que ocorre, segundo ele, pela alienação por parte dos produtores (a classe trabalhadora) em relação aos produtos transformados em mercadorias e submetidos a uma relação de valores de troca. Paulo Freire contrapõe, à cultura do silêncio, o conceito antropológico de cultura. Segundo Lima,

Freire era coordenador do Projeto de Educação de Adultos do Movimento de Cultura Popular do Recife quando lançou o círculo de cultura, mais tarde denominado contexto teórico. [...] Utilizando recursos visuais para debater temas levantados pelos próprios participantes, Freire e seus companheiros tentavam ‘ou clarificar situações ou buscar a ação derivada dessa clarificação’. Inúmeros aspectos da realidade brasileira da primeira metade dos anos 1960 foram discutidos nos círculos de cultura. [...] A experiência do círculo de cultura foi a origem imediata do famoso método de Freire para educação de adultos. Mas a discussão fecunda dos diversos aspectos da realidade brasileira também deu origem àquilo que Freire chamaria mais tarde de ‘temas dobradiça’. Trata-se de temas não sugeridos pelos analfabetos

e que são apresentados pelo professor-aluno. O conceito antropológico de cultura foi o primeiro desses temas dobradiça utilizados por Freire, antecedendo ao início do processo de alfabetização propriamente dito. (2011, p. 114-115)

O conceito antropológico de cultura foi elaborado a partir da discussão de situações existenciais em que é explicitada a relação de transformação da natureza operada pelos seres humanos, independente da sua condição social. Toda a realidade que cerca o ser humano é produto do trabalho humano no qual todos participam de uma forma ou de outra, ainda que muitas vezes não tenham consciência disso.

Nos círculos de cultura, Freire mostrava imagens de seres humanos tirando água do poço, caçando, pescando, plantando, enfim, intervindo na natureza para construir suas condições de existência. Isso ocorre desde processos mais simples, como exemplificados nos círculos de cultura, até os mais complexos, como, por exemplo, as cadeias produtivas globais do capitalismo contemporâneo que articulam trabalhos científicos complexos com extração de matérias-primas em condições precárias – tudo para produção de produtos com alto valor tecnológico agregado.

Ao descobrir-se como produtor e, mais que isto, descobrir que a condição humana é dada pela ação social sobre a natureza, o conceito antropológico de cultura estabelece-se como a antítese da cultura do silêncio (em que há uma naturalização das condições e de um mutismo perante a uma realidade que se apresenta como acima – e não como produto – da ação humana).

É desta contradição que surge a proposta de Freire de entender a educação como ação cultural:

Não há nenhum outro contexto em que o conceito de cultura se revele tão claramente em Freire como no de ação cultural. A ação cultural é equiparada a educação, não podendo ser adequadamente compreendida sem um conhecimento prévio tanto do conceito de cultura do silêncio como do conceito antropológico de cultura. Pode-se dizer ainda que a ação cultural é o conceito mais dialético da linguagem relacional de Freire, cuja explicação é tão difícil quanto sua apreensão. (LIMA, 2011, p. 130)

O pensamento de Paulo Freire aponta para a ruptura com uma tradição epistêmica de se considerar o ser humano em uma dimensão autocentrada, de forma que os problemas ontológicos residem na relação com o outro – o outro sempre visto como potencial adversário ou como um limitador da sua liberdade (o que é expresso, por exemplo, na propensão à agressividade no pensamento freudiano).

É neste sentido que Paulo Freire critica, além dos mecanismos educacionais que reproduzem a lógica da opressão, as tentativas de “emancipação” construídas sem o diálogo com os oprimidos. Este é o sentido da frase contida na obra *Pedagogia do Oprimido*: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”. (FREIRE, 1987)

Ainda segundo o autor:

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser

feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a sua luta por libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor. O que pode e deve-se variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo antidiálogo, pela sloganização, pelos comunicados, pela verticalidade é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos de domesticação. Pretender a libertação destes sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair em um engodo populista e transformá-los em massa de manobra. (1987, p. 29)

A dialogia é, então, mais que um mero procedimento metodológico; é um componente fundamental em uma ação cultural emancipatória ou ação cultural para a liberdade, como Freire denomina a sua proposta educativa.

O conceito clássico de extensão, criticado por Freire na obra *Extensão ou Comunicação*, está diretamente ligado a essa reflexão. Em determinada parte dessa obra, Freire fala de “invasão cultural”, os procedimentos extensionistas dentro de uma concepção de transposição de conhecimentos gerados em contextos estranhos ao da comunidade “alvo”. Ao propor o termo “comunicação” no lugar de extensão, Freire sinaliza uma relação dialógica – comunicação aqui vista como processo de interação entre partes, comum + ação – na qual o conhecimento é construído dialogicamente. (FREIRE, 1983)

Uma ação extensionista nessa perspectiva necessita de procedimentos metodológicos distintos, que tenham a preocupação de construção coletiva do conhecimento como elemento central.

Por uma metódica dialógica

Milton Santos (1998) afirma que a ideia de cidadania no Brasil parte, principalmente, das classes subalternas. Em entrevista concedida à revista *Caros Amigos*, edição de agosto de 1998, Santos afirma que

[...] a política é feita pelas grandes empresas. Os políticos não fazem política, o aparelho de Estado não faz política, são porta-vozes. O povo faz política, os pobres é que fazem política. Porque conversam, porque conversando eles defrontam o mundo, e buscam interpretar o mundo. E agem, quando podem, em função do mundo. Creio que essa é a questão do MST. O outro aspecto é que a organização é importante, e a desorganização também. A organização conduz obrigatoriamente a palavra de ordem, a certa necessidade imposta. Tem de ter as duas coisas. E, para voltar ao que o Sérgio sugeriu, o que as periferias revelam é um pouco isso. Só que não estamos preparados para entender. (ago. 1998, p. 27)

Mais adiante, Santos afirma que

[...] a gente quer repetir a interpretação do Brasil através do que aprendeu na Europa e nos Estados Unidos com a classe média, porque pobres não havia. Na Europa em que essa geração estudou quase não tinha pobre, e a classe

média era defensora da democracia e do seu aperfeiçoamento. Tanto que houve a expansão da social-democracia, que era uma forma de aperfeiçoamento da democracia. E os pobres são tratados por nós, que aprendemos a epistemologia europeia na universidade, como o chantilly no bolo. A gente faz a construção, depois coloca o pobre em cima. Partidos de esquerda também fazem isso. Quer dizer, a construção toda é de classe média, e depois os pobres são colados lá em cima, porque resta aquela ideia de que a classe média queria defender os princípios fundamentais da humanidade e que os pobres, coitados, não têm nenhuma possibilidade de ser visionários, porque estão no dia a dia, 'vivendo da mão para a boca'. O dia a dia era considerado pela antropologia e sociologia oficiais como algo que impedia qualquer vocação para o futuro. Quando é o contrário, porque quando tenho todos os dias que renovar o meu estoque de impressões, de conhecimentos, de luta, que é o que o povo faz, sou obrigado a renovar também a minha filosofia, vamos dizer assim. Quer dizer, todos os dias o povo se renova, e num país como o Brasil, essa urbanização tão galopante, tão rápida, essa mudança de lugar (reivindico o assunto para a minha área) tem um papel extraordinário na produção desse outro homem, já não tão seguro, ainda que ao mesmo tempo lhe ensinam que o consumo é bom, e o façam crer que ele vai poder consumir. (ago. 1998, p. 27)

Há, assim, uma tentativa de recuperação da política no espaço ocupado pelas classes subalternas (os "pobres", na afirmação de Santos), tanto de forma or-

ganizada e institucionalizada pelos movimentos sociais, quanto por fora dessa "organização", nas periferias. O movimento de reconstrução, de ressignificação operado pelas classes subalternas como forma de resistência e até sobrevivência aos mecanismos de opressão é o elemento fundante da construção desse novo espaço da política, segundo Santos.

Oscar Jara, educador peruano, em meados da década de 1990, elaborou uma proposta metodológica intitulada "sistematização das experiências" como uma forma de realizar procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais a fim de instrumentalizar suas formas de renovação e readequação. Embora a perspectiva freireana não seja necessariamente a mesma proposta por Jara, entende-se que a sua preocupação em constituir um procedimento metodológico que parta da análise de "experiências vividas" pelas classes subalternas é um denominador comum.

Em um texto de 1994, Jara apresenta as seguintes justificativas para propor o seu método de sistematização:

[...] el nuevo escenario de este fin de siglo ha puesto em cuestión las prácticas y las concepciones teóricas de los movimientos sociales y las ciencias sociales latinoamericanas. Nos enfrentamos a nuevas preguntas y a desafíos inéditos. Es un momento histórico privilegiado para la creación, pero las respuestas a las nuevas preguntas no van a surgir de ningún otro lugar sino de la propia experiencia histórica acumulada. Lamentablemente no hemos acumulado aún los aprendizajes necesarios con-

tenidos en esas experiencias. La sistematización, como ejercicio riguroso de aprendizaje e interpretación crítica de los procesos vividos, sigue siendo una tarea pendiente y hoy – más que nunca – puede contribuir de forma decisiva a recrear las prácticas de los movimientos sociales y a renovar la producción teórica de las ciencias sociales, desde la experiencia cotidiana de los pueblos de América Latina, em particular, de aquellas comprometidas con procesos de educación y organización popular. (JARA, 1994, p. 11)

Mais tarde, Jara afirma que “la sistematización de las experiencias está comenzando a dejar de ser tarea pendiente” (JARA, 1998), pois várias iniciativas de instituições de educação popular e acadêmicas têm contribuído para gerar novos elementos para aprofundar o método e as reflexões teóricas advindas dele.

Extraíndo reflexões a partir de um estudo realizado com camponeses deslocados na Guatemala por conta da violência e da repressão política, Jara propõe que as interpretações das experiências sistematizadas devem ser “integrals e dialéticas”, levando em consideração os seguintes elementos:

- entender as experiências com todas as nossas capacidades humanas (mentais, sensíveis, emotivas, intuitivas);
- entender as diferentes etapas, as mudanças mais importantes, as razões dessas mudanças e seus efeitos;
- entender como os momentos de mais dificuldades contribuíram a que se

tenha maior criatividade para buscar soluções;

- entender a relação entre o pequeno e o grande, entre o particular e o geral;
- entender a particularidade das experiências dentro da estrutura econômica, social, política e ideológica do país;
- entender como se localiza nossa experiência no transcurso da história;
- entender como os elementos culturais e que marcam nossa identidade estão presentes em cada experiência;
- entender, a partir de várias experiências particulares, fatores que podem sinalizar certas generalizações e reflexões teóricas. (JARA, 1998)

A proposta de Jara compreende uma observação densa de processos cotidianos e uma reflexão constante a respeito, articulando-se dialeticamente com elementos conceituais:

La sistematización crea nuevos conocimientos a partir de la experiencia concreta, pero, em especial – em la medida em que su objeto de conocimiento son los procesos sociales y su dinamica – permite aportar a la teoria algo que le es próprio: explicaciones sobre el cambio em los procesos. (JARA, 1998, p. 13)

O método de Jara traz uma outra novidade, que é a substituição do tradicional “marco teórico” por “contexto teórico”. Para ele, contexto teórico se define como um conjunto de categorias de análise que nos serve de referência para iniciar a sistema-

tização, todos os conceitos e conhecimentos com os quais fundamentamos a prática, o que fazemos, os objetivos, prioridades e procedimentos. Ou, como ele mesmo diz, “nuestra apuesta institucional, nuestra vision del contexto y la coyuntura, nuestras afirmaciones sobre el sentido del trabajo que realizamos”. (JARA, 1998)

A distinção entre contexto teórico e marco teórico está em que as categorias conceituais têm um caráter mais claro de definição de posição e visão de mundo, e não apenas, necessariamente, repertórios de autores ou erudição.

É com base nisso que Jara entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista como um reordenamento ou uma reconstrução do processo vivido e suas interconexões.

Jara afirma que a sua proposta de sistematização não aspira a olhar as experiências com objetividade, mas sim objetivar a experiência vivida:

Se trata de describir, ordenar, clasificar, los hechos, situaciones, pensamientos, intuiciones com los que hemos actuado em la practica, para tomar distancia de ellos, para sacarlos de nosotros mismos y proyectarlos fuera, objetivando sus características y condiciones. (1998, p. 13)

As perguntas que devem ser respondidas são: “por que aconteceu o que aconteceu?” e “por que não aconteceram outras coisas?”. Em outras palavras, de forma “rigorosa intelectualmente”, como afirma Jara, podem-se desvendar componentes e os seus trajetos a partir de uma perspectiva processual.

Procedimentos metodológicos participativos nas periferias latino-americanas

No projeto de pesquisa intitulado “Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina”, desenvolvido pelo CELACC, a proposta metodológica de Jara é realizada a partir dos seguintes procedimentos:

- identificação e territorialização dos problemas a partir da percepção dos participantes;
- socialização de informações produzidas pelos participantes;
- reflexão coletiva a partir de elementos informativos gerais perpassados pelos pesquisadores;
- sistematização das experiências a partir das questões: “por que as coisas se passaram assim?” e “por que não se passaram de outra forma?”.

A pesquisa está sendo realizada com lideranças de movimentos sociais em São Paulo (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia). A escolha desses países deve-se tanto às especificidades políticas, econômicas e culturais quanto à forma como vêm se configurando os novos movimentos sociais. O trabalho pretende construir uma análise comparativa e reflexiva que evidencie as similitudes e as diferenças das diversas experiências analisadas para a reconceitualização dos movimentos sociais na América Latina. Serão analisados dois movimentos sociais de cada cidade. O critério de seleção de

tais movimentos será: movimentos que se organizam em forma de “coletivos horizontais”, que sejam liderados por jovens negros e/ou indígenas e que tenham uma atuação em territórios periféricos das metrópoles escolhidas.

Essas etapas são realizadas por meio de oficinas e seminários reunindo ativistas e lideranças de movimentos sociais diversos, em que os objetivos do projeto são apresentados e repensados a partir da discussão coletiva. Esta experiência de reflexão tem permitido a construção de um panorama de relações e questionamentos iniciais que dão subsídios para a leitura problematizadora de algumas discussões: o modelo neoliberal de cidade e as relações de poder estabelecidas; o levantamento das causas e consequências destas relações; a identificação da correlação das ações dos grupos com as dimensões mais amplas da política e da economia; o levantamento dos processos comunicacionais dos grupos e as estratégias de resistência. O processo de discussão por meio de rodas de conversa em pequenos grupos, mapeamentos das iniciativas, reflexões sobre narrativas midiáticas é registrado em diários de campo pelos pesquisadores.

Outro procedimento metodológico importante são as reflexões retrospectivas e prospectivas das experiências. A importância destas reflexões decorre de que sinalizam como os saberes vividos são introjetados nas consciências dos participantes das experiências e como estas constituem suas experiências e, por sua vez, como sinalizam para as perspectivas (prospecções). Com isto, é possível visualizar não só as posições de classe, mas

também as suas trajetórias². Portanto, na perspectiva da análise e reflexão do processo vivido, alguns desses grupos têm identificado a necessidade de levantar criticamente suas estratégias de ação e, desse modo, suas relações com os diversos atores envolvidos e os diferentes âmbitos de suas ações políticas.

O conjunto de informações é complementado por depoimentos prestados pelas lideranças dos movimentos sociais, coletados formalmente (por meio de entrevistas gravadas e transcritas) e informalmente (por meio de rodas de conversa registradas em diários de campo). Completam ainda o *corpus* imagens produzidas pelos ativistas participantes, palavras destacadas nas reflexões em grupo (como tagueamentos), procedimentos de autoavaliação.

Com esses procedimentos, o projeto espera atingir os seguintes resultados:

- sistematização das ações culturais e comunicacionais identificadas;
- análise da intencionalidade das ações identificadas e do alcance dos objetivos de cada movimento investigado;
- reflexão sobre os depoimentos colhidos entre os agentes e as suas motivações;

2 Pierre Bourdieu aponta que, nos campos de interação, as classes sociais se definem não apenas pelas suas posições, mas também pelas suas trajetórias, que sinalizam uma gramaticalidade das suas narrativas e posturas, ou o que ele chama de *habitus*. Ver em BOURDIEU, P. Economia das Trocas Simbólicas. S. Paulo, Perspectiva.

- análise da correspondência entre as percepções colhidas através do trabalho de campo e as hipóteses formuladas no projeto;
- reconceituação dos movimentos sociais latino-americanos;
- compartilhar as experiências e comunicar a aprendizagem.

terminados grupos ao estabelecer diálogos e, portanto, reconhecimento de vozes, incorporando-as no processo de construção social do conhecimento. ■

Considerações finais

Entendendo a pesquisa e extensão como uma prática que possibilita o diálogo entre lugares legitimados de fala (a universidade) e lugares destituídos da fala (os grupos minoritários ou subalternizados) e dentro dos marcos do pensamento de Paulo Freire e da proposta metódica de Oscar Jara, a prática da pesquisa e extensão deve ser vista para além de uma mera socialização dos conhecimentos, mas sim como uma *dimensão específica de construção do conhecimento*.

A especificidade dessa dimensão de construção do conhecimento reside na particularidade metodológica que parte da observação e da sistematização de experiências vividas não para transportar mecanicamente uma narrativa construída em um lugar estranho ao lugar minoritário para emprestar parcelas de legitimidade, mas para construir conhecimentos a partir do diálogo com outras vivências.

Dessa forma, as práticas metodológicas adotadas rompem com a negação da voz estruturante da minorização de de-

[DENNIS DE OLIVEIRA]

Professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP. Chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), professor dos Programas de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp) da EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) e de Integração da América Latina (Prolam). Coordenador do CELACC (Centro Latino Americano de Estudos de Cultura e Comunicação). Coordena o projeto "Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina", financiado pela FAPESP.
E.mail: dennisol@usp.br

[FABIANA FELIX AMARAL E SILVA]

Pesquisadora do CELACC (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação) da USP, pós-doutora pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP e pós doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba - PPGPLUR UNIVAP. Pesquisadora-senior do projeto "Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina" financiado pela FAPESP.
E.mail: fabiana.amaral@gmail.com

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

AVELAR, Idelber. **Figuras da violência**: ensaios sobre narrativa, ética e música popular. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Iluminuras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JARA, Oscar. **El aporte de la sistematización a la renovación teórico-prática de los movimientos sociales**. São José: Alforja, 1998.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. São José: Alforja, 1994.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Fund Perseu Abramo, 2011.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Acción e ideologia. **Boletín de AVEPSO**, El Salvador, vol. 11, n. 3, dic. 1985.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988.

SANTOS, Milton. **Milton Santos**: entrevista [ago. 1998]. Entrevistadores: Marina Amaral et al. São Paulo: Revista Caros Amigos, ed. 17, 1998.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PESQUISA
ATIVISTA E A
COMUNICAÇÃO
DE ONGS DE
MULHERES
NEGRAS
BRASILEIRAS

[ARTIGO]

Céres Santos

Universidade do Estado da Bahia

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Neste artigo faço uma breve revisão bibliográfica sobre a aplicação da metodologia pesquisa ativista – observando suas semelhanças e distinções em relação à pesquisa-ação e à pesquisa participante – em uma tese de doutorado que trata da comunicação na vida de mulheres negras brasileiras, a partir do uso e apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Para isso, recorro a Hale (2001, 2008) e Vargas (2008), para tratar da pesquisa ativista; Borda (1978), Thiollent (2011), Bringel e Maldonado (2016), Bringel e Varella (2017), Brandão e Borges (2007), e a Peruzzo (2005), que discorrem sobre investigação-ação, pesquisa participante e pesquisa-ação. O estudo aponta as possibilidades de a pesquisa ativista potencializar reflexões e intervenções sobre as lutas das mulheres negras brasileiras por meio da comunicação, de quatro organizações não governamentais (ONGs).

Palavras-chave: Pesquisa Ativista. Pesquisa-Ação. Pesquisa Participante. Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. TICs.

In this article, I provide a brief bibliographic review on the application of activist research methodology - observing its similarities and distinctions with action-research and participant research - in a doctoral thesis that deals with Communication in the lives of black Brazilian women, in terms of their employment and utilization of Communication Technologies (CT). In that sense, I turn to Hale (2001, 2008), Vargas (2008) in order to address activist research; (1978), Thiollent (2011), Brandão and Borges (2007) and Peruzzo (2005), who discuss action-investigation, participatory research and action-research. This study, also, draws attention to the possibilities of activist research, eg.: reflections and interventions in the realm of the struggles of black Brazilian women through Communication, focusing on four non-governmental organizations (NGOs).

Keywords: Activist Research. Action Research. Participant Research. Black Brazilian Women Organizations. TICs.

En este artículo realizo una breve revisión bibliográfica sobre la aplicación de la metodología pesquisa activista - observando sus semejanzas y distinciones con la pesquisa-acción y pesquisa participante - en una tesis de doctorado que trata de la Comunicación en la vida de mujeres negras brasileñas a partir del uso y apropiación de las Tecnologías de la Comunicación (TIC). Para ello, recorro a Hale (2001, 2008), Vargas (2008), para tratar de la pesquisa activista; a Borda (1978), Thiollent (2011), Brandão y Borges (2007) y a Peruzzo (2005), que discurren sobre investigación-acción, pesquisa participante y pesquisa-acción. El estudio aun apunta para las posibilidades de la pesquisa activista, por ejemplo, potencializar reflexiones e intervenciones sobre las luchas de las mujeres negras brasileñas, por medio de la Comunicación, de cuatro organizaciones no gubernamentales (Ong).

Palabras clave: Pesquisa Activista. Pesquisa-acción. Pesquisa Participante. Organizaciones de Mujeres Negras Brasileñas. TICs.

Introdução

Este artigo faz uma revisão bibliográfica e comparativa da pesquisa ativista, pesquisa-ação e pesquisa participante, para justificar a utilização da pesquisa ativista – uma metodologia da Sociologia – na área de Comunicação Social. Esse deslocamento parte do princípio de que as relações sociais são mediadas pela comunicação e a transdisciplinaridade provoca uma hibridização, uma ruptura das fronteiras do conhecimento, aproximando experiências sociais exitosas e tonificantes à experiência humana e aos movimentos sociais, por exemplo. Meu propósito em provocar essa aproximação da Sociologia com a Comunicação, por meio da pesquisa ativista, é focar, com mais insistência e profundidade, as ações de organizações de mulheres negras brasileiras¹ quanto ao uso e apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para ampliar seus ativismos e feminismos negros.

Nesse sentido, este artigo faz uma breve introdução, tratando da transdisciplinaridade no uso, em Comunicação, de uma metodologia da Sociologia; define pesquisa ativista, pesquisa-ação e pesquisa participante; identifica semelhanças e distinções entre essas e em relação a outras proposições metodológicas. Em seguida, o artigo trata, de forma resumida, das características das organizações de mulheres negras brasileiras e do uso da

pesquisa ativista em um estudo sobre comunicação nessas organizações.

Na atualidade, as TICs vêm promovendo mudanças significativas na sociedade, em geral, e no campo da Comunicação Social, mais especificamente, fertilizando novos desafios e paradigmas, embora as redes sociais no ciberespaço demonstrem a existência de brechas digitais de gênero, por exemplo, numa reprodução das exclusões de várias ordens ainda existentes no mundo não virtual, como as de raça, religiosidade e classe social.

Mas, mesmo em um cenário digital refratário à diversidade de raça, classe, sexualidade, religiosidade, tem-se evidenciado uma maior divulgação e um maior alcance dos conteúdos discursivos das ONGs estudadas de mulheres negras brasileiras, a partir do uso e apropriação das redes sociais, como *sites*, *blogs*, *Facebook* e *Instagram*.

Considero a metodologia proposta pela pesquisa ativista uma das mais apropriadas para abordar a expansão do ativismo de mulheres negras pelas TICs, porque ela propicia o desenvolvimento de um estudo científico no qual o(a) pesquisador(a) não negue seu envolvimento nem com o tema nem com as participantes que contribuem na pesquisa. Em síntese, a pesquisa em questão procura identificar a interferência do uso e apropriação das TICs e os caminhos percorridos por essas mulheres negras brasileiras para terem acesso a um dos direitos humanos, a comunicação.

É a comunicação um meio que permite visibilizar os discursos das mulheres negras e, também, a construção de novas redes que promovam uma prática cidadã

¹ A pesquisa está sendo desenvolvida em quatro ONGs brasileiras: Instituto da Mulher Odara (Bahia), Instituto Flores de Dan (Bahia), Associação de Mulheres Rendeiras (Pernambuco) e Criola (Rio de Janeiro).

e, ao mesmo tempo, um reforço dos laços diaspóricos dessas mulheres. Mas, por outro lado, também é necessário observar se o uso das ferramentas oferecidas pelas TICs tem implicado reflexões sobre a comunicação enquanto um campo de conhecimento, ou a respeito dos meios de comunicação enquanto empresas hegemônicas, com discursos, representações e estereótipos, que têm restringido o acesso dessas mulheres ao discurso midiático.

Pesquisa ativista e as desigualdades e exclusões

Ao tratar dos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa ativista, Hale² (2001, p. 13) salienta duas de suas proposições: a) a rejeição à ideia de que o comprometimento político do(a) pesquisador(a) coloca sob suspeita o rigor acadêmico do trabalho; b) acreditar que esse “comprometimento” potencializa um consistente conhecimento do problema, podendo contribuir no aprofundamento da sua compreensão teórica. Em razão disso, a experiência anterior do(a) pesquisador(a), no caso do trabalho já citado, ligada à área de Comunicação Social e a organizações do Movimento Negro e de

² Hale é diretor do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade do Texas/Austin e professor de Antropologia e um dos responsáveis pela oferta do XI Curso de Atualização: A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas (20017), por meio de parceira do Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana (AADS, Universidade do Texas), do Instituto Lozano Long de Estudos Latino-Americanos (LLILAS) e da ONG brasileira Criola.

Mulheres Negras brasileiras, associada ao tipo de interação que o grupo de ONGs participantes tem nessa pesquisa, pode se reverter em contribuições para a continuidade e aprimoramento dessas ações, que denunciam desigualdades e sugerem políticas públicas para a alteração dessa realidade. Sendo assim, meu ativismo não deve ser interrompido nem precisa ser um impedimento para o desenvolvimento da pesquisa.

Afinal, a intenção de desenvolver essa pesquisa não se limita ao campo acadêmico, mas associa a ele uma possibilidade de interferência e contribuição no ativismo das mulheres negras brasileiras, contexto do qual já faço parte, ao trazer proposições e análises construídas com um grupo de ONGs que poderá utilizar essas proposições nas suas ações cotidianas. E essa possibilidade torna-se viável, palpável, na pesquisa ativista, pois essa identidade e experiência são fundamentais para o desenvolvimento desse tipo de trabalho científico.

Além disso, outro fator de aproximação com os pressupostos da pesquisa ativista é que ela indica não só um deslocamento do que se convencionou chamar de “objeto” da pesquisa, que, nesse caso, torna-se sujeito e participante, o que propicia, nesse deslocamento epistemológico e polêmico, uma maior interação entre o(a) pesquisador(a) e os(as) participantes desde os processos iniciais da pesquisa, como a coleta dos dados iniciais, até as conclusões. Em todas as etapas, a pesquisa ativista prevê a participação e a opinião dos(as) participantes.

A pesquisa ativista se propõe a percorrer um caminho que rejeita algumas

regras estabelecidas pela academia tradicional e alicerçadas na imparcialidade, neutralidade e objetividade do(a) pesquisador(a), sem, no entanto, deixar de lado o rigor dos estudos, no desenvolvimento da pesquisa, coleta e divulgação de dados.

Hale (2001) ainda destaca, como características da pesquisa ativista, que ela contribui no entendimento das raízes da desigualdade, da opressão e violência, e que todo o desenvolvimento da pesquisa se faz em cooperação com as pessoas envolvidas no trabalho – a pesquisa é usada “junto com as pessoas em questão, para formular estratégias para transformar essas condições e para alcançar o poder necessário para tornar essas estratégias eficazes”. (*Ibid*, p. 13)

Algumas das resistências à pesquisa ativista, segundo Hale (2001), decorrem do fato dela se contrapor às exigências de neutralidade, objetividade e imparcialidade, e, também, porque a pesquisa ativista se apresenta como um desafio à dicotomia entre ciências sociais “puras” e “aplicadas”, ao propor uma terceira categoria de pesquisa: híbrida e orientada para o seu uso, recorrendo, sim, à severidade teórica e metodológica, mas negando a “neutralidade” do(a) pesquisador(a). A pesquisa ativista não exige que as convicções ético-políticas do(a) pesquisador(a) sejam escondidas. Pelo contrário, elas são inspiradoras para o desenvolvimento de uma pesquisa, mas devem ser dosadas.

Segundo o autor, existe, na atualidade, um reconhecimento de que todas as pesquisas são posicionadas, mas é a pesquisa ativista a que “apoia a aparência contrastante de tornar nossa política

explícita e em frente, refletindo honesta e sistematicamente sobre como moldaram a nossa compreensão do problema e colocando-as, portanto, a serviço de nosso esforço analítico”. (*Ibid*, p. 14)

Ao citar as etapas metodológicas que uma pesquisa ativista deve percorrer até a sua conclusão, Hale (2011) afirma que o diálogo e o domínio dos temas de estudo são importantes, e que as afinidades não podem superar os objetivos da pesquisa. Seguindo outras pesquisas, a ativista se baseia em uma diversidade de ferramentas metodológicas, mas exige algum grau de participação do(a) pesquisador(a) em relação aos assuntos, grupos ou comunidades participantes dos estudos, de tal maneira que esses(as) participantes sejam ativos(as) na pesquisa, inclusive em etapas como interpretação e análise dos dados. Ele destaca que o envolvimento dos(as) participantes ativos(as) da pesquisa é uma decisão que altera a relação dicotômica entre “eles(as)” (participantes) e “nós” (analistas) e, ainda, cria condições para que se promova uma comparação entre as conclusões do(a) pesquisador(a) e dos(as) participantes.

Hale (2001) também discorre a respeito da disseminação e validação dos resultados da pesquisa ativista. Enquanto a disseminação é primordial para o cumprimento dos compromissos firmados entre o(a) pesquisador(a) e os(as) participantes no processo de desenvolvimento da pesquisa, a validação torna-se o aval da utilidade, pelos(as) participantes, das proposições e possibilidades levantadas. Para o autor (2001, p. 15), “o desafio aprofunda-se se resistimos à dicotomia entre a linha de fundo empírica (para eles) e as repercussões

teóricas (para nós) e tentamos comunicar resultados generalizados ou teóricos de forma educativa e útil”. Cabe salientar que, de acordo com Hale (2001), a validação dos resultados da pesquisa configura-se como um dos itens mais importantes de uma pesquisa ativista, pois é ela a que mais confronta os pressupostos convencionais com os resultados, além de produzir conhecimentos aplicáveis em ações para a promoção de mudanças sociais.

Investigação-ação: descolonização do pensamento latino-americano

Uma das questões que chamam a atenção nessa revisão bibliográfica e comparativa é que a pesquisa ativista segue, basicamente, o mesmo percurso propositivo, metodológico, teórico e epistemológico da investigação-ação, tendo como um dos principais proponentes o colombiano Orlando Fals Borda, citado por Hale (2001, 2008), Bringel e Maldonado (2016). Eles destacam que o pensamento crítico latino-americano, no século XX, se preocupou com a incidência de lutas sociais na região, tendo sido Borda um dos primeiros intelectuais a propor pesquisas sociológicas comprometidas com esses processos sociais.

Borda (1978) defendia a necessidade de descolonização do conhecimento, de dar “voz aos excluídos” e, para isso, propunha uma metodologia que se assemelha aos propósitos e conteúdos da pesquisa ativista, mas que Borda chamava de “investigación-acción” (investigação-ação) e, mais tarde, de pesquisa militante. Para

Borda (1978), era indispensável um compromisso dos(as) intelectuais frente às exigências de mudanças sociais, uma vez que as dificuldades teóricas e metodológicas, na época, eram decorrentes do fato de que as propostas, vindas da Europa e dos EUA, já não satisfaziam, não eram aplicáveis à realidade latino-americana. Segundo Borda:

Toda esta problemática de la causalidad fue llevando a cuestionar la orientación del trabajo regional y las herramientas analíticas disponibles. Hasta allí se había procedido de manera rutinaria. La experiencia fue indicando que la validación de los efectos del trabajo sólo podía hacerse, de manera definitiva, mediante el criterio de la acción concreta, esto es, que la causa última tenía una dimensión teórico-práctica. Lo aleatorio de la acción social que se veía día a día, quedaba al fin y al cabo sujeto al marco de la praxis, como explicaremos más adelante. (1978, p. 6)

Foi na práxis que Borda (1978) constatou que a investigação-ação exigia do(a) pesquisador(a) a sua inserção no processo social, sua plena identificação com os grupos com os quais estava em contato. Esse comprometimento contribuiria, segundo o autor, não apenas para a obtenção de dados fidedignos, mas

[...] para contribuir al logro de las metas de cambio de esos grupos. Se diferenciaba así esta técnica de las anteriores em que se reconocía a las masas populares un papel protagonista, con la consiguiente disminución del papel del intelectual-observador como monopolizador o controlador de la información científica. (Ibid, p. 6)

Cabe destacar outra forte característica dessa metodologia: o rompimento da díade sujeito-objeto, ao transformar o “objeto” em “sujeito” da pesquisa – sujeito participante da pesquisa.

Outra observação de Borda (1978) é de que, a partir da práxis o(a) investigador(a) pode ser, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de sua própria investigação e, assim, experimentar o efeito de seu trabalho. Inclusive, Bringle e Varella (2016), ao analisarem o trabalho de Borda, quanto à crítica à neutralidade, imparcialidade e objetividade presente na investigação-ação, argumentam que, para Borda,

[...] o conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente, isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza. Nesse sentido, todos os teóricos e cientistas sociais servem a interesses sociais e políticos específicos, consciente ou inconscientemente, sendo que, muitas vezes, o silêncio ou a forçada neutralidade revelam na realidade um compromisso com as desiguais condições sociais existentes. Deste modo, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para sua superação supõe uma postura política do pesquisador. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 476)

Bringle e Varella (2016) entendem que o capitalismo, como um sistema de

poder global organizado e fundado em processos econômicos que envolvem dinâmicas políticas e culturais e que têm papéis centrais na legitimação e estruturação desse sistema, “cria mecanismos culturais e simbólicos que legitimam a forma de organização social e as enormes desigualdades criadas. Mais que isso: passa, inclusive, a regular as desigualdades sociais através da mercantilização contínua de políticas” (*Ibid*, p. 477). Nessa lógica, o processo de legitimação da reprodução das desigualdades se dá, também, pela negação de propostas que coloquem em suspensão o modelo de conhecimento científico e hegemônico. Nesse sentido, a investigação-ação, que reforçava um pensamento crítico, não era bem vista, pois não produzia um conhecimento “legítimo”.

É nesse cenário de embates na construção de um pensamento social crítico latino-americano que Bringle e Varella (2016) situam a pesquisa militante, proposta por Borda. Eles reconhecem que a pesquisa investigação-ação e, posteriormente, a pesquisa militante, na América Latina, passou por mudanças decorrentes da ascensão de governos de ditadura militar e de centro-esquerda e que houve uma intensificação sobre a sua utilidade e a necessidade de um pensamento crítico e latino-americano. Assim como a pesquisa ativista, a pesquisa militante gera articulações a partir da práxis e efetiva uma

produção compartilhada de conhecimento orientada para a ação transformadora, através de uma contínua retroalimentação entre os marcos teóricos e as práticas transformadoras dos movimentos organizados, modificando tanto o referencial teórico quanto as ações

práticas das coletividades. Criou-se, na realidade, a perspectiva da práxis, ao imbricar a produção de saber com a geração de ações transformadoras em um processo multidirecional, o que aprofunda sobremaneira a ruptura da proposta teórico-prática da pesquisa militante. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 482)

Em outro trabalho, Bringel e Maldonado (2016, p. 390) se referem à pesquisa militante, proposta por Orlando Fals Borda, como “pesquisa ação participativa”, considerando-a “uma possibilidade de subversão científica” que contribuiu para a inspiração de uma sociologia “comprometida com os processos de transformação em nossa região” (*Ibid*, p. 391). A proposta, segundo os autores, tinha como objetivo principal “atuar na sistematização do conhecimento, na pesquisa direta dos problemas sociais, na metodologia da ação e na divulgação”. (*Ibid*, p. 397)

Por sua vez, Peruzzo (2016), ao tratar da epistemologia e método da pesquisa-ação, destaca que esta pode ser aplicada em vários campos do conhecimento, com finalidades e métodos distintos, a depender da visão de cada autor e das tradições teóricas que as fundamentam. Essa amplitude pode ser constatada, por exemplo, na variedade de nomenclaturas: pesquisa-ação participativa, pesquisa ativa, estudo-pesquisa, investigação-ação e pesquisa-militante. Inclusive, Peruzzo (2016, p. 8) cita que Borda, em sua participação no 8º Simpósio Mundial sobre Investigação-ação, ocorrido em 1977, em Cartagena (Colômbia), identificou 32 vertentes de pesquisa-ação nos trabalhos apresentados. Entre elas, linhas conservadoras e progressistas. É evidente que, nesse mosaico, algumas dessas vertentes

apresentavam problemas diversos, como desequilíbrio entre militância e desenvolvimento do conhecimento e/ou pouca rigidez metodológica na apuração dos dados.

Pesquisas sociais: conhecimento para empoderar os movimentos sociais

Observa-se que a pesquisa-ação analisada por Peruzzo (2016) segue, praticamente, os mesmos pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos da pesquisa ativista: 1) admite o envolvimento e a intervenção do(a) pesquisador(a) na situação ou grupo; 2) é uma pesquisa de natureza participativa, voltada para o conhecimento da realidade de um determinado grupo ou situação; 3) é progressista e evidencia uma tomada de posição. E, ainda, gera conhecimento como uma construção da comunidade pesquisada. Segundo Peruzzo,

[...] o propósito da pesquisa-ação de contribuir para esclarecer e dar subsídios para a solução de problemas se alinha à geração de conhecimento (a troca de saberes dos especialistas e do próprio grupo ou população investigado no reconhecimento do contexto e das estruturas socioeconômicas, políticas e culturais) capaz de ajudar na mobilização, no equacionamento das problemáticas e no empoderamento do processo de mudança. (2016, p. 10)

marca singular da pesquisa-ação: pesquisador(a) e participantes são responsáveis pela geração de conhecimento,

podendo a definição do problema ser proposta pelo(a) pesquisador(a) ou pelos(as) participantes. Quanto à participação/ inserção do(a) pesquisador(a), Peruzzo (2016) se refere a uma fase da pesquisa quando o(a) pesquisador(a) está reconhecendo a situação. Ela é, como sugere Borba, uma técnica de observação e análise de processos e fatores que contribuem para o entendimento do problema e das mudanças necessárias para a sua superação. Portanto, não se resume a uma ação colaborativa, porque pode gerar processos educativos tanto do(a) pesquisador(a) quanto dos(as) participantes.

Peruzzo (2016) também ressalta o risco reducionista de se confundir metodologia com técnicas ou método científico de pesquisa, e explica que método de pesquisa tem duas dimensões: a epistemológica e a metódica. Na primeira, há uma indicação da posição do autor na filosofia da ciência e

[...] orienta a linhagem teórico-metodológica – a matriz epistemológica – da pesquisa (positivismo, estruturalismo, fenomenologia, compreensivismo, materialismo histórico dialético, construtivismo...) eleita pelo pesquisador/pesquisadora e se situa no contexto da teoria do conhecimento. (*Ibid*, p. 14)

É justamente essa a dimensão da metodologia que distingue a posição epistêmica existente em toda pesquisa. É aí que se observa, em uma pesquisa, não só a visão de mundo do(a) pesquisador(a) mas, também, o seu papel, a sua intervenção nos processos sociais voltada para o enfrentamento de desigualdades, como as de gênero, raça, classe, sexualidade, reli-

giosidade, entre outras formas de violência humana. É na dimensão metodológica que se observam, também, as tradições teóricas que fundamentam cada pesquisa.

A outra dimensão, a metódica, segundo Peruzzo (2016), se refere aos fundamentos conceituais que alicerçam uma pesquisa. É ela que vai nortear os caminhos e posições tomadas em todo o percurso metodológico, “portanto, antecede a escolha e a aplicação de técnicas de coleta de informações e identificação dos observáveis” (PERUZZO, 2016, p. 15). São essas duas dimensões do método que vão apontar para as técnicas mais adequadas para coleta de informações, registro das observações etc.

Segundo Peruzzo (2016), as fases ou ciclos são uma etapa da pesquisa-ação que costuma apresentar divergências resultantes de várias questões, como o tema, os(as) participantes, a população, o espaço territorial e, portanto, não comprometem uma pesquisa.

Já para Thiollent (2011, p. 7), a pesquisa-ação representa a intenção de elucidar problemas técnicos e sociais, relevantes em termos científicos, e essa intenção conta com grupos de pesquisadores(as) e integrantes da situação-problema interessados(as) na resolução das questões apresentadas. Para o autor,

[...] as expressões “pesquisa participante” e “pesquisa-ação” são frequentemente dadas como sinônimos. A nosso ver não o são, porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem

sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. Seja como for, consideramos que a pesquisa-ação e pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão de pesquisa convencional. Não estamos propensos a atribuir muita importância aos “rótulos”. Mediante a aplicação dos princípios metodológicos aqui em discussão, achamos que outro modo de designação possa ser cogitado, mas ainda não o encontramos. (2011, p. 13-14)

A exemplo do que foi apontado na apresentação da pesquisa ativista, a pesquisa participante e a pesquisa-ação também enfrentam resistências e críticas, com relação ao risco de um “rebaixamento do nível de exigência acadêmica” (Ibid, p.14). Quanto a essa crítica, Thiollent (2011) observa que ela é superável, a partir de um profundo embasamento metodológico, já que outros tipos de pesquisa, não identificadas com o social, ou com base empírica, também têm ameaças. Thiollent (2011) ressalta que, apesar da escolha por pesquisa empírica “voltada para a descrição de situações concentradas e para a intervenção ou ações orientadas em função de resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas” (Ibid, p.15), a abordagem por ele proposta recorre, sim, aos quadros de referências teóricas, pois sem eles a pesquisa não teria sentido. Para o autor, a pesquisa-ação

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos

de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20)

Observa-se que nessa definição não há uma referência às pesquisas voltadas para grupos sociais que vivem situações de desigualdades, nem que a pesquisa-ação tenha, obrigatoriamente, uma orientação emancipatória, o que pontua uma diferença em relação não só à pesquisa ativista, mas também à investigação-ação e pesquisa militante, propostas por Hale e Borda, embora boa parte dessas pesquisas desenvolvidas na América Latina tenha desempenhado esse papel. Ainda tratando de definições, Thiollent (2011) afirma que essa é uma questão de

[...] terminologia, acerca da qual não há unanimidade. Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação. Isso porque pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos³. Nesse caso a participação é sobretudo participação dos pesquisa-

3 Parte dessa citação foi utilizada por Peruzzo no artigo “Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos”, apresentado no INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Belo Horizonte (MG), de 2 a 6 de setembro de 2003.

dores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamento que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado. (2011, p. 21)

Outra característica da pesquisa-ação que se diferencia da pesquisa ativista é que ela não se limita a uma forma de ação, e tem a intenção explícita de aumentar o conhecimento do(a) pesquisador(a) e das pessoas envolvidas na pesquisa, enquanto a segunda, a pesquisa ativista, almeja a aplicação das sugestões para a superação dos problemas apontados pela pesquisa. A pesquisa-ação, ainda segundo Thiollent (*Ibid*, p. 24), só se efetiva quanto comporta dois tipos de objetivos: o prático e o de conhecimento. O prático, quando a pesquisa contribui para a resolução de um problema; e o de conhecimento quando a intenção da pesquisa é ampliar o conhecimento sobre determinadas situações. Ou seja, é a práxis, também apontada na pesquisa ativista.

Brandão e Borges (2007) contribuem com o debate ao tratar da pesquisa participante, que, para os autores, é desenvolvida dentro dos, ou para os, movimentos sociais populares. Eles consideram um equívoco o uso de denominações como se fossem sinônimos, a exemplo do que ocorre com os termos pesquisa participante, autodiagnóstico, pesquisa-ação, pesquisa participativa, investigação-ação participativa. A pesquisa participante segue trajetória semelhante, no Brasil e na América Latina, à investigação-ação e à pesquisa militante propostas por Borda. Ela não tem um modelo único ou uma metodologia científica própria, comum a todas as suas possíveis abordagens – pressupõe comprometimento político e ideológico do(a) pesquisador(a) com o gru-

po analisado, com as suas causas sociais e, também, é um momento de execução de ações de educação popular. Uma das características destacadas por Brandão e Borges (2007) é que

[...] em suas diferentes vocações, as *pesquisas participantes* atribuem aos agentes populares posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a *pesquisa participante* tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria. (2007, p. 53)

Brandão e Borges (2007) tomam como base teórica os pressupostos formulados pelos educadores mexicanos Luís Gavarro e Libertada Lenda. A dupla listou os “princípios de ação” da pesquisa participante, em que defendiam uma ligação entre “nós” e os movimentos sociais populares. Dos anos 1960 à atualidade, essa lista vem passando por reformulações, algumas propostas por Brandão e Borges. A citada a seguir, também, foi identificada nas demais pesquisas aqui analisadas:

A relação tradicional de *sujeito-objeto*, entre investigador-educador e os grupos populares, deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo *sujeito-sujeito*, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de *compreensão da realidade social* pode ser construída.

O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador. (BRANDÃO e BORGES, 2007, p. 54)

A pesquisa participante também requer a práxis, ou seja, que o processo e os resultados de uma pesquisa contribuam nas práticas sociais e, inclusive, sugiram novos estudos; reconhece a não existência da neutralidade científica em nenhuma pesquisa, o que não significa que a pesquisa participante não cumpra com certos rigores comuns em uma pesquisa acadêmica. A pesquisa participante deve ser um processo dirigido à transformação social. Um outro fator importante de se observar diz respeito à dinâmica das relações e dos processos envolvidos na investigação, a exemplo da histórica. Segundo Brandão e Borges (2007), boa parte das experiências de pesquisa participante recorrem a Paulo Freire, quando trabalha com a educação popular, em uma iniciativa de “empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes”. (*Ibid*, p. 57)

Uso da pesquisa ativista

Vargas (2008), ao utilizar a metodologia pesquisa ativista em um trabalho desenvolvido em duas ONGs negras de Los Angeles (EUA), a Coalition Against Police Abuse (CAPA) e a Comunidade em Apoio à Gang Truce (CSGT), constatou que “enquanto a observação participativa⁴, tradicionalmen-

te, coloca a ênfase na observação, a participação observadora refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal” (2008, p. 175). Por isso, o autor sugere uma mudança de nomenclatura e conteúdo, na qual a observação participante, utilizada em uma pesquisa ativista, deveria ser chamada de “participação observadora”.

Já no caso da aplicação da pesquisa ativista em estudo sobre a comunicação, uso e apropriação das TICs de quatro ONGs de mulheres negras brasileiras, os dados preliminares têm sinalizado para a importância de alguns dos seus pressupostos, como o diálogo permanente entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa, e o conhecimento do lugar histórico das instituições de mulheres negras brasileiras, que, segundo Santos (2009, p. 280) “têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo,

grupo pesquisado, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação. Porém, o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é de observador. Exceto em situação extrema, em que o pesquisador, por opção metodológica, decide deixar-se passar por membro do grupo, acreditando ser. Sobretudo, o pesquisador é autônomo. O “grupo” ou qualquer elemento do ambiente, não interfere na pesquisa, do ponto de vista da formulação dos objetivos e demais fases do projeto, nem sobre o tipo de informações registradas e interpretações dadas ao observado. O observador pode ser “encoberto” ou “revelado”. O que quer dizer que o grupo pode ter ou não conhecimento de que está sendo investigado. Este tipo de pesquisa tem sua origem nos estudos sobre comunidades desenvolvidos por antropólogos e que se tornou conhecida como investigação etnográfica.

4 De acordo com Peruzzo (2003, p. 14) “o pesquisador se insere, participa de todas as atividades do

heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras”.

Para Santos (2009), essas ONGs fazem parte de contexto maior do movimento social, tanto no Brasil como na região latino-americana, e, mesmo tendo características peculiares às suas regiões e contextos locais, têm uma base identitária comum, que, na contemporaneidade, fortalece um compromisso diaspórico de mulheres negras. O conhecimento das instituições analisadas, seus temas, lugares de fala e conteúdos discursivos, as entrevistas e diálogos com as participantes, aos poucos, vão formando um perfil singular para o desenvolvimento da pesquisa e possíveis intervenções.

Considerações finais

Sem dúvida, as metodologias aqui brevemente analisadas carregam virtudes, problemas, conflitos, discrepâncias, dilemas, típicos da práxis. Típicos de sociedades que mantêm um leque de desigualdades, violências e exclusões, como as de raça, gênero, sexualidade e classe. Ao longo deste artigo foram listadas as semelhanças e diferenças identificadas no mosaico denominado de pesquisa ativista, investigação-ação, pesquisa participante, pesquisa-ação, que podem contribuir nas escolhas metodológicas de novas pesquisas.

Mas esse estudo também aponta para o fato de que questões anteriores ao desenvolvimento da pesquisa e ligadas

ao exercício de cidadania, a comprometimentos político e ideológico, ao incorformismo diante das “coisas”, movem, ou não, o(a) pesquisador(a) para o uso de pesquisas sociais, cujos princípios epistemológicos, metodológicos e teóricos viabilizam uma práxis que pode resultar no enfrentamento de, pelo menos, algumas exclusões estruturais, a exemplo do racismo. Borda, nos anos 1970, falava em subversão. Na atualidade, fala-se em indignação.

Nesse sentido, a escolha da pesquisa ativista é uma possibilidade real de exercitar seus princípios, de ingressar em setores invisibilizados das sociedades e se confrontar com surpresas e dilemas típicos das pesquisas sociais, de buscar soluções coletivas e sonhar que é possível intervir em um mundo tão distante da ideia de humanidade. ■

[CÉRES SANTOS]

Discente do Curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Jornalista e docente no curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB. Ativista do Movimento Negro e de Mulheres Negras brasileiras.
E-mail: ceresantos3@gmail.com.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. Pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**. Ribeirão Preto, v. 3, n. 3, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609/116687>>. Acesso em: 6 ago.2017.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Efendy Emiliano. Pensamento crítico latino-americano e pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p. 389-413, 2016.

FALS Borda, Orlando. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla: por la praxis**. Bogotá, Colombia: Ediciones Tercer Mundo, 1978.

HALE, Charles R. (Ed.). **Engaging Contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship**. Los Angeles: University of California Press, 2008.

HALE, Charles R. What is activist research? **Social Science Research Council**, New York, p.13-15, 2001.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2005, p. 125-145.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais...** Goiânia: COMPÓS, 2016. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/epistemologiaem%C3%A9tododapesquisa-a%C3%A7%C3%A3o...ciciliaperuzzo.modelocompos2016._3270.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VARGAS, João Helion Costa. Activist Scholarship: limits and possibilities in times of black genocide. In: HALE, Charles R. (Ed.). **Engaging Contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship**. Los Angeles: University of California Press. 2008, p. 164 a 182.

PUNTADAS SOBRE LA EXPERIENCIA DE UN CENTRO DE INVESTIGACIÓN- ACCIÓN: MÁS ALLÁ DE UNA REFLEXIÓN METODOLÓGICA

[ARTIGO]

Tatiana Gutiérrez Alarcón

Uniminuto. Corporación Universitaria Minuto de Dios

Andrea Neira Cruz

Uniminuto. Corporación Universitaria Minuto de Dios

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo apresenta algumas questões que perpassam a configuração de um centro de pesquisa-ação no marco de uma Instituição Educacional Universitária Colombiana, a partir do qual se desenha uma reflexão epistemológica e metodológica sobre seu trabalho em permanente interação com os estudantes, organizações sociais e comunidade. É exposto como esse centro contribui com sua práxis, para construir perspectivas críticas ou dissidentes que estão no caminho da superação do locus da enunciação que assume um ponto de vista neutro e objetivo único da academia ocidental - no singular - para construir o conhecimento - no plural - sobre nossas realidades injustas e excludentes, desdobradas do projeto civilizador moderno/colonial, capitalista, eurocêntrico, patriarcal e racista; Nesse sentido, a pesquisa-ação é assumida como campo político e ético inevitável.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Práticas descoloniais. Colonialidade do conhecimento. Metodologias participativas.

This article presents some questions that underlie the configuration of a research-action center within the framework of a Colombian University Educational Institution, from which an epistemological and methodological reflection is drawn about its work in permanent interaction with students, social organizations and community. It is exposed how this center contributes from its praxis, to construct critical or dissident perspectives that are in the way of overcoming the locus of enunciation that assumes a neutral and objective point of view unique to the western academy -in singular-, to build knowledge - in the plural - about our unjust and excluding realities deployed from the modern/colonial, capitalist, Eurocentric, patriarchal, racist civilizing project; In this sense, research-action is assumed as an unavoidable political and ethical field.

Keywords: Action research. Decolonial practices. Coloniality of knowledge. Participatory methodologies.

Este artículo presenta algunas cuestiones que subyacen a la configuración de un centro de investigación-acción en el marco de una Institución Educativa Universitaria Colombiana, a partir de las cuales se esboza una reflexión epistemológica y metodológica sobre su quehacer en permanente interacción con estudiantes, organizaciones sociales y comunitarias. Se expone cómo este centro contribuye desde su praxis, a construir perspectivas críticas o disidentes que están en la vía de superar el locus de enunciación que asume un punto de vista neutral y objetivo propio de la academia occidental -en singular-, para construir conocimientos -en plural- sobre nuestras realidades injustas y excluyentes desplegadas desde el proyecto civilizatorio moderno/colonial, capitalista, eurocéntrico, patriarcal, racista; en este sentido, se asume la investigación-acción como campo político y ético ineludible.

Palabras clave: Investigación-acción. Prácticas descoloniales. Colonialidad del saber. Metodologías participativas.

“Practicar, conocer, practicar otra vez y conocer de nuevo.” (Mao)

“El conocimiento de la realidad social sólo es accesible, plenamente, desde el interior de una práctica social transformadora. (...) Quien quiera adquirir un conocimiento pleno de la realidad social, tiene que dedicarse a la práctica social transformadora. O renunciar a esa ambición de conocimiento.” (Quijano)

Introducción

El Centro de Educación para el Desarrollo (CED) de UNIMINUTO Sede Principal, se viene configurando desde hace 10 años como un *lugar*¹ dentro de una institución educativa universitaria, en el que recae la formación transversal de los y las estudiantes en un componente que ha denominado “responsabilidad social”, desde el que se devela una cierta apuesta institucional (al menos en su fundación), por “reconocer el ejercicio educativo [como] una potencia transformadora que resquebraje [...] las estructuras de injusticia social” (MOYA Y NEIRA, 2016, p. 7), y en cuya génesis y nominación convergen de un lado, el devenir histórico de una Educación para el Desarrollo ligada a las teorías y prácticas de una forma de desarro-

llo globalizante, universalizante, colonial y jerarquizador, producto de las relaciones de dominación Norte-Sur; y del otro, la permanente puesta en cuestión y la vocación auto-crítica de esa herencia.

Para este texto proponemos algunas cuestiones que subyacen a su configuración como centro de investigación-acción, a partir de las cuáles se conducirá la reflexión epistemológica y metodológica, ¿Se puede construir conocimiento en el marco de una de las funciones sustantivas de la universidad, que no sea la investigación? ¿Qué es lo que un centro, dedicado a la proyección social de una universidad, puede y debe hacer para incidir en las maneras en las que se construye conocimiento? ¿tiene un estatuto diferente el pensamiento que se construye con la gente, por fuera del establecimiento universitario? ¿cómo en un centro encargado de la denominada “extensión” o proyección social, no se solidifica la idea de que la academia o la universidad son las únicas que tienen un saber y el conocimiento válido, el cual debe ser llevado a las “comunidades”? ¿cómo construir relaciones diferentes entre academia y sociedad que desmantelen jerarquías y posibilite una ecología de saberes?

Estas han sido algunas de las preguntas que motivaron desde hace más de tres años, la consolidación de un espacio dentro de la “academia” dedicado a la proyección social como un centro de investigación-acción, esto es como ya se dijo, un *lugar* que reflexione sobre su quehacer en permanente interacción con organizaciones sociales y comunitarias, que genere y ponga en circulación el pensamiento construido a partir de este trabajo que realiza.

1 Entiéndase en el llamado a un locus de enunciación en permanente tensión dentro de la geopolítica y la corpo-política del conocimiento universalista-occidental en el que se produce, y las localizaciones epistémicas situadas y contextuales, que insisten en la conexión entre el lugar de la teorización (ser de, venir de, y estar en) y “este lugar desde el cual se enuncia”. (Véase: MIGNOLO, 2005, p. 10)

Lo que sigue es desglosar cómo este Centro contribuye desde su praxis a construir perspectivas críticas o disidentes que estén en la vía de superar ese locus de enunciación que asume un punto de vista neutral y objetivo, propio de la academia occidental -en singular-, para percibir y producir conocimientos -en plural- sobre una realidad que califica como injusta y excluyente, pero que más allá esconde, borra y encubre el sujeto que enuncia desde su propia experiencia la injusticia y la exclusión.

De ahí que, el giro en estos últimos años haya sido el de decantar un proyecto epistémico desde un nuevo horizonte, que interpele las generaciones de una Educación para el Desarrollo propuestos desde los marcos de los países del norte, para dar cabida a lecturas producidas desde las alteridades de clase, género, etáreas, raciales, étnicas latinoamericanas; como paso imprescindible a formas de pensamientos situados, hablados/enunciados desde una localización particular en las relaciones del ser-poder-saber colonial. Localización que enuncia como condición estructural de nuestras sociedades periféricas la heterogeneidad del universo social latinoamericano (campesino, indígena, negro, desempleado, trabajador informal etc.), constituido por categorías que se rehúsan a ser circunscritas dentro de los actores plenos de las teorías eurocéntricas (obrero, burgués etc.), y que complejizan la inscripción de la acción a espacios, ya no, obliterados por totalidades significantes.

Una construcción latinoamericana así significada, por cuanto emerge sobre y desde los márgenes de los que provienen los sujetos del conocimiento (docentes, estudiantes, integrantes de las organizaciones sociales);

donde se persiste en la desnaturalización de los procesos de diferenciación social y de la superioridad de algunos saberes sobre otros; que dirige su intervención hacia el reconocimiento de un modo de vida (tiempo y territorios) organizados -y reducidos- por el capitalismo, y hacia su necesaria interrupción; y la búsqueda de una “producción local” anclada en lo particular de las miradas sobre las realidades próximas, que a la vez puedan formalizar perspectivas de conocimiento-acción propias, que otorguen visibilidad y credibilidad a las prácticas cognitivas derivadas de la experiencia social (producida en un aula de clase, en interacción con una organización social, en las comunidades, en los diálogos interdisciplinarios de los docentes etc.) descartadas por la cuadrícula académica tradicional. (SANTOS, 2009)

De modo que, el llamado a referirnos a las metodologías participativas en el marco de la acción educativa de este centro, situado en la comprensión de las dinámicas de un desarrollo global y hegemónico, que lo impulsa a enunciar su puesta en cuestión y la construcción de otros modos para convivir y organizar la vida entre los seres humanos y la naturaleza, que respondan a una clave propia, latinoamericana y que se anuden, a la participación consciente y protagónica de los sujetos en estos procesos de transformación; nos conduce a reconocer desde una perspectiva socio-histórica los escenarios de emergencia y de despliegue no sólo de su carácter participativo-alternativo -frente al positivismo dominante como forma única de generar conocimientos válidos y validados-, desde la sistematización de experiencias, la recuperación colectiva de la historia, la investigación en colabor etc.; sino a reflexionar en torno a sus efectos y compromisos con la emancipación.

De ahí que, pensar la metodología o lo metodológico nos direcciona hacia las formas de asumir la investigación como campo político y ético ineludible en la comprensión de nuestras realidades en el marco del proyecto civilizatorio moderno, colonial, occidental, capitalista, eurocéntrico, patriarcal, racista etc.; y de su intervención hacia la recreación de nuevos horizontes históricos.

Algunas anotaciones para descolonizar el conocimiento

Orlando Fals Borda afirmaba en 1981 que la investigación-acción se aplicaba para producir cambios radicales en la sociedad. El fondo de esta propuesta consolidada por el sociólogo colombiano, era la pregunta por el papel en la producción de conocimiento científico. Esta reflexión no es nueva en el escenario académico, pero hoy sigue teniendo vigencia y relevancia social, quizá mucho más que hace unas décadas. El escenario actual en efecto no es el mismo al de los años sesenta y setenta del siglo pasado, muchos de los problemas sobre la producción de conocimiento que se cuestionaron en aquella época hoy se han agudizado de maneras sobrecogedora tras la adopción de políticas de ciencia y tecnología neoliberales a favor de los grandes intereses económicos, desplegadas alrededor del mundo y especialmente en Latinoamérica².

² Los cambios en la “ciudad letrada” tuvieron dos fuentes interconectadas de manera compleja (...): la reforma general del sistema universitario a partir del ajuste estructural y la circulación de teorías “post-

Por esta razón, problematizar la ciencia sigue siendo aún relevante. La ciencia no es otra cosa que un producto cultural del intelecto humano, que responde a necesidades y objetivos concretos de ciertas clases sociales y en ciertos períodos históricos, (FALS, 2010, p. 180), vista así, esta puede ser “desfetichizada” y desenmascarada en sus propósitos dejando a la luz los intereses de clase que la sostienen, pero también los intereses raciales, de género, étnicos y geopolíticos. Esto nos ayuda a comprender que su valor variará según los intereses de las gentes envueltas en su producción. (FALS, 2010)

No es un secreto que la ciencia o la producción de conocimiento científico de occidente ha tenido un sesgo colonial, ha gozado de superioridad sobre otras lecturas del mundo a las que para diferenciarlas y distinguirlas -distanciarlas e invalidarlas- ha optado por denominar como “saberes”. Para sostener su *status* ella misma se ha encargado de instaurar en el común de la gente, que el conocimiento científico es superior y más valioso que el que producen o han producido por siglos otros actores sociales; y entendiendo que el conocimiento producido por la ciencia ha estado a favor de las clases dominantes y de la acumulación de capital, en otras palabras “la producción de conocimiento social [ha] est[ado] ligado esencialmente al proceso de las relaciones de clase” (QUIJANO, 1978, p. 97), para Santiago Castro-Gómez (2000) la ciencia en general, y las ciencias sociales, en particular, se han encargado justamente de

modernas” en las ciencias sociales y humanidades”. (APARICIO Y BLASER, 2015. p. 116)

producir y de sostener estas diferencias y de legitimarlas³.

Dado que existe un aparato científico que ha sido construido para defender los intereses de las clases dominantes y por esta vía ha soslayado y limitado la emergencia de otros conocimientos, el problema de la producción de conocimiento se instaura como una cuestión política, que demanda hoy el interés y la práctica de construir conocimientos que contribuyan a transformar las condiciones de opresión, marginación y exclusión de esos que han sido convertidos como “los otros” (CASTRO-GÓMEZ, 2000), sujetos subalternizados, no solo por su condición de

clase sino por otras opresiones, como las mujeres, las poblaciones negras, indígenas, campesinas y de sectores populares.

Así que pensar en la llamada *ciencia emergente*, *ciencia rebelde* o *ciencia comprometida*, como la denominó Fals Borda ([1969] 2012), esto es, la ciencia que permite la comprensión de las realidades y que se suponía útil y conveniente para transformar las necesidades de las mayorías, requiere revisar cuestionamientos realizados por las teorías sobre la colonialidad del saber (LANDER, 2000), las cuales hacen significativos aportes para pensar “la producción de conocimiento” dada en lo que se ha denominado el sistema mundo capitalista/moderno/colonial. (MALDONADO-TORRES, 2006)

3 No resulta difícil ver cómo el aparato conceptual con el que nacen las ciencias sociales en los siglos XVII y XVIII se halla sostenido por un imaginario colonial de carácter ideológico. Conceptos binarios tales como barbarie y civilización, tradición y modernidad, comunidad y sociedad, mito y ciencia, infancia y madurez, solidaridad orgánica y solidaridad mecánica, pobreza y desarrollo, entre otros muchos, han permeado por completo los modelos analíticos de las ciencias sociales. El imaginario del progreso según el cual todas las sociedades evolucionan en el tiempo según leyes universales inherentes a la naturaleza o al espíritu humano, aparece, así como un producto ideológico construido desde el dispositivo de poder moderno/colonial. Las ciencias sociales funcionan estructuralmente como un “aparato ideológico” que, de puertas para adentro, legitimaba la exclusión y el disciplinamiento de aquellas personas que no se ajustaban a los perfiles de subjetividad que necesitaba el Estado para implementar sus políticas de modernización; de puertas para afuera, en cambio, las ciencias sociales legitimaban la división internacional del trabajo y la desigualdad de los términos de intercambio y comercio entre el centro y la periferia, es decir, los grandes beneficios sociales y económicos que las potencias europeas estaban obteniendo del dominio sobre sus colonias. La producción de la alteridad hacia adentro y la producción de la alteridad hacia afuera formaban parte de un mismo dispositivo de poder. La colonialidad del poder y la colonialidad del saber se encontraban emplazadas en una misma matriz genética. (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 93)

Ahora bien, para emprender la búsqueda de “perspectivas del conocer no eurocéntricas” como nos dice Edgardo Lander (2000), es preciso develar como ya se ha dicho, la naturalización de las diferentes dimensiones de la euro-modernidad que tienen como piso las premisas de una forma de civilización y desarrollo que ha sido dominante y que se ha configurado como “la realidad” (capitalista), en torno a la cual se ha organizado el tiempo y los territorios como parte de un paradigma de universalidad y de normalidad, en detrimento de *otras formas* de pensar, de ser, de actuar, de existir, de habitar; desde esta perspectiva colonial enunciadas como tradicionales, populares o plebeyas. (LANDER, 2000)

Pero no basta con comprender la teoría y puntualizar las críticas, hay que lanzarse y proponer nuevas formas de construir conocimiento, por eso el desafío también es metodológico; se requieren unas metodologías que aterricen estos

cuestionamientos e intenten construir ese conocimiento de otro modo.

Acotaciones sobre la investigación-acción

Dado que el proyecto de este centro, como se viene formulando se condensa bajo las apuestas de la investigación-acción, se hace necesario reconstruir los aspectos que configuran el contexto dentro de esta propuesta impulsada por un grupo de profesores comprometidos con el cambio social, con el fin de demarcar cuáles resultan ser inspiración para pensar y actuar.

En este sentido, no podemos desconocer que la llamada investigación-acción nace en un contexto particular, años setenta en Colombia, como tampoco podemos omitir los aportes y relevancia de esta propuesta política de investigación en el contexto actual. (FALS, 1978)

El primer aspecto, es que la Investigación-acción parte de comprender la situación histórica y social de grupos de trabajadores, campesinos e indígenas colombianos, sujetos al impacto de la expansión del capitalismo y su vinculación a la práctica de organizaciones locales y nacionales conscientes dentro del contexto de la lucha de clases en el país, como ya dijimos complejizada ante las otras múltiples opresiones propias de la realidad latinoamericana. Así la investigación-acción propuesta para aquella época tenía un marcado vínculo marxista, que era la base de lo que para entonces se consideraba, según palabras del

autor *la ciencia social crítica*; de modo que, aunque la adopción del materialismo histórico fue la guía científica, lo central, fue la posibilidad de crear conocimiento científico en la propia acción de estas masas de trabajadores y trabajadoras.

El segundo aspecto, era el lugar del investigador o intelectual comprometido y el de las organizaciones gremiales a nivel local. Sobre esta cuestión, aún hay muchos desafíos y matices para su lectura en la actualidad. Podríamos sintetizar este aspecto, en términos de la *relación sujeto-“objeto”*, ya que la inserción en el proceso social le exigía al investigador plena identificación con los grupos con los cuales entraba en contacto, para contribuir al logro de las metas de cambio de dichos grupos. De esta manera se les reconocía a las gentes un papel protagónico, que significaba la disminución del papel del intelectual-observador como monopolizador o controlador de la información científica. Sin embargo, el investigador podría ser al mismo tiempo sujeto y “objeto” de su propia investigación y experimentar directamente el efecto de sus trabajos, pero debía enfatizar en uno o en otro papel dentro del proceso, acercarse y distanciarse de las bases, para hacer posible esta acción y reflexión por turnos. (FALS, 1978)

Un tercer aspecto que aún sigue siendo relevante, es el problema de la relación entre el pensar y el actuar, entre la teoría y la práctica; esta relación en el marco del trabajo que hacemos en el Centro resulta fundamental. Según Fals la relación se dilucida reconociendo una actividad real de las cosas a la cual solo se adviene por la práctica que, en ese sentido, es anterior a la reflexión. Así, de acuerdo al autor

[...] el problema de la relación entre forma y contenido se resuelve planteando la posibilidad de superar su indiferencia por la práctica y no solo por el comportamiento intuitivo o contemplativo; toda cosa se da como un complejo inextricable de forma y contenido, de allí que la teoría no pueda separarse de la práctica. (1978, p. 15)

Por ello la importancia de la *praxis*, entendida como una unidad dialéctica formada por la teoría y la práctica, en la cual la práctica es cíclicamente determinante (p. 33). La relevancia de este aspecto para reinterpretar lo que hacemos, nos ha servido para sustentar que es la práctica la que permite construir conocimiento; toda vez que la práctica y la teoría no están separadas, como lo ha querido hacer ver la ciencia positivista.

El problema del sentido común se configura en el cuarto aspecto a resaltar de la investigación-acción, para lo cual resultaba fundamental conocer y apreciar el papel que jugaba la sabiduría popular, el sentido común y la cultura del pueblo, para obtener y crear conocimientos científicos. Sin embargo, fue fundamental promover una propuesta pedagógica-política desde la que se formaran ideológica e intelectualmente a las clases explotadas, para que estas asumieran su papel activo como actores de la historia; así se optó por estimular los integrantes más avanzados de las organizaciones para que desarrollaran algunas tareas investigativas y analíticas.

Por supuesto, esta propuesta de investigación-acción no estuvo exenta de críticas pese a su amplia valoración y pertinencia. El mismo Fals (1978) auto-criticó el hecho de que, aunque saber popular es valioso y

necesario como fundamento de la acción social, no se logró articular de manera sostenida al conocimiento científico (p. 22). Puede leerse en este y en varios enunciados de la obra de Fals, una especie de superioridad de los intelectuales que querían formar a las bases, porque sus conocimientos no eran suficientes para la transformación social, sin embargo, la discusión sobre los procesos de alienación y colonización que se han sedimentado en las personas, es central.

La pregunta entonces es ¿es necesario que el saber popular esté articulado al conocimiento científico? o más bien valdría la pena pensar en una ecología de saberes (SANTOS, 2015). Boaventura de Sousa Santos, entiende las epistemologías del sur como el reclamo de nuevos procesos de producción y valoración de conocimientos válidos, científicos y no científicos, y nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento. Por su parte para el autor la *ecología de saberes* parte de que

[...] no hay ignorancia o conocimiento en general; toda la ignorancia es ignorante de un cierto conocimiento, y todo conocimiento es el triunfo de una ignorancia en particular. Por eso, conocer significa reconocer que hay otros conocimientos. (2015, p. 22)

El proyecto epistémico del Centro, retoma parte de estas dos posturas de Fals y Santos, y allanamos la discusión, parafraseando al pedagogo Paulo Freire (1978) *todo el mundo sabe algo y todo el mundo ignora algo*. Aun así, ante la necesidad de mantener una postura crítica como un *ethos* hacia el cuestionamiento de los límites y su permanente superación, se hace necesario reconocer que no por el hecho de pertenecer a una clase

social particular o a un grupo subalternizado existe una “consciencia” de la necesaria transformación del mundo. Entendemos aquí que pertenecer a una clase no supone una *necesaria correspondencia*⁴ entre los sujetos subalternos y su lugar de enunciación epistémica, por lo tanto, pasa por -en términos de Gramsci- convertir el sentido común popular en “buen sentido”, esto es, las clases subalternas tienen elementos positivos y negativos hacia el cambio social que abren posibilidades para transformaciones revolucionarias en el conocimiento y en la acción. Así se va transformando ese sentido común. (FALS, 1978, p. 187)

La centralidad en el materialismo histórico, aunque se configura como una de las críticas a esta propuesta de Investigación-acción, se constituye en una de sus mayores potencialidades. Sobre la ciencia social crítica producida en occidente, se han realizado variedad de cuestionamientos, por haberse producido como un proyecto utópico que seguía la lógica del individuo moderno-liberal o incluso sustentado en la búsqueda de su emancipación sin considerar por ejemplo a la naturaleza⁵. En este sentido la adopción

de otras propuestas teóricas, que vayan en contra del borramiento de la producción teórica local, que superen la ceguera epistémica, las diásporas temáticas o la dependencia intelectual; y que pongan el acento en la imbricación de las otras opresiones de herencia colonial, desde donde se producen las heterogeneidades propias de los contextos latinoamericanos, que no están exclusivamente relacionadas con asuntos de clase social, aunque sí estrechamente ligadas con las luchas anticapitalista y antisistémicas, como en el caso de ciertos feminismos, de las teorías poscoloniales, las epistemologías del sur, entre otras, a partir de las que se renuevan las intervenciones en las fronteras siempre porosas en el campo político y en el campo intelectual. (SVAMPA, 2016)

La perspectiva epistemológica que orienta esta reflexión sobre las metodologías participativas, está en la vía de revalorar entonces un pensamiento latinoamericano crítico bajo la exigencia de su descolonización. Condición necesaria, a partir de la cual, de una parte, se constituya un punto de partida fructífero que nos sitúe en los diálogos Sur-Sur (Silvia Rivera Cusicanqui; Arturo Escobar; Catherine Walsh; Santiago Castro Gómez; Boaventura de Sousa Santos, entre otros)

4 Sugiere que uno no puede leer la ideología de una clase (o incluso de sectores de una clase) a partir de su posición original en la estructura de las relaciones socio-económicas. Pero rechaza la afirmación de que es imposible llevar a las clases o a fracciones de clases, u otros tipos de movimientos sociales, por medio de una práctica del conflicto, hacia una articulación con aquellas formas de política e ideología que les permitan volverse históricamente efectivos como agentes sociales colectivos. (HALL, 2010. p 198)

5 Con la pérdida de la espiritualidad que vincula a los individuos con entidades que los sobrepasan, la relación de sustentabilidad de la vida es reducida a la relación de producción material, que el capitalismo transforma en relación fundamental de sociabilidad. Entonces, lo que

en apariencia es la máxima superación de la animalidad constituye más bien la animalidad omnipresente, *sub species homini*, o sea convertida en fundamento universal de sociabilidad. Por eso el deterioro o el regreso a la animalidad a que la EF [la Escuela de Frankfurt] otorga la dignidad de movimiento dialéctico es una ilusión óptica derivada de mirar el liberalismo con ojos liberales y el capitalismo con ojos capitalistas. Las promesas liberales de igualdad, libertad y fraternidad no son genuinas. Son la astucia de la razón liberal para ocultar la deshumanización y la desnaturalización causadas por el capitalismo. (SANTOS, 2015, p. 16)

y, de otra parte, sea un punto de fuga al monólogo monoculturalista eurocéntrico desde el que emerjan alternativas de pensamiento que hasta ahora han sido figuradas como ausencias, y con ello, como no creíbles o descartables. La descolonización epistémica permite invertir la invisibilidad y crear la posibilidad de transformar lo que es producido como ausente para hacerlo presente, de acuerdo a lo que nos plantea Santos (2006) a partir de las sociologías de las ausencias y de las emergencias: “El futuro descansa en construir proyectos políticos que sean epistémicamente pluriversales y no universales, donde haya espacio para la diversidad epistémicamente crítica” (p. 21).

Una práctica descolonizante en el marco de esa “utopía” de la construcción de conocimiento de otro modo

Dentro de este Centro con apuestas hacia la investigación-acción entonces se fundamenta una *utopía*⁶, inspirada en

[...] algunas perspectivas emancipadoras del pensamiento decolonial, los fe-

⁶ Véase los diálogos entre Armando Bartra y Enrique Dussel sobre la utopía, como aquello que-todavía-no-tiene-lugar, al menos en el presente, pero que puede encarnar en un proyecto pluriversal que desactive la maquinaria de muerte del capitalismo. La utopía supone el rescate de las más asombrosas muestras de solidaridad y comunicación que los distintos pueblos son capaces de ejercer aquí y ahora. La utopía no es el mañana sino el hoy ocultado, excluido, callado, abandonado. De ahí que sea necesario potenciar lo que no-es para que sea plenamente. (BARTRA Y DUSSEL, 2014)

minismos de frontera, la filosofía crítica latinoamericana, la pedagogías [crítica] latinoamericana [y decolonial], las alternativas al desarrollo [las éticas para la vida]. (MOYA Y NEIRA, 2016, p. 11)

Utopía a partir de la cual se resignifican los horizontes de sentido siempre inacabados, dada la capacidad y vitalidad ética para evidenciar que otras formas de mundo son posibles porque ya existen en las prácticas y experiencias colectivas que en el presente, responden a esa utopía.

La solución a las desigualdades sociales globales [...] requiere imaginar alternativas utópicas más allá del colonialismo [...] y de las formas de pensar binarias de los fundamentalismos eurocéntricos primermundistas y tercermundistas. [...] la socialización del poder, y su aporte remite a un lenguaje crítico común descolonizador, [...] que sea una forma nueva ético-epistémica, es decir “radical-decolonial-antisistémico-diversal”. (MONTES Y BUSSO, 2007, p. 2)

En esa medida, una investigación-acción situada y con compromiso político-ético en este *lugar*, no puede limitarse a producir conocimiento, ni a gestionarlo, ni a generar apropiaciones o transferencias del mismo, sino que necesariamente se sitúa en la construcción colectiva de alternativas desde el pensamiento, re-creado dentro del proceso educativo mismo, eso sí bajo formas de constitución de sentidos comunes en favor de la vida en sus múltiples manifestaciones.

Decir esto, por supuesto nos conduce a una serie de tensiones en el marco de la institución universitaria. Aun así, más allá

de explicar la pobreza y la desigualdad o preocuparnos por ella, o sumarnos a las luchas, lo que se configura es un espacio para enunciar desde nuestras propias subalteridades los ejercicios de comprensión y acción concreta hacia su superación. El proceso educativo guiado por esta orientación epistémica descolonizadora entonces opta, no es neutral, involucra, se asume en su relación ético-política, desde el que se construye la experiencia colectiva que supera el espectro de acción de la participación, y se imbrica en la producción de conocimientos, como puntos de partida desde donde se proyecten fracturas a la organización de la vida social y natural, de orden colonial.

Con lo dicho hasta aquí, la denominación de este proyecto como un centro de investigación – acción, no está en el registro de plantearse asimilado al método de investigación que es la IAP, aunque se inspira en los aspectos que presentamos en este texto. De ahí que plantear esta propuesta de poner en marcha un centro de investigación-acción (estudio-acción / teoría-práctica) dentro del establecimiento universitario ha supuesto varios retos, entre ellos, pensar en la articulación de un pensamiento social o la construcción de conocimiento *de otro modo*, que contenga una apuesta por romper -dentro de la universidad y aportar fuera de ella-, la idea de que “producir” conocimiento solo se hace desde metodologías tradicionales-positivistas y a beneficio de ciertos grupos y ciertas gentes.

Se deriva entonces de esta apuesta, el asumir perspectivas de investigación, metodologías y técnicas participativas, colaborativas, puestas en tensión permanente con la realidad y con los sujetos que intervienen en los procesos de producción

de sentido, abrir la mirada en torno a lo que investigamos y sobre las maneras en la que lo hacemos; por ejemplo, ha implicado dejar de ver y reflexionar únicamente sobre nuestras propias prácticas a través de la sistematización de experiencias e idear aproximaciones, propuestas metodológicas diversificadas o estrategias más acordes a nuestro proyecto ético, político y epistemológico (investigación en co-labor, aproximaciones etnográficas, hacer uso de mapas parlantes, círculos de la cultura, levantamiento de cartografías sociales etc.).

Es así que, el carácter de esta *utopía* primero es *política*, lo que podría traducirse en hacer posibles procesos descolonizadores que, por un lado, interrumpen las dinámicas de poder y las jerarquías en la que se sustenta la racionalidad colonial/moderna/occidental propia de las lógicas universitarias, evidentes bajo el despliegue de enfoques globalizadores de estandarización -a la vez totalizantes y reduccionistas- y de acumulación del conocimiento -antípoda del procesamiento de los sentidos producidos bajo las coordenadas de la experiencia; y, por otro, que desmantelen los dualismos fundados en la instalación de un orden antropocéntrico del mundo social y de la vida natural, a partir de lo cual se demarquen horizontes de ruptura y se concreten acciones de alternativas a la idea hegemónica del desarrollo, que necesariamente se entrecrucen con las luchas antiraciales, antipatriarcales, anticapitalistas, antisistémicas, como lo hemos venido sustentando.

Consecuentemente se desglosa una *utopía epistémica*, que se empieza a vislumbrar en los principios de una Educación para el Desarrollo en perspectiva latinoamericana-

na, desde la cual se sintetiza esa aspiración *de construir conocimiento de otro modo*: 1. Heterogenizando a los sujetos de la subalternidad, a partir de franquear las posturas que tienden a su esencialización como si se hubieran constituido dentro de exterioridades absolutas e inmanentes, y no en una matriz relacional de subjetivación en la que se deviene permanentemente, producto de la intersección de las múltiples opresiones y privilegios que sustentan los rasgos coloniales del proyecto civilizatorio de la euro-modernidad en la que todos estamos inmersos; 2. Produciendo sentidos que se sustenten en el reconocimiento de los propios lugares de la subalternidad, en favor de recuperar los diálogos desde la diversidad, entre los mismos docentes, con los estudiantes y las organizaciones sociales; 3. Superando la idea de la existencia de un conocimiento científico-académico (por demás androcéntrico y antropocéntrico) que resulta más válido que otros; 4. Poniendo el acento en acercamientos a la realidad integradores, desde los que se comprendan y sobrepasen el dualismo razón-emoción; 4. Constituyendo un conocimiento situado y útil para generar transformaciones hacia la emancipación, a la vez que no tenga aspiraciones de objetividad y que se reconozca parcial y contingente; 5. Asumiendo el conflicto como oportunidad y no como amenaza.

También, una *utopía Pedagógica* a partir de la que se proponen dos grandes horizontes retos: 1. Suscitar el encuentro de los sujetos educativos, sus saberes y sus maneras de habitar el mundo, para construir mediaciones pedagógicas situadas que posibiliten el reconocimiento de estas diversidades, se generen diálogos y se potencie la construcción del tejido social. 2. Construir estrategias didácticas participativas, que

privilegien el diálogo hacia la resignificación de sí mismos, las comprensiones de la realidad en la que viven, y la experiencia en torno a la agencia, dada al menos en dos sentidos, de un lado la denuncia de las formas de pensamiento dominante que perpetúan la exclusión social y el compromiso con las poblaciones y organizaciones sociales, que enfrentan situaciones de injusticia y opresión de cualquier índole.

La *utopía Ética* emerge entendiendo que esta reflexión no se da por fuera del contexto social y político en el cual se formula (BUTLER, 2009). Así, desde el proyecto del Centro se han acordado principios comunes de acciones orientadas a la solidaridad, el cuidado y la defensa de la vida en sus múltiples manifestaciones, como condición de existencia y horizonte de ruptura a las lógicas de muerte y devastación propias del desarrollo capitalista y del proyecto moderno colonial. De manera que, se empieza a transitar por las éticas del cuidado propuesta por las perspectivas ecofeministas; una ética de la responsabilidad que permita reconocer los propios límites y los del otro, de la que se derive una disposición hacia la humildad y la generosidad; y la ética del bien común y para la garantía de las condiciones de la vida plena, propuesta por Franz Hinkelamert (2005).

Respecto a la *utopía Metodológica*, se requiere superar las dificultades con las que se asumieron los procesos de sistematización de las experiencias pedagógicas y de trabajo comunitario desarrollados en el Centro, más allá de declarar como horizonte el enfoque socio crítico, hacia la necesidad de pensar los problemas desde y con las poblaciones que conforman las organizaciones sociales. Esto implica evaluar el proceso continuo de acción-reflexión-ac-

ción, en el que se consideren siempre las relaciones de poder que necesariamente existen en los equipos de investigación, con el fin de atender a la apuesta de proponer y abordar conjuntamente los problemas y tomar las acciones necesarias para reconocer los lugares desde los cuáles se asume la tarea de proponer alternativas.

Para ello resulta pertinente preguntarse, por ejemplo: ¿quiénes somos los profesores que producimos y recreamos conocimientos y prácticas desde y en este centro? La respuesta permitirá pronunciar nuestro lugar de enunciación:

Somos personas que provenimos de contextos marginalizados, educadores populares, mujeres jóvenes en su mayoría, profesores que han acompañado en varios momentos de su historia luchas colectivas, comunitarias, campesinas, ambientales, educativas, juveniles, entre otras, en últimas sujetos que pensamos que esta denominada “academia” es también un campo de lucha en la geopolítica del conocimiento (Lander, 2000; Mignolo, 2001). (NEIRA, 2016, p. 103)

Esto es, no somos sujetos de un *afuera*, somos profesionales del sur y en el sur, por lo tanto, intelectuales que analizamos nuestra propia realidad, hacemos parte de ella, de ahí que esa relación sujeto-objeto problematizada en la Investigación-acción deba actualizarse. Por supuesto, muchos intelectuales vienen de las élites económicas, políticas y/o académicas y se comprometen con las otredades “menos favorecidas”, pero este no es el caso, quienes conforman este equipo hacemos parte de esos “otros”.

En suma, el horizonte de la reflexión metodológica en nuestro centro educativo, recae en la “utopía” de proponer intervenciones descolonizadoras de investigación-acción a las experiencias globalizantes del desarrollo propias de las lógicas del capitalismo, como un proyecto político por subvertir la geopolítica del conocimiento fabricado e impuesto desde la “modernidad” en función de su autodefinición, y la consecuente producción de periferias epistémicas que han sostenido la colonialidad, y el desplazamiento de las comprensiones locales como subalternas. De ahí que quede abierta la necesidad de producciones epistémicas diversas, situadas, territorializadas, relativas a unos contextos particulares, plurales, producto de procesos sociohistóricos en los que se generan. Unas producciones epistémicas que devengan producto de la interacción educativa-ética con las comunidades, y que vayan erosionando y transformando las comprensiones, prácticas y vivencias cotidianas que marquen interrupciones y coordenadas de lectura desestabilizantes.



[**TATIANA GUTIÉRREZ ALARCÓN**]

Docente e investigadora y líder de investigaciones del Centro de Educación para el Desarrollo.

Uniminuto, Sede principal.

E-mail: tpgutierrez@gmail.com

[**ANDREA NEIRA CRUZ**]

Directora del Centro de Educación para el Desarrollo. Uniminuto. Sede principal.

E-mail: andreaneira1@gmail.com

Referencias

APARICIO, Juan Ricardo; BLASER, Mario. La “ciudad letrada” y la insurrección de saberes subyugados en América Latina. En: LEYVA, Xochitl Solano et al. (Eds.). **Prácticas otras de conocimiento(s)**: entre crisis, entre guerras. México: Editorial Retos, 2015. cap. 1.

BARTRA, Armando; DUSSEL, Enrique. **La utopía**. En: FERIA INTERNACIONAL DEL LIVRO, 2014, México. [s.l.]: Brigada para leer en libertad. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=_p_sR3oHfZE&feature=share>. Acceso en: 10 nov. 2017.

BUTLER, Judith. **Dar cuenta de sí mismo**: violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. En: EDGARDO, Lander (Comp.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. 246 p.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Comps.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FALS Borda, Orlando. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla**: por la praxis. Bogotá, Colombia: Ediciones Tercer Mundo, 1978.

FALS Borda, Orlando. (1981). La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción. En: _____. **Antología. Orlando Fals Borda**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

HALL, Stuart. Significación, representación, ideología: Althusser y los debates postestructuralistas. En: _____. **Sin garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Ecuador: Envión editores, Instituto de Estudios Peruanos; Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar; Pontificia Universidad Javeriana; Universidad Andina simón Bolívar, 2010, p. 193-220.

LANDER, Edgardo. (Comp.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

LEYVA, Xochitl; SPEED, Shannon. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. En: LEYVA, Xochitl; BURGUETE, Araceli; SPEED, Shannon

(Coords.). **Gobernar (en) la diversidad:** experiencias indígenas desde América Latina. hacia la investigación de co-labor. México D.F: Centro de *Investigaciones y Estudios Superiores* en Antropología Social Facultad Latinoamericana de. Ciencias Sociales, 2008, p. 34-59.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Frantz Fanon como filósofo poscontinental. En: MARTINEZ CONTRERAS, Jorge; PONCE DE LEÓN, Aura. (Coords.). **El saber filosófico. Sociedad y ciencia.** México: Siglo XXI Editores; Asociación Filosófica de México, 2007, 230 p., v. 2.

MIGNOLO, Walter. **Capitalismo y geopolítica del conocimiento:** el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Signo, 2001.

MIGNOLO, Walter. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales. **AdVersus**, Buenos Aires, año 2, n.4, dic. 2005. Disponible en: <http://www.adversus.org/indice/nro4/articulos/articulo_mingolo.htm>. Acceso en: 10 nov. 2017.

MONTES MONTOYA, Angélica; BUSSO, Hugo. Entrevista a Ramón Grosfoguel. **Polis**, Revista Latinoamericana, Santiago, n. 18, jul. 2012. Disponible en: <<http://polis.revues.org/4040>>. Acceso en: 10 nov. 2017.

NEIRA CRUZ, Andrea. Hacia educaciones y desarrollos otros: una propuesta colectiva para la transformación. **Revista Polisemia**, Colombia, n. 21, junio 2016. Disponible en: <<http://biblioteca.uniminuto.edu/ojs/index.php/POLI/article/view/1402/1337>>. Acceso en: 7 nov. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. La Sociología de las Ausencias y la Sociología de las Emergencias: para una ecología de saberes. En:_____. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social.** Buenos Aires: Clacso, 2006. cap. 1.

SVAMPA, Maristella. **Debates latinoamericano:** indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

A
SISTEMATIZAÇÃO
DE EXPERIÊNCIAS
NA PRÁTICA: A
PESQUISA SOBRE
A HISTÓRIA DA
OCUPAÇÃO O
BAIRRO VILA
OPERÁRIA III, EM
GUARULHOS (SP)

[ARTIGO]

Maíra Carvalho de Moraes

Universidade de São Paulo. Escola de Artes Ciências e Humanidades

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo irá analisar a utilização da sistematização de experiências na pesquisa de campo do projeto de pesquisa intitulado “Justiça Social e Território: A Luta do Movimento de Luta por Moradia – MLM na Vila Operária, em Guarulhos (SP)”. A partir da análise dessa metodologia participativa e das condições cotidianas da pesquisa, infere-se a necessidade de combinar uma abordagem teórica com a metodologia participativa, para que possam ser reconstruídas as histórias da ocupação desse território. E a partir dessas histórias, compreender as relações de produção das cidades da Região Metropolitana da Grande São Paulo, as organizações envolvidas nas disputas fundiárias nessa região e a luta da classe trabalhadora por justiça social.

Palavras-chave: Movimentos Sociais de Moradia. Metodologias Participativas. Território. Região Metropolitana da Grande São Paulo.

The article will analyze the use of the Systematization of Experiences in the research project titled “Social Justice and Territory: The Struggle Movement for Housing in Vila Operária III, in Guarulhos (SP)”. Based on the analysis of this participatory methodology and the daily conditions of the research, it is inferred the need to combine a theoretical approach with the participatory methodology, so that the histories of the occupation of this territory can be reconstructed. And from these stories, understand the production relations of the cities of Greater São Paulo Metropolitan Region, the organizations involved in land disputes in this region and the struggle of the working class for Social Justice.

Keywords: Social Housing Movements. Theory. Participatory Methodologies. Territory. Metropolitan Region of Greater São Paulo.

El artículo analizará la utilización de la sistematización de experiencias en la investigación de campo del proyecto de investigación titulado “Justicia Social y Territorio: La Lucha del Movimiento de Lucha por Vivienda en la Vila Operaria III, en Guarulhos (SP)”. A partir del análisis de esa metodología participativa y de las condiciones cotidianas de las investigaciones, se infiere la necesidad de combinar un abordaje teórico con la metodología participativa, para que puedan ser reconstruidas las historias de la ocupación de ese territorio. Y a partir de esas historias, comprender las relaciones de producción de las ciudades de la Región Metropolitana de la Gran São Paulo, las organizaciones involucradas en las disputas agrarias en esa región y la lucha de la clase trabajadora por justicia social.

Palabras clave: Movimientos Sociales de Vivienda. Teoría. Metodologías Participativas. Território. Región Metropolitana de la Gran São Paulo.

Introdução

Este artigo aborda a utilização da sistematização de experiências, metodologia participativa na perspectiva do pesquisador, sociólogo e educador peruano Oscar Jara Holiday. Essa metodologia está sendo utilizada no projeto de pesquisa para dissertação de mestrado do programa de Mudança Social e Participação Política, intitulado “Justiça Social e Território: a luta do Movimento de Luta por Moradia – MLM na Vila Operária, em Guarulhos (SP)”.

O bairro de Vila Operária está localizado nas proximidades dos bairros Parque Continental III, Cabuçú, Morro Grande e Capelinha, na região nordeste do município de Guarulhos, que fica na Região Metropolitana da Grande São Paulo (RMSP). Assim como ocorre em diversos municípios da RMSP, a questão fundiária tem sido um grave problema para os cidadãos e o Estado, devido à grande quantidade de territórios sem regulação fundiária e o déficit de moradias para a classe trabalhadora. O bairro de Vila Operária está no centro de um grave problema jurídico, pois seu território está em disputa pelos moradores, a Imobiliária Continental e o Estado. Soma-se a essa tensão a inclusão do bairro na zona de defesa da Área de Proteção Ambiental – APA Cabuçú-Tanque Grande, que possui uma grande diversidade de mananciais e áreas verdes, além de parte da área ter sido desapropriada para a construção do trecho Norte do Rodoanel.

Os moradores da Vila Operária iniciaram uma mobilização para tentar resistir aos processos de desapropriação e

aos acordos de compra de terreno oferecidos pela Imobiliária Continental. O movimento de Luta por Moradia (MLM) auxiliou muitos moradores na luta por seus direitos, posto que as matrículas da área que englobam a Vila Operária e os Parques Continentais (I ao V) estão sendo contestadas por moradores e posseiros, com processos correndo na Justiça. Sendo assim, diante desse quadro e do objetivo de construir uma história do presente da Vila Operária, este artigo analisa o uso da sistematização de experiências e as adaptações necessárias para o estudo do tema dentro da pesquisa – a mobilização dos moradores pelo direito à moradia. Além disso, propõe a necessidade de uma abordagem teórica de pesquisadores da área de ciências sociais aplicadas para que ocorra um diálogo entre a metodologia participativa e as metodologias de análise de movimentos sociais com abordagens teóricas.

Essa necessidade de “combinação” de metodologias deriva da complexidade do tema e da dificuldade em promover as ações sugeridas por Jara, diante das tensões que compõe o cotidiano dos movimentos sociais. Em suma, esse artigo infere sobre a necessidade de combinar o aporte teórico com o trabalho de campo para sistematizar o processo de ocupação desse território.

Abordagem teórica dos movimentos sociais

A combinação entre a abordagem teórica de análise e a metodologia participativa

tem sido uma ferramenta importante para a pesquisa de campo sobre a Vila Operária. Ainda que a prerrogativa da sistematização de experiências seja a construção de uma teoria a partir do trabalho de campo, para essa temática a abordagem teórica de análise é um importante eixo para dialogar com os resultados do trabalho de campo.

Há uma grande diversidade de pesquisadores de movimentos sociais na América Latina. Especialistas com uma intensa produção teórica sobre o tema, que têm se dedicado a analisar as particularidades das condições sociais, econômicas e culturais latino-americanas. Dentre eles, a socióloga Maria da Glória Gohn tem pesquisado os movimentos sociais brasileiros e em sua análise dividiu os movimentos sociais em três tipos predominantes:

- Movimentos Identitários – lutam por direitos sociais econômicos, políticos e culturais como os movimentos afrodescendentes, os movimentos de mulheres, indígenas, idosos e de pertencimento cultural e territorial;
- Movimentos de Luta por melhores condições de vida e trabalho;
- Movimentos Globais e Globalizantes – redes sociopolíticas e culturais, movimentos que se articulam em redes locais e internacionais.

Essa categorização é resultante da análise da produção científica sobre os movimentos sociais. Maria da Glória Gohn realizou uma exegese das teorias predominantes na academia e a partir dessa análise é possível localizar os mo-

dores da Vila Operária e sua organização em movimentos de luta por melhores condições de vida, pois sua demanda está direcionada à garantia do direito à moradia prescrito na Constituição Brasileira de 1988. Além das formas predominantes, Gohn destacou os eixos analíticos nas teorias predominantes sobre movimentos sociais: as teorias construídas a partir de eixos culturais relativos ao processo de construção de identidades; as teorias focadas no eixo de justiça social; e as teorias que destacaram a capacidade de resistência, de luta pela autonomia, formas de luta, entre outras. Além da categorização e dos eixos teóricos, Gohn realizou uma última análise, a da divisão entre movimentos em rede e mobilização social. Para a autora, a partir dos anos 90 há uma renovação nas categorias de análise devido aos processos de mundialização:

As categorias de análise também se alteram no quadro das teorias dos movimentos sociais: redes sociais passam a ter, para vários pesquisadores, um papel até mais importante que movimento social. Mas eles as redefinem como redes de mobilização social. A questão da emancipação social persistiu restrita a alguns teóricos, não mais sob o crivo exclusivo da abordagem marxista. (GOHN, 2005, p. 445)

O território passou a ser uma importante categoria para a pesquisa dos movimentos sociais, pois se articulou com os direitos humanos, as necessidades das classes trabalhadoras, os movimentos de pertencimento a uma localidade e os movimentos de luta de raízes étnicas. Na discussão sobre a categorização dos movimentos sociais como

“rede” ou “mobilização social”, Maria da Glória Gohn pesquisou uma diversidade de autores. Dentre eles, os que discutem o poder das TICs (Tecnologias da Informação) nos movimentos sociais, como Villasante (2002), Scherer-Warren (2007) e Manuel Castells (2008). Para a autora, essas matrizes teóricas enfatizaram as ideias de circulação, fluxo, troca de informações, colaboração, aprendizagem, ação direta, o que ela encara como uma “procura pelo ser moderno”, com as antigas teorias representando apenas o antigo, ou as abordagens marxistas e da teoria crítica precisando ser superadas. Nesse universo com uma diversidade de léxicos como movimentos sociais e associativismo civil, a categoria “mobilização social” também foi apresentada. Conforme Gohn (2008), “desde logo, afirmamos que, para nós, mobilização social é um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas”. Mobilização social foi utilizada como categoria social nos dicionários de sociologia, como uso militar para defesa de um território, e como processo de ativação de pessoas por governantes ou líderes da sociedade civil nos dicionários de política (GOHN, 2008, p. 448). De maneira geral, para Gohn, a mobilização social compreende os movimentos sociais, que estão em busca de resolução de problemas cotidianos – uma ação coletiva que é construída com a convivência, a comunicação, a interação e a integração do grupo envolvido. Muitos desses movimentos sociais não possuem um projeto político a longo prazo, estão preocupados com a reforma das condições atuais. Maria da Glória Gohn apresentou uma série de categorizações que auxilia o pesquisador a compreender melhor a gênese

e a ação dos movimentos sociais latino-americanos. Desse modo, apresentou as ferramentas de análise dos movimentos sociais, que, combinadas com metodologias de pesquisa participativa, podem gerar resultados interessantes. A partir dessas categorizações de análise é possível iniciar o trabalho de campo com mais informações. Nesse caso, o movimento da Vila Operária pode ser analisado como um movimento de luta por melhores condições de vida (reformistas) na busca por justiça social sob a forma de mobilização social.

Metodologias participativas de pesquisa: sistematização de experiências

A abordagem teórica dos movimentos sociais auxilia o pesquisador a compreender melhor o seu tema, o que, combinado à pesquisa de campo, poderá produzir trabalhos com informações mais completas sobre o assunto. Assim como sugere Maria da Glória Gohn, as teorias sobre movimentos sociais produzidas por pesquisadores latino-americanos apresentaram soluções para a compreensão da nossa realidade.

Oscar Jara Holiday, sociólogo peruano, é um dos pesquisadores da “sistematização de experiências”. Jara caracterizou a sistematização de experiências como uma teoria em construção. Em seu livro *A Sistematização de Experiências – Prática e Teoria para Outros Mundos Possíveis*, destacou o itinerário da construção da sistematização, inicialmente com o questionamento

das abordagens teóricas do Serviço Social e dos movimentos sociais que tinham matriz europeia e norte-americana.

Esse pensamento crítico ganhou impulso com o contexto histórico-social da época (anos 1960-1980). No Chile houve a vitória do governo Allende e da Unidade Popular, a luta dos partidos de esquerda em diversos países latino-americanos e a emergência de uma rica produção cultural e científica cujo foco era a realidade latino-americana. O trabalho de campo seria a fonte de teoria. As obras de Paulo Freire também foram um importante recurso, pois incitaram o pesquisador a produzir conhecimento com base na realidade. Para Jara a primeira afirmação da sistematização de experiências ocorreu no Brasil em 1972 no Seminário Latino-Americano de Serviço Social. Interessante notar que Jara criou uma gênese coletiva latino-americana (Brasil e países hispano-americanos) para a construção da metodologia. Inicialmente, a sistematização de experiências se voltou para os estudos da Educação Popular, e, posteriormente, para as pesquisas sociológicas da investigação-ação participativa. De maneira geral, de acordo com Jara, a sistematização de experiência é resultante das novas correntes do pensamento latino-americanas, das novas abordagens do serviço social, da teoria de Paulo Freire para a educação popular e de adultos, projetos de comunicação popular, Teatro do Oprimido, Teologia da Libertação, Teoria da Dependência e pesquisas sobre a investigação-ação participativa. Esse mosaico teve como eixo temporal as décadas de 1960-1980, com as ditaduras militares e a resistência ao seu pensamento conservador pela construção de novas abordagens com base no materialismo histórico-dialético marxiano.

O que é a sistematização de experiências?

Para Oscar Jara Holiday, a sistematização de experiências é uma proposta metodológica em cinco tempos:

Trata-se de uma proposta em cinco tempos, que sugere um procedimento com uma ordem justificada, mas que não necessariamente deve seguir-se tal e qual, pois dependerá de muitos fatores que incidem na multiplicidade de experiências existentes. Esse instrumento deve ser usado como sugestão e inspiração, mesmo que por razões didáticas se apresente um pouco rígido. Por esse motivo esse capítulo se oferece um leque muito variado de possibilidades, para servirmos de referência ao definir o procedimento e os instrumentos próprios de cada sistematização. (JARA, 1996, p. 84.)

Jara apontou que a sistematização de experiências não é sistematização de informações. A proposta metodológica pode ser resumida nos seguintes passos: (1) o ponto de partida, que deve ser a ação que o pesquisador deseja analisar; (2) as perguntas iniciais sobre a ação; (3) a recuperação do processo vivido; (4) a reflexão de fundo; (5) o ponto de chegada. A sistematização de experiências permite que se construa um saber a partir da experiência estudada, em contextos que vão desde projetos de educação popular até movimentos sociais.

Essa teoria é resultante da reconstrução racional do processo vivido pelo pesquisador e pelos pesquisados. Há uma

valorização dos saberes de todas as pessoas envolvidas no processo, e a partir do material coletado e analisado se produz ciência a partir da prática:

Por ello, la interpretación no se puede reducir solo a la particularidade de lo que hicimos directamente sino que deberá relacionar nuestra práctica concreta con el contexto, los desafíos vigentes, las otras fuerzas em juego etc., para entoces pretender comprender mas profundamente los aspectos relevantes de nuestra experiencia. Es decir, por ejemplo, que desde una experiencia de trabajo en agricultura sostenible podríamos llegar a interpretar sus relaciones con los cambios en el mundo rural hoy. Las posibilidades son grandes y múltiples en este campo, vinculando práctica y la teoría. (JARA, 2001, p. 4)

A sistematização de experiências na prática: limites e possibilidades

Conforme exposto na introdução deste artigo, a sistematização de experiências está sendo utilizada em uma pesquisa, visando a uma dissertação de mestrado sobre a história da ocupação da Vila Operária, em Guarulhos (SP). Seguindo as orientações das obras de Oscar Jara Holliday, o trabalho de pesquisa foi organizado conforme as publicações *A sistematização de Experiências, Prática e Teoria – Para Outros Mundos Possíveis e Para Sistematizar Experiências*.

De acordo com a proposta em cinco tempos, o ponto de partida da pesquisa

seria a ocupação do território do bairro da Vila Operária. Porém, para chegar à conclusão de que esse deveria ser o início da pesquisa de campo, foi necessária uma série de pesquisas de campo iniciais, incluindo o contato com o líder do MLM, Anselmo, um dos responsáveis pela organização dos moradores na resistência às reintegrações de posse. A partir de diversas visitas ao bairro, conversando com moradores como Luís Gregório, um dos primeiros posseiros de uma parte da área. A partir da escuta dessa história de ocupação foi possível verificar a necessidade de contar a história do bairro e realizar uma história do presente para poder entender as ações do movimento social.

Nesse momento, a segunda prerrogativa – ter participado da experiência – tornou-se um dos objetivos da pesquisa, com a participação em reuniões de discussão e o contato direto com os moradores. Jara entende que a “participação na experiência” deve acontecer em forma de trabalho coletivo, como ocorre em instituições educacionais ou populares. Oficinas e mesas de discussão junto aos participantes para que reflitam sobre as ações empreendidas pelo grupo. Porém, os encontros coletivos são muito difíceis nos movimentos sociais envolvidos em temas mais complexos que apresentam tensões com a polícia e sistema judiciário.

O registro da experiência é o processo de documentação dessa atividade realizada com o movimento social ou educadores. Pelo fato de a sistematização de experiências ter tido o seu início em projetos de educação popular e os processos de alfabetização, esse passo do processo seria registrado. No caso desta pesquisa, o

registro da experiência foi adaptado para registros visuais do território, entrevistas com os moradores, pesquisa de documentos com os próprios moradores, e toda e qualquer interação com a comunidade.

A partir da participação e do registro da experiência, Jara propôs a sistematização em si, que é compreendida como uma série de questionamentos a partir do trabalho. Primeiro, definir os objetivos da sistematização, a delimitação do objeto e a definição do eixo central da sistematização. No caso da pesquisa da Vila Operária, o objetivo da sistematização foi definido como a construção da história do presente do bairro. E a partir dela, extrair as problemáticas de justiça social na cidade de Guarulhos, como a regulamentação fundiária, a exclusão do direito de moradia à classe trabalhadora, a ação do capital no espaço, entre outras.

A segunda pergunta da sistematização refere-se ao desejo de sistematizar, ou por que queremos sistematizar a experiência. Ou seja, realizar as perguntas iniciais. Mais uma vez, conhecer a realidade desse bairro permite ter acesso às especificidades da ocupação do território pela classe trabalhadora na Região Metropolitana da Grande São Paulo (RMSP). E a partir disso, compreender as relações de produção nas cidades da RMSP, as estruturas econômicas e a percepção dos trabalhadores sobre sua própria condição. A terceira pergunta refere-se a quais experiências devemos sistematizar, ou seja,

[...] escolher a ou as experiências concretas a serem sistematizadas, claramente delimitadas em tempo e lugar. Os critérios para escolhê-las e delimitá-las

podem ser muito variados: depender do objetivo, da consistência das experiências, dos participantes no processo de sistematização, o tipo de contexto em que se deram, etc. (JARA, 1996, p. 95)

A terceira questão dos cinco pontos da sistematização se refere a quais aspectos da sistematização serão analisados. No caso desta pesquisa, serão analisadas as histórias da ocupação e o envolvimento da comunidade na luta pelo direito à moradia. A partir da análise dos diários de campo, entrevistas, documentos visuais, textuais, jurídicos, o processo será ordenado e reconstruído. Ou seja, a construção de uma história possível da Vila Operária.

A análise dos materiais é o quarto eixo da sistematização. O pesquisador deverá realizar a reflexão sobre a experiência, localizar as contradições, as tensões do processo entre pesquisador e comunidade, e formular perguntas sobre esse processo crítico. E se perguntar por que tal ação se realizou dessa forma. Nesse caso, a partir de entrevistas e contatos, e acompanhando a história da luta da Vila Operária, refletir se houve mudanças com a conjuntura política, avanços e recuos nos desejos dos moradores e formular possíveis respostas.

O quinto ponto é a formulação de conclusões. A partir da experiência prática com essa metodologia, só é possível formular inferências. Sendo assim, a sistematização de experiências é uma fonte de informação, que pode gerar uma teoria, que nasce na experiência e deve ser comunicada. O ponto principal é a comunicação da sistematização de experiências à comunidade envolvida:

Aqui, fazemos referência outra vez ao que dissemos no capítulo 3º que a dimensão comunicativa da sistematização é um aspecto substancial e não secundário ou optativo. Insistimos também, em que produzir esse material permitirá realizar uma nova “objetivação” do vivido, que nos enriquecerá ainda mais o processo de pensar e transformar nossa própria prática. (JARA, 1996, p. 110)

Apesar de a pesquisa ainda estar ocorrendo, algumas questões já podem ser averiguadas sobre os limites dessa metodologia. Conforme observado anteriormente, a sistematização de experiências teve sua gênese nas áreas de Serviço Social e Educação Popular, porém foi aplicada em uma diversidade de experiências coletivas populares

O contexto produzido pela Revolução Sandinista desempenhou um novo papel convocatório e dinamizador das perspectivas políticas e pedagógicas que animaram múltiplas práticas em todo o continente, e isto explica, em parte, o intenso intercâmbio, desenvolvimento e busca comum da segunda metade dos anos oitenta. (JARA, 2012, p. 56)

Dentre as experiências nomeadas por Jara estão as experiências com Direitos Humanos no Equador e Peru, com as Mães da Praça de Maio na Argentina, e os camponeses na Nicarágua. O cenário dos anos 1970 e 1980 foi fundamental para a disseminação dessa metodologia de pesquisa de experiências coletivas. As oficinas e mesas são ferramentas importantes para a realização da sistematização de experiências; contudo, no caso dos movimentos sociais

pós-década de 1990 no Brasil, algumas questões devem ser relativizadas. Como por exemplo, o risco de exposição dos participantes de movimentos de moradia, que são frequentemente alvo de ameaças das forças policiais, das instituições jurídicas estatais e das empresas ou organizações envolvidos na disputa fundiária.

Considerações Finais

O processo de pesquisa é composto por uma série de momentos de tensão entre o pesquisador, sua pesquisa e a abordagem teórica. Processo dialético que questiona, gera crises e por fim transforma. As metodologias participativas têm sido uma importante ferramenta para a pesquisa na área de ciências sociais aplicadas, sobretudo se o pesquisador deseja realizar um trabalho conjunto com a comunidade analisada.

A sistematização de experiências é um exemplo de como os saberes da comunidade pesquisada podem auxiliar na construção de ciência, especialmente nos casos em que há especificidade de temas ligados a território, condutas coletivas e história de um movimento social localizado. Porém, como toda teoria, possui limitações. O uso de oficinas e mesas de discussão organizadas não é uma alternativa para os pesquisadores no início de sua pesquisa. É preciso apoio institucional e uma rede de contatos e, sobretudo, temas que apresentem menos tensões.

No caso dos movimentos sociais de moradia, pós década de 1990 ocorre uma

problemática maior. De acordo com Edson Miagusko, em sua obra *Movimentos de Moradia e Sem Teto em São Paulo – Experiências no Contexto de Desmanche*, houve na década de 1990 uma mudança no tratamento dos movimentos sociais brasileiros, a partir da criminalização da greve dos petroleiros em 1995.

Portanto, há uma novidade no tratamento dos movimentos sociais a partir dos anos 1990: a criminalização se dava na medida em que se recorria à defesa do estado de Direito democrático. O registro não era ideológico, mas da “verossimilhança”. O consenso se construía a partir do alargamento do campo de intervenção dos movimentos sociais na conformação de políticas de gestão e pela criminalização dos que procurassem operar por fora desse campo gravitacional. (MIAGUSKO, 2012, p. 23)

A implantação de políticas liberais na economia política brasileira acirrou o tratamento dado aos movimentos sociais de moradia, já que a luta desses movimentos sociais é pelo direito de propriedade, eixo medular da cultura burguesa. O historiador argentino José Luis Romero narrou, em *América Latina – As Cidades e as Ideias*, a construção das cidades latino-americanas como centros da economia liberal, construídas para as elites, mas com uma cultura social e política conservadora. O paradoxo dos movimentos de luta por moradia ou sem-teto é serem uma construção coletiva em busca de um direito relegado às camadas médias e altas. A cidade, para Romero, é um espaço em que os trabalhadores são condicionados à ideologia conservadora – projeto da colonização ibérica, espanhola e lusitana,

que se concretizou com sucesso. O caudilhismo é um fenômeno urbano, assim como a destruição da esfera pública e das possibilidades coletivas:

Mesmo depois de perceber a presença de uma nova massa, a velha ideologia persistiu na sociedade normalizada, dentro da qual se confrontavam sem excluir-se conformistas e inconformistas. Tradicional e forte, a ideologia conformista mantinha seu apoio a uma concepção liberal da sociedade, e propunha a cada um de seus membros o caminho da ascensão social via esforço, da capacidade e da competição. (ROMERO, 2004, p. 411)

É justamente por esse cenário belicoso, com a disputa pelo direito à propriedade, que realizar a sistematização de experiências torna-se um desafio. Os membros dos movimentos sociais sem-teto estão sempre sob ameaça judicial ou policial. Estão com medo das consequências de sua luta, diariamente ameaçados pelas ordens de reintegração de posse, pela perda de seus poucos pertences e de sua dignidade. Ameaçados por processos de formação de quadrilha, ainda que o território em disputa seja uma grilagem de uma empresa. Contudo, é comum a supremacia da lei do mais forte.

As entrevistas, as conversas, e as reuniões tomam o lugar das oficinas e mesas de discussão propostas por Jara. As discussões coletivas são restritas as conversas individuais, sempre temerosas de liberar informações que possam prejudicá-los. O cenário de desconfiança impera, pois o que está em jogo é a vida. Sendo assim, é preciso adaptações nos cin-

co pontos propostos por Oscar Jara Holli-day e uma ajuda dos estudiosos do tema. A metodologia de pesquisa participativa é uma boa alternativa para pesquisas que se preocupam em dar voz aos movimentos sociais, mas precisa estar combinada com abordagens teóricas de análise. O ponto da análise do material necessita do auxílio teórico de pesquisadores do tema. Neste caso, o auxílio teórico vem de Maria Glória Gohn, que estudou a fundo os movimentos sociais brasileiros.

Combinando a sistematização de experiências e a análise teórica dos movimentos sociais, a pesquisa pode ser muito produtiva, pois há uma retroalimentação da teoria com a prática, e a produção de uma teoria combinada. A socialização da pesquisa é fundamental para que os movimentos sociais possam conhecer a sua história sistematizada, criticá-la ou mesmo refutá-la:

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido do processo nelas vivido: os diversos fatores, que intervieram, como se relacionaram entre si e porque fizeram desse modo. (JARA, 2002, p. 84)

Apesar de a proposta apresentar uma perspectiva muito importante para construir uma ação transformadora, a adaptação a diferentes realidades é fundamental para o bom andamento da pesquisa. Sem quaisquer ilusões de construção de uma ciência individual, puramente racional e asséptica, o resultado da sistematização é apenas uma parte de um processo em construção. ■

[MAÍRA CARVALHO DE MORAES]

Formada em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Especialista em Mídia, Informação e Cultura pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Pesquisadora de movimentos sociais de moradia, história do presente de territórios e história econômica brasileira.
E-mail: mairacmoraes@gmail.com

Referências

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008.

JARA, Oscar. **A sistematização de experiências**: prática e teoria para outros mundos possíveis. Tradução Luciana Grafée e Sílvia Pinevro. Colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. Brasília: CONTAG, 2012.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1996.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem teto em São Paulo** – experiências no contexto do desmanche. São Paulo: Alameda, 2012.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as idéias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DESCASO E DETERIORAÇÃO DO LUGAR DE MEMÓRIA NO CASO DA CHACINA DA CANDELÁRIA NO RIO DE JANEIRO

[ARTIGO]

Guillermo Gumucio

Universidade de Mogi das Cruzes

Cristina Schmidt

Universidade de Mogi das Cruzes

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente estudo de caso visa a explicitar a situação do lugar de memória no caso da Chacina da Candelária, na região central do Rio de Janeiro, com o devido trabalho de campo para registro fotográfico *in situ* realizado em novembro de 2016. Com fundamentação nos ensinamentos de Nora (1996) e Seixas (2009), é possível constatar como o descaso para com determinados locais da cidade marcados por episódios de mais alta relevância como peças acusatórias do tipo de relação entre a máquina pública e a sua população é prejudicial para a manutenção e propagação da memória social coletiva. Além disso, descrevemos a ocorrência de um processo de suplantação da memória da chacina perpetrada por policiais militares do estado do Rio de Janeiro que vitimou oito pessoas em situação de rua, seis delas menores de idade, com a decisão do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016 de realizar um segundo ato de acender a pira olímpica na Praça Pio X, em frente à Igreja da Candelária, na abertura oficial dos Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Chacina da Candelária. Violência Policial. Memória Coletiva. Lugar de Memória. Memória Social.

This paper aims at demonstrating the current status of the lieu de mémoire of the case known as the “Candelária Massacre”, in downtown Rio de Janeiro, with the correspondent field work in order to take pictures *in situ*, in November, 2016. Additionally, describes how a substitution process of the memory concerning the massacre performed by policemen of the State of Rio de Janeiro that executed eight people living in the streets, six of them with less than 18 years old, develop with the decision of the Organizing Committee for the Rio 2016 Olympic and Paralympic Games of having a second torch lightened in Praça Pio X, in front of the Candelária Church, in the official opening ceremony of the Olympic Games.

Keywords: Candelária Massacre. Police Brutality. Collective Memory; Memory Location. Social Memory.

El presente estudio de caso demuestra la situación del lugar de memoria en el caso conocido como Masacre de la Candelaria, en la región central de Río de Janeiro, con el debido trabajo de campo para registro fotográfico *in situ* realizado en noviembre de 2016. Fundamentado en las teorías de Nora (1996) y Seixas (2009), es posible constatar como el descaso con determinados locales de la ciudad marcados por episodios de la más alta importancia como piezas acusatorias del tipo de relación entre la máquina pública y su población es perjudicial para el mantenimiento y propagación de la memoria social colectiva. Además, describimos la ocurrencia de un proceso de suplantación de la memoria de la matanza cometida por policiales militares del Estado de Río de Janeiro que victimó ocho personas que vivían en la calle, siendo que seis eran menores de edad, con la decisión del Comité Organizador de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos de Río 2016 de realizar un segundo acto de encender la pira olímpica en la Praça Pio X, en frente a la Iglesia de la Candelaria, en la abertura oficial de los Juegos Olímpicos.

Palabras clave: Masacre de la Candelaria. Violencia Policial. Memoria Colectiva. Lugar de Memoria. Memoria Social.

Introdução

Na madrugada de 23 de julho de 1993, dois carros com placas ocultadas circularam pela Praça Pio X, circundada pela Avenida Presidente Vargas e que abarca a Igreja da Candelária, na região central do Rio de Janeiro, e seus ocupantes dispararam contra os moradores em situação de rua, em sua maioria crianças, em uma das marquises comerciais na área. Os seis homicídios ocorridos nas imediações da Praça Pio X e a execução, no Aterro do Flamengo, de dois jovens capturados (juntamente com um morador de rua adulto, que sobreviveu) na mesma madrugada ficaram conhecidos, no coletivo, como Chacina da Candelária. Os crimes colocaram a cidade e, mais especificamente, a região central do Rio de Janeiro nas páginas do noticiário policial da imprensa nacional e internacional.

De tal modo, é razoável dizer que a região compreendida pela Praça Pio X, Igreja da Candelária e marquise da galeria que abriga a agência do Banco Safra na direção do flanco direito da Igreja da Candelária se tornou imediatamente em lugar de memória que suscita uma série de temas pertinentes àquela sociedade.

Para os fins dessa perspectiva e enquadramento do local em conceito historiográfico, atemo-nos à mais aceita definição de lugar de memória: “any significant entity, whether material or nonmaterial in nature, which by dint of human will or the work of time has become a symbolic element of the memorial heritage of any community”. (NORA, 1996, p. XVII)

O presente estudo tem como intuito demonstrar o descaso constatado nos

lugares da memória relacionados à Chacina da Candelária e, ainda, apresentar como os trabalhos da organização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 colaboraram para suplantam e apagar ainda mais a memória social a respeito do episódio. Para isso, realizamos trabalho de campo com a visita à Praça Pio X e imediações, no dia 12 de novembro de 2016, a fim de capturar a atual situação dos lugares de memória na região ligados à Chacina da Candelária.

É importante frisar que “a constituição da memória social é uma dimensão inseparável do processo de humanização do primata, donde o caráter social da memória” (NOVAIS, 2011, p. 16), lembrando que, seja por meio da memória histórica ou da memória narrativa, é essa memória que, compartilhada por uma população, é intrínseca ao seu percurso na linha do tempo, e frisando que “a história corresponde à necessidade da criação da memória social”. (*Ibidem*, p. 15)

Novais (2011, p. 26), de modo pertinente, lembra que a memória coletiva é função primeva da historiografia, que seria ponto de confluência basilar entre a história “tradicional” e a Nova História. De fato, o diálogo que os estudos inaugurais dessa nova historiografia da *École des Annales*, especial e mais notoriamente nas figuras de Braudel, Bloch e Febvre, consiste em matéria-prima da mais alta relevância para os estudos da memória, muitas vezes constituídos de arcabouço heterogêneo no que diz respeito às disciplinas: História, Historiografia, Sociologia, Antropologia etc.

Seixas (2009, p. 48), por exemplo, opina que a historiografia privilegiou a

memória voluntária como objeto principal de seus estudos. Há, conforme explicita esse mesmo autor (SEIXAS, 2009, p. 44), um “controle voluntário” do passado, e das lembranças que ele suscita, no presente, por parte dos órgãos oficiais, os mesmos que, evidentemente, constituem uma linha sucessória de falência do Estado, não cumprimento das obrigações mais básicas estabelecidas pelos Direitos Humanos e, como atestam a Chacina da Candelária e as regiões centrais de tantas metrópoles brasileiras, dos direitos da criança. (UNICEF, 1989)

Claro, abarca-se também a memória objetiva daqueles diretamente influenciados (pessoas em situação de rua, pessoas que transitam ou transitavam, principalmente à noite, nas proximidades da Praça Pio X, amigos e conhecidos, familiares das vítimas, fatais ou não, dos tiros) ou impactados (leitores das notícias sobre o caso, pessoas que conheciam as vítimas graças ao trajeto diário, que compreendia a região) pela Chacina da Candelária. Desse modo, uma perspectiva, esta de natureza política, não exclui a apreciação e existência de outra, afetiva (Seixas, 2009, p. 44). Assim, um estudo de caso como o presente não se atém à insistência historiográfica exclusiva sobre a memória voluntária, que estaria “deixando de lado [...] aspectos até agora pouco considerados: a dimensão afetiva e descontínua das expressões humanas sociais e políticas” (SEIXAS, 2009, p. 44). O historiador também aponta que “o passado que ‘retorna’ de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, reatualizado. Por isso o sentimento proustiano de que o passado outrora vivido é ressuscitado no presente”. (*Ibidem*, p. 49)

O que o Estado faz, voluntária ou involuntariamente, é, ao fim e ao cabo, evitar a *materialidade da memória*. Uma materialidade de caráter disruptivo, se oposto ao presente, e que “irrompe”. Ainda que ela não precise da materialidade para se caracterizar como tal (YATES, 2007), a memória jamais negará a materialidade como corrosão em prol de seu caráter social.

Inegável, portanto, que o lugar de memória, embora fruto, muitas vezes, de uma memória voluntária, não deixa de contemplar a memória que irrompe quando das mais diversas associações possíveis por parte de uma população, ainda que exista “uma diferença profunda entre a memória *reconstruída*, resgatada voluntariamente pela razão historiográfica, e aquela retomada e reconstruída involuntariamente” (Seixas, 2009, p. 48). O estudioso também é assertivo quanto à atualização do passado pela memória e afirma que “a memória [...] constrói o real, muito mais do que o resgata. [...] A memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos”. (*Ibidem*, p. 49)

Em consequência disso, é correto afirmar que, ao não resgatarmos de forma mais incisiva situações e acontecimentos tão recentes como os da Chacina da Candelária, estamos ratificando um comportamento de negação, repetindo os mesmos erros que acarretaram as já citadas violações de direitos da criança.

A preservação de uma memória em uma realidade que ainda não se aprimorou em qualquer sentido ligado diretamente àquele intrínseco aos da Candelária é elemento *sine qua non* para o agir com vistas a um futuro melhor. (*Ibidem*, p. 54)

E a aspiração a um futuro melhor é um elemento da mais alta relevância. Pode parecer inicialmente paradoxal a uma análise breve e incauta, mas é com a manutenção da memória que é possível resgatar de alguma forma o passado para operar no futuro. Esse pensamento é corroborado por uma série de autores e sintetizado por Seixas, quando diz que

[...] os discursos e as manifestações poderosas da memória se colocariam atualmente à história como uma ‘palavra de oráculo’, cumprindo funções que até recentemente (década de 60, provavelmente...) as utopias preenchiem. Assim, o olhar coletivo e individual sem o qual não há ação possível, o lançar-se coletivamente em direção a um futuro representado como “melhor” investir-se-iam não mais nas utopias históricas, mas valer-se-iam para projetar-se e atar passado e futuro. (*Ibidem*, p. 55)

É curioso notar como tal percepção não passou despercebida pelo Poder Judiciário em episódio ligado à Chacina da Candelária. No caso, Jurandir Gomes da França, que, inclusive, não era policial militar, foi acusado e preso no dia 28 de julho de 1993, mas absolvido quando não foi provada qualquer participação sua nos homicídios (o mesmo ocorreu com outros dois acusados). Segundo consta do acórdão correspondente, quando da produção de um episódio do programa *Linha Direta – Justiça*, a TV Globo tentou entrevista com França para inserção no programa. Diante da recusa por parte do absolvido, a emissora tratou França como personagem na trama desenvolvida para o espectador, uma dramatização dos eventos que o noticiário já cobrira, envolvendo a Chacina da

Candelária. O voto do ministro Luis Felipe Salomão no acórdão é bastante ilustrativo nesse sentido e cabe convocá-lo:

O que se espera é mesmo que as futuras gerações, por intermédio do registro histórico de crimes presentes e passados, experimentem idêntico sentimento de evolução cultural, quando, na posteridade, se falar em Chacina da Candelária, Chacina do Carandiru, Massacre de Realengo, Doroty Stang, Galdino Jesus dos Santos (Índio Galdino-Pataxó), Chico Mendes, Zuzu Angel, Honestino Guimarães ou Vladimir Herzog. E há também quem queira exatamente o caminho inverso ao esquecimento, o de perpetuar no imaginário de todos suas tragédias particulares até como forma de reivindicação por mudanças do sistema criminal, fazendo de suas feridas uma bandeira, como foi o caso da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, importante personagem das reformas legislativas concernentes à punição e prevenção da histórica violência doméstica e familiar contra a mulher, cuja luta contribuiu para a edição da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. (BRASIL, 2013, p. 34)

Após dissertar sobre como a abordagem do programa ressuscitou a dúvida por parte da população a respeito da conduta de França, Salomão conclui que,

[...] a despeito de a Chacina da Candelária ter se tornado – com muita razão – um fato histórico, que expôs as chagas do País ao mundo, tornando-se símbolo da precária proteção estatal conferida aos direitos humanos da criança e do adolescente em situação de risco, o

certo é que a fatídica história seria bem contada e de forma fidedigna sem que para isso a imagem e o nome do autor precisassem ser expostos em rede nacional. Nem tampouco a liberdade de imprensa seria tolhida, nem a honra do autor seria maculada, caso se ocultassem o nome e a fisionomia do recorrido, ponderação de valores que, no caso, seria a melhor solução ao conflito. Muito embora tenham as instâncias ordinárias reconhecido que a reportagem mostrou-se fidedigna com a rea-

lidade, a receptividade do homem médio brasileiro a noticiários desse jaez é apta a reacender a desconfiança geral acerca da índole do autor, que, certamente, não teve reforçada sua imagem de inocentado, mas sim a de indiciado. (*Ibidem*, p. 47)

É de conhecimento geral que um dos lugares de memória em homenagem às vítimas da Chacina da Candelária se tratava de uma cruz composta de madeira em gramado da Praça Pio X:

[Figura 1]

Cruz erguida em frente à Igreja da Candelária com os nomes das oito vítimas



Fonte: FRAZÃO, Fernando, 2016

Outrossim, em visita à Praça Pio X no dia 12 de novembro de 2016, foi possível constatar que a cruz não só é outra, sem o escrito dos nomes das vítimas, mas que a cruz original fora derrubada no solo em que estava fincada. Não obstante a ca-

racterística degradante e simbólica de tal lugar de memória literalmente caído, o posicionamento da cruz também colabora no sentido do transeunte avistar o lugar de memória de certa distância.

[Figura 2]
Situação da cruz em homenagem às
vítimas quando da pesquisa de campo



Fonte: GUMUCIO, Guillermo, 2016.

Fica claro, por conseguinte, apenas com esse exemplo, o descaso com o patrimônio como lugar de memória. Ainda, na calçada em frente à Igreja da Candelária, há figuras representando os corpos das

oito vítimas, trabalho de ilustração realizado já quando das primeiras homenagens após o caso, em julho de 1993.

[Figura 3]
Deterioração das figuras para
manutenção da memória coletiva



Fonte: GUMUCIO, Guillermo, 2016.

[Figura 4]
Aproximação da deterioração de figura para manutenção da memória coletiva



Fonte: GUMUCIO, Guillermo, 2016.

Inclusive, a única placa encontrada no lugar de memória não está de nenhum modo relacionada a qualquer aspecto social que vá além do caráter religioso, aparentemente, afixada de modo irregular, sem qualquer traço, palavra ou adorno

que chancele a placa por parte de algum órgão eclesiástico.

A situação, evidentemente, nem sempre foi assim, como é possível conferir em fotografia da época das homenagens imediatamente subsequentes à chacina.

[Figura 5]

Intervenção artística na calçada da Praça Pio X, em frente à Igreja da Candelária, em 27 de julho de 1993



Fonte: WILLIAM, Jorge, 1993.

Não se trata aqui de negar a ação do tempo nos lugares de memória, o que seria razoável e, inclusive, viria em prol de certa declaração do decorrer do tempo, das histórias se transformando em História (NOVAIS, 2011), mas de zelar pela manutenção do lugar de memória a favor de sua apreciação e compreensão por parte da sociedade. Assim como ocorre no exemplo da cruz, foi possível constatar, por meio do trabalho de campo, que a deterioração

das figuras em vermelho que simulam os corpos das oito vítimas prejudica a visibilidade do lugar de memória e, portanto, a sua apreciação por parte de uma população que, quiçá, não tenha conhecimento do caso. Vale ressaltar que não ocorreu qualquer crime naquele exato local, imediatamente em frente à igreja, já que é sabido, por meio dos autos, que os jovens dormiam na marquise da galeria comercial à esquerda de quem se colocar defronte à entrada

principal da Igreja da Candelária, no local representado na Figura 6.

Com efeito, tampouco há preciosismo na necessidade de visibilidade com razoável fidelidade no lugar de memória. Basta que resgatemos a proposta de reconhecimento automático de Bergson para que nos sintonizemos com a relevância da representação do lugar de memória material no presente como força motriz de ato memorial.

Mais alors, l'opération pratique et par conséquent ordinaire de la mémoire, l'utilisation de l'expérience passée pour l'action présente, la reconnaissance enfin, doit s'accomplir de deux manières. Tantôt elle se fera dans l'action même, et par la mise en jeu tout automatique du mécanisme approprié aux circonstances; tantôt elle impliquera un travail de l'esprit, qui ira chercher dans le passé, pour les diriger sur le présent, les représentations les plus capables de s'insérer dans la situation actuelle. (BERGSON, 1979, p. 46)

Ora, é justamente a “operação prática” da memória que o lugar de memória busca exercer, ainda que a mesma nem sempre esteja apoiada na experiência; ou seja, não é necessário ter vivido a Chacina da Candelária para compreender as suas inúmeras problemáticas, como sói ocorrer com qualquer outro episódio dessa natureza, levando, ao fim e ao cabo, à questão do lugar de memória sobre o Holocausto para as gerações que não viveram no período em que ele ocorreu, por exemplo.

Esse reconhecimento se torna mais difícil à medida que não há parte que

envide esforços no sentido de manter a função social do lugar de memória de forma constante.

O apagamento da memória, citius, altius, fortius

Não obstante o cenário demonstrado supra, situa-se em agosto de 2016, mais especificamente nas celebrações de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (e, nesta seara, caberia uma análise tão-somente pelo viés dos atos de celebração como lugar da memória de Nora), ações que ratificam uma suplantação do lugar de memória a respeito da Chacina da Candelária por signos que não são necessariamente conexos.

Trata-se, sem dúvida, de uma estratégia que pode suscitar consternação naqueles atingidos, direta ou indiretamente, pelo episódio suplantado, e deixar uma determinada parte da população irrequieta. Um exemplo análogo são, na explicação de Ansart, os franceses que tiveram que deixar tudo para trás para sair do país por causa da Guerra da Argélia e puderam voltar à sua pátria-mãe em 1962, quando as “associações de *pieds noirs* afirmam que seus direitos não foram efetivamente reconhecidos e pedem reparação”, de modo que “não aceitam o esquecimento e organizam manifestações para afirmar sua identidade; alimentam a suspeita contra as negligências de que se consideram vítimas”. (ANSART, 2009, p. 31-32)

Há, ainda, um desvirtuamento do léxico: a localidade em que a pira foi ace-

sa e que abrangeria, naturalmente, a Praça Pio X, foi rebatizada como “Boulevard Olímpico” para os fins de organização dos Jogos Olímpicos.

Não obstante, aqui também entra um elemento perverso na equação: os interesses comerciais da iniciativa privada, a qual não parece nem um pouco interessada em ter qualquer compromisso com a memória coletiva relacionada a algo a que seria muito improvável ela desejar se ver ligada, exceto pela localização. Ocorre que na galeria em que se desenrolou a ação da Chacina da Candelária situa-se uma agência bancária. Ou seja, essa iniciativa privada não vê qualquer vantagem, para dizer o mínimo, em envolver-se no res-

gate e manutenção de um lugar de memória que suscita reações naturais a um episódio tão brutal e manchado de sangue como o aqui estudado.

Ainda no âmbito da iniciativa privada, configura-se também outro lugar de memória, o da banca de jornal sobre a qual dormia Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente da Chacina da Candelária que, sete anos depois, em 2000, viria a protagonizar o caso do Ônibus 174 na mesma cidade. Segundo relatos de assistentes sociais, Sandro Nascimento, então com 15 anos de idade, era encontrado com frequência sobre a banca de jornal e costumava ali dormir também. (ÔNIBUS 174, 2002)

[**Figura 6**]

Marquise na Av. Presidente Vargas: à esquerda, banca de jornal celebrizada pelo caso de Sandro Nascimento; à direita, agência do Banco Safra



Fonte: GUMUCIO, Guillermo, 2016.

O desfecho do episódio do Ônibus 174 não poderia ser mais trágico. Em tempo real, o Brasil assistiu a uma polícia despreparada abordar o sequestrador, que, ato contínuo, tirou a vida da sequestrada para depois vir também a falecer. A principal suspeita era de asfixia dentro do carro da Polícia Militar, mas todos os policiais envolvidos foram absolvidos. (*Ibidem*)

Portanto, salta aos olhos como o(s) diálogo(s) do lugar de memória pode(m) ir além de seu próprio espaço físico, como costuma ocorrer com lugares de memória em configuração material, o que se vê de forma cabal no caso dos lugares de memória aqui estudados e ligados diretamente à Chacina da Candelária.

Contudo, o caso do Ônibus 174, com todos os temas que levanta (despreparo da força policial, espetacularização da violência urbana pela imprensa, influência política em decisões operacionais da polícia, invisibilidade e ressurgimento dos excluídos etc.) não apresenta a mesma facilidade de existência de lugares de memória imediatos, já que o episódio se desenvolveu em plena Avenida Brasil, no bairro do Jardim Botânico, em veículo de grande porte (um ônibus do transporte coletivo municipal). É desnecessário citar a dificuldade de manutenção de um lugar de memória nessas condições, o que torna a região da Praça Pio X de importância ainda maior, à luz do caráter de ciclo completo e anatomia do excluído que a trajetória de Nascimento

to demonstra – não conheceu um pai, aos oito anos viu a mãe morrer esfaqueada, tornou-se menino de rua depois de ficar órfão e assim por diante.

A indagação que cabe é sobre o motivo pelo qual não há, por exemplo, uma placa como aquela encontrada na lateral da Igreja da Candelária (Fig. 6) em memória das vítimas, na banca de jornal em questão. Evidentemente, o dono da banca não tem qualquer obrigação a esse respeito. Com efeito, é possível que o proprietário e/ou funcionário da banca que ali precisa trabalhar não queira relembrar o episódio, ou ligá-lo ao seu empreendimento, no que resgatamos o direito ao esquecimento fundamentado por Salomão, já citado.

Uma vez mais, nega-se o que Seixas (2009, p. 53) chama de “função ética” da memória, visto que o impulso que seria dado pela preservação do devido lugar de memória, no caso particular da Candelária, não se concretiza com a ênfase esperada por quem vê a sua dor e condição de vulnerabilidade mantida com relação a um Estado falho.

Ainda que, no âmbito estadual, tenha havido redução da maior parte das estatísticas de mortalidade, o número de homicídios provenientes de oposição à intervenção policial no estado do Rio de Janeiro ainda é digno de um verdadeiro cenário de guerra.

[Tabela 1]
Série histórica da taxa de homicídios
provenientes de oposição à intervenção
policial por 100 mil habitantes – estado
do Rio de Janeiro¹

Ano	Estado		
	Homicídio proveniente de oposição à intervenção policial	População	Taxa por 100 mil hab.
1998	397	14.032.591	2,8
1999	289	14.216.887	2,0
2000	427	14.403.603	3,0
2001	592	14.547.985	4,1
2002	900	14.695.177	6,1
2003	1.195	14.845.297	8,0
2004	983	14.998.470	6,6
2005	1.098	15.154.832	7,2
2006	1.063	15.314.526	6,9
2007	1.330	15.477.710	8,6
2008	1.137	15.644.549	7,3
2009	1.048	15.815.224	6,6
2010	855	15.989.929	5,3
2011	523	16.112.678	3,2
2012	419	16.231.365	2,6
2013	416	16.369.178	2,5
2014	584	16.461.173	3,5
2015	645	16.550.024	3,9

Fica claro que as estatísticas eram muito piores há dez anos, mas o resultado letal da intervenção policial no estado do Rio de Janeiro é problema de grande preocupação, evidentemente. Já os nú-

1 Fonte: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/SerieHistoricaEstadoRegioes.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

meros na capital apresentam a mesma tendência do escopo estadual, com evolução dos números no comparativo ao período de 2002 a 2010.

[Tabela 2]
Série histórica da taxa de homicídio
proveniente de oposição à intervenção
policial por 100 mil habitantes – estado
do Rio de Janeiro²

Ano	Estado		
	Homicídio proveniente de oposição à intervenção policial	População	Taxa por 100 mil hab.
2000	278	5.857.904	4,7
2001	381	5.902.592	6,5
2002	615	5.947.622	10,3
2003	798	5.992.995	13,3
2004	676	6.038.714	11,2
2005	707	6.084.782	11,6
2006	673	6.131.201	11,0
2007	902	6.177.974	14,6
2008	688	6.225.104	11,1
2009	643	6.272.594	10,3
2010	485	6.320.446	7,7
2011	283	6.355.949	4,5
2012	283	6.390.290	4,4
2013	224	6.429.922	3,5
2014	247	6.453.682	3,8
2015	307	6.476.631	4,7

Assim, ainda que se defenda alguma evolução nesse sentido, a realidade bate à

2 Fonte: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/SerieHistoricaEstadoRegioes.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

porta, saindo da invisibilidade da estatística e ganhando nomes e lugares: Denise Ribeiro Dias, arquiteta de 51 anos de idade, foi baleada em via que dava acesso ao chamado Boulevard Olímpico no mesmo 5 de agosto da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, e morreu no local após, ferida, bater em um poste. (CANDIDA; OUCHANA, 2016)

Outro fator por meio do qual é possível diagnosticar o processo de descaso para com a manutenção da memória relacionada à Chacina da Candelária é o depoimento do próprio jovem que carregou a pira que foi acesa na Praça Pio X, na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016: “Jorge sabe apenas que houve uma chacina ali, mas não tem muitas informações”. (JUNIOR, 2016)

A cobertura da imprensa sobre essa segunda etapa da cerimônia de abertura, na Praça Pio X, é rasa e aborda apenas superficialmente, quando muito, a questão da memória suscitada pela escolha do local para acender uma segunda pira olímpica.

A principal matéria da cobertura do acendimento da pira na Candelária no jornal *O Globo* dedica ao caso um parágrafo de quatro linhas, sem citar o número de vítimas ou o histórico do episódio, nem mencionar que os crimes foram perpetrados por agentes da força do Estado. (KNOPLOCH; GALDO, 2016)

O apagamento aqui apontado se faz também por omissão, pela negligência da cobertura jornalística. No mesmo caderno especial (“Rio 2016”) de *O Globo*, um articulista preferiu perguntar o que significaria para Vanderlei Cordeiro de Lima – mara-

tonista medalhista de bronze em 2004, que foi posteriormente laureado com a medalha Pierre de Coubertin por ter sido prejudicado na prova pela intromissão de um espectador – acender a primeira pira, a tradicional, no Estádio do Maracanã, em vez de dedicar pelo menos algumas linhas ao caso de Jorge Gomes, da Vila Olímpica da Mangueira, escolhido para acender a segunda pira olímpica no Boulevard Olímpico na região da Praça Pio X. (ANJOS, 2016)

Na transmissão exclusiva no Brasil feita pela TV Globo, a fala da repórter ilustra o quanto a estratégia da organização dos Jogos Olímpicos, realizada conjuntamente pelo Comitê Olímpico Internacional, Comitê Olímpico do Brasil e Governo do Estado do Rio de Janeiro, entre outras agências, é bem-sucedida no sentido de suplantar o lugar de memória, verdadeiro processo de tentativa de apagamento da memória social arraigada à Praça Pio X por ocasião da Chacina da Candelária.

A repórter cita que a região foi “totalmente revitalizada” e, no clímax, momento de êxtase pela declaração oficial de abertura dos Jogos Olímpicos pela segunda vez na mesma noite:

Está acesa a pira olímpica do povo! E a gente tem um show de fogos de artifício, pertinho da Igreja da Candelária para celebrar este momento tão especial pros Jogos Olímpicos do Rio, pra cidade do Rio de Janeiro, pro Brasil. Um momento que vai ficar guardado pra sempre na memória de todos nós, nos nossos arquivos, na história dos Jogos Olímpicos³.

3 PIRA da Candelária é acesa e encerra cerimônia de abertura das Olimpíadas. Disponível em: <ht-

Vale ressaltar a força da fala supramencionada no que tange à memória, tingida de tom perpétuo (“guardado para sempre”), em movimento, como já frisado no presente estudo, que denigre a dignidade daqueles impactados direta ou indiretamente pelos homicídios, ou, ainda, daqueles que enxergam no caso da Chacina da Candelária um retrato verossímil e sintetizado do Rio de Janeiro nos mais diversos temas já aqui abordados.

Considerações finais

Conforme demonstrado e analisado, é notório que a preservação do lugar de memória no caso da Chacina da Candelária é escassa e acarreta problemas de formação da memória social e coletiva da população circunscrita à realidade da cidade do Rio de Janeiro e, em certa medida, dos demais municípios brasileiros que sofrem seguidamente com vários dos mesmos problemas sociais já tão noticiados a respeito da capital carioca.

É possível, sob esta ótica, também chegar à conclusão de que, ainda que membro do Poder Judiciário reconheça a Chacina da Candelária como “fato histórico” e “símbolo da precária proteção estatal conferida aos direitos humanos da criança” (BRASIL, 2013, p. 5), os esforços para que um lugar de memória ainda reverbera no processo de formação de identidade visando a uma sociedade melhor e na

qual os direitos da criança, por exemplo, precisam ser levados à risca.

Para além da mera preservação do patrimônio, frisa-se que o descaso para com o lugar de memória material é extremamente significativo no que tange ao caráter social da memória correspondente e sua compreensão, ou seja, como essa memória é apreendida pela sociedade, e como ela pode vir a ter um papel para o desenvolvimento dessa população. A ausência de parte que envide esforços no sentido de preservar o lugar de memória, seja Estado ou não, tem consequências muito maiores do que a ociosidade na tarefa de manutenção de material arquitetônico ou escultórico, por exemplo – trata-se de negligência para com a memória coletiva de uma sociedade. ■

[GUILLERMO GUMUCIO]

Mestrando do Curso de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes e professor especialista dos cursos de Comunicação Social e Design Gráfico da Universidade de Mogi das Cruzes.
E-mail: guillermogumucio@umc.br

[CRISTINA SCHMIDT]

Doutora em comunicação e Semiótica pela PUC-SP; Mestre em Teoria e Ensino em Comunicação pela Metodista-SP, Pós-doutora pela Cátedra UNESCO/Umesp. Coordenadora, professora e pesquisadora do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes. Coordena o Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da UMC, e o Grupo de Pesquisa Comunicação, Diversidade e Cidadania CNPq/UMC. Atua no Curso de Comunicação e Design da UMC, e no Curso de Administração na Faculdade Bertogio – FABE. Sócia-fundadora da Rede Brasileira de Estudos da Folkcomunicação – Rede Folkcom, e Sócia da Intercom.
E-mail: cris_schmidt@uol.com.br

[tps://www.youtube.com/watch?v=gB_1A43ILGg](https://www.youtube.com/watch?v=gB_1A43ILGg).
Acesso em: 2 dez. 2016.

Referências

ANJOS, Márvio dos. O que significa Vanderlei acender a pira olímpica? **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2016. Rio, p. 1.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**: essai sur la relation du corps à l'esprit. Prefácio e notas Camille Riquier. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7). Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrido: Jurandir Gomes de França. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. **Lex**: Superior Tribunal de Justiça, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://midia.pgr.mpf.gov.br/pfdc/hotsites/mpdcom/docs/violacao-direitos-humanos/atuacao%20judicial/resp-1334097-rj-decisao.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

CANDIDA, Simone; OUCHANA, Giselle. Tragédia em dia de festa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2016. Rio, p. 12.

JUNIOR, Gonçalo. Menino da pira do povo fica famoso no Rio de Janeiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,menino-da-pira-do-povo-fica-famoso-no-rio-de-janeiro,10000067745>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

KNOPLOCH, Carol; GALDO, Rafael. Mistério duplo da chama dos jogos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2016, p. 1-2.

ÔNIBUS 174. Direção: José Padilha. Co-direção: Felipe Lacerda. Produção: José Padilha, Rodrigo Pimentel, Marcos Prado. Roteiro: Bráulio Mantovani, José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2002. 1 DVD (120 min.), 1.85:1, son., color.

NORA, Pierre (Org.). **Realms of memory**: rethinking the French past. Prefácio Lawrence D. Kritzman. Tradução Arthur Goldhammer. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

NOVAIS, Fernando Antonio. Introdução: para a historiografia da Nova História. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Ricardo Forastieri da (Orgs.). **Nova História em perspectiva**. 1. ed. vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 06-70.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2009.

SPIGLIATTI, Solange. Manifestação lembra 17 anos da chacina da Candelária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2010. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacao-lembra-17-anos-da-chacina-da-candelaria,585146>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

UNICEF. **Convenção sobre os direitos da criança**. [S.l.], 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html>. Acesso em: 16 nov. 2016.

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Tradução Flavia Bancher. Campinas: Unicamp, 2007.

ACCIÓN
COLECTIVA
INTERCULTURAL:
REFLEXIONES
METODOLÓGICAS
DESDE Y CON EL
MOVIMIENTO
CONGRESO DE
LOS PUEBLOS
(COLOMBIA)

[ARTIGO]

German Andrés Cortés
Universidad Externado de Colombia

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O seguinte trabalho é o produto das reflexões feitas a partir do projeto “Congresso dos Povos, ação coletiva intercultural e subjetividades políticas emergentes”, que inclui expressões e formas metodológicas participativas e ativas que envolvem atores rurais e urbanos pertencentes ao movimento social. CP como indígenas, camponeses e afro-colombianos. Essa reflexão é realizada no âmbito da última etapa do projeto, na qual a análise é estabelecida entre as categorias de ação coletiva, interculturalidade e subjetividades políticas, especialmente das dimensões da consciência política.

Palavras-chave: Ação Coletiva. Interculturalidade. Discursos Políticos.

The following work is the product of the reflections made from the project “The Congress of Peoples, intercultural collective action and emerging political subjectivities”, which includes participatory and active methodological expressions and forms that involve rural and urban actors belonging to the social movement. CP as indigenous, peasants and Afro-Colombians. This reflection is carried out within the framework of the last stage of the project, in which the analysis is established between the categories of collective action, interculturality and political subjectivities, especially from the dimensions of political consciousness.

Keywords: Collective Action. Interculturality. Political Discourses.

El siguiente trabajo es producto de las reflexiones realizadas desde el proyecto “El Congreso de los Pueblos, acción colectiva intercultural y subjetividades políticas emergentes”, en el cual se disponen formas y expresiones metodológicas participativas y activas que involucran actores rurales y urbanos pertenecientes al movimiento social CP como indígenas, campesinos y afrocolombianos. Esta reflexión se realiza en el marco de la última etapa del proyecto, en la que se establecen los análisis entre las categorías acción colectiva, interculturalidad y subjetividades políticas, especialmente desde las dimensiones de la conciencia política.

Palabras clave: Acción Colectiva. Interculturalidad. Discursos Políticos.

Antecedentes

Para comenzar debe indicarse que el Congreso de los Pueblos (CP) resulta una experiencia de movilización social diferencial, debido a su definido carácter intercultural y a su alternatividad tanto en agenda política, como en el tipo de acción colectiva que desarrollan. Puede decirse que su histórico de participación comienza con las movilizaciones de constitución del 12 de octubre de 2010, siguiendo con la del 4 de octubre de 2011 en el marco del Congreso de Tierras, Territorios y Soberanías, la del 4 de octubre de 2012, denominada como las jornadas de indignación, la del 22 de abril de 2013 adscrita al movimiento por la paz, la del 31 de agosto de 2013, formando parte del paro agrario, la del 17 de marzo de 2014, convocada por la Cumbre Agraria Nacional, las correspondientes al 9 de abril de 2015 con relación al proceso de paz en Colombia, y por último la del paro nacional “párese duro”, en junio y julio de 2016, y las jornadas de indignación de octubre de 2017.

El CP representa comunidades y organizaciones principalmente indígenas, afrocolombianas y campesinas, que según datos censales del 2005, en el país existen aproximadamente 87 etnias indígenas, con un estimado de 1.378.884 personas, de las cuales 933.800 se encuentran distribuidas en 214 resguardos indígenas. Por otro lado, en Colombia residen 4.311.757 afrocolombianos, que corresponde a 10% de la población total, caracterizándose, entre otras, por recibir salarios inferiores al mínimo legal vigente en casi 75% y por tener una esperanza de vida que se ubica 20% por debajo del promedio nacional (DANE, 2005). Así mismo se estima además que en

Colombia habitan cerca de 7.100.000 de campesinos, los cuales están distribuidos en 33 departamentos, de los cuales 75% vive en cabeceras municipales, con una importante influencia rural. (DANE, 2005)

Por otro lado cabe establecer que según las cifras formales, el 32.2% de la población colombiana es pobre, es decir por lo menos 14.66 millones, de los cuales 28% es población campesina. Adicional a esto, se establece que la pobreza extrema es de 10.1%, es decir un total aproximado de 4.59 millones de colombianos, siendo la población rural 6.5%. (DANE, 2013). A esto hay que sumarle las preocupantes cifras del Censo Nacional Agropecuario en el que se explicita el tema de despojo por minería en 35,9 % de áreas rurales dispuestas para uso agrícola, así como la disminución del uso agrícola y agropecuario para comunidades étnicas, que para 2014 llegó a 1.3 millones de hectáreas de 3.9 posibles, siendo 50,5% de ese total usado por comunidades indígenas, 48% por comunidades afrocolombianas y sólo 1,6% por otras comunidades. (DANE, 2013)

Reportes históricos de la movilización en Colombia

Los referentes comienzan a principios del siglo XIX con las de protestas campesinas del Valle del Cauca entre 1819 y 1830, la participación de las guerrillas afrodescendientes del Patía en la guerra de los supremos entre 1839 y 1841, y con las guerras del siglo XIX entre liberales y conservadores, pacifistas y guerrilleros, como los casos de Peralonso,

Humareda, y Palonegro (SÁNCHEZ, 2004). Posteriormente, y como respuesta a la exclusión expuesta en la Constitución de 1886, y en el marco de la guerra de los mil días, se levantaron los movimientos populares y de artesanos entre 1899 y 1902. Ya en el siglo XX aparecen aparece la movilización y a la organización campesina, a partir de conflictos rurales puntuales como la Masacre de las Bananeras en 1928 en el departamento del Magdalena, los desplazamientos y la violencia contra campesinos en Viotá 1947, y los desalojos masivos de tierra en Tolima, Córdoba, Magdalena Medio, Llanos Orientales y Cundinamarca en los años 50 entre otros (ROA, 2009). Estos movimientos tuvieron como protagonistas a las organizaciones campesinas y sindicatos agrarios como el Partido Socialista Revolucionario, la Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria, la Confederación Obrera Nacional, las Unidades de Acción Rural, la Federación Campesina e Indígena, y las Disidencias Gaitanistas, entre otros. Así mismo en los años 40 y luego de la gran depresión y caída de los precios internacionales del café, aparecen las movilizaciones lideradas por las ligas campesinas que denuncian el desempleo y pauperización de las condiciones de vida de las comunidades.

Durante el Frente Nacional (1958 – 1974), aparecen movimientos populares y cívicos como la Asociación de Usuarios Campesinos, las Unidades de Acción Rural y la Federación Campesina e Indígena, siempre en respuesta a las violencias activas en el campo, por parte del establecimiento. Con la Constitución de 1991 se contempla la pluralidad y se atiende la inclusión de las minorías históricas para su desarrollo social, como son las organizaciones populares, campesinas, indígenas, LGBTI, estudiantiles, de trabajadores, entre otros. (ARCHILA, 2001)

Puede decirse que entre de 1991 y 1994, se realizaron 27 paros cívicos con participación campesina, 82 movilizaciones y 43 tomas de entidades (TAHIR, 2008), muchos de ellos como respuesta a la violencia que acompañan las prácticas de despojo de tierras, que sumaban en 1997 cerca de cuatro millones de hectáreas dedicadas al cultivo y pequeña ganadería. Actualmente en Colombia se instala toda una gama diversa de expresiones populares que participan en el espectro político desde concepciones alternativas y vinculantes, como es el caso del CP y otras como Dignidad Campesina, Marcha Patriótica y Mesa Amplia Nacional Estudiantil. (DANE, 2013)

Resulta importante establecer que bajo estas circunstancias, la constitución de movimientos sociales resulta compleja en sí misma, precisamente por las tensiones regionales y locales de ordenes muy plurales, las alianzas temporales, en muchos casos las contradicciones en su estructura y en su dinámica, la desvirtualización y criminalización de sus representantes y de las organizaciones a las que representan, y por el despojo indiscriminado al que son víctimas comunidades en todo el territorio nacional.

Otro elemento que resulta esclarecedor en el registro histórico de la movilización social es el proceso de negociación y consolidación de acuerdos con las insurgencias. En este aspecto, la postura de los movimientos en general ha sido la de acompañar la resolución concertada del conflicto armado, insistiendo particularmente en la tesis de la paz con justicia social, dando cuenta de su relación directa con el conflicto y su conocimiento directo desde la misma base. Es así que el proceso de acuerdo con las Fuerzas Revolucionarias de Co-

Colombia ha sido discutido y acompañado por el movimiento afrocolombiano, el movimiento campesino, el movimiento indígena, y por el CP como convocante de las tres fuerzas; frente al proceso con el Ejército de Liberación Nacional, se hace una apuesta de organización social y acompañamiento denominada la Mesa Social por la Paz, gestionada desde el CP, con la cual se pretende contribuir a la solución del conflicto social, político y armado, de manera definitiva y sostenible. (Mesa Social para la Paz, 2016)

Congreso de los Pueblos: caracterización y contexto organizativo

Cabe indicar que el CP se concibe como un proceso comunitario de carácter social y popular que ha venido convocando e integrando diversas dinámicas y procesos regionales, urbanos y rurales cuyo interés es la construcción colectiva de una agenda legislativa común con perspectiva de participación política activa y reivindicadora.

Como principal referente histórico aparece la Minga Social Indígena y Popular, movimiento que se conforma en función de problemáticas sociopolíticas concretas como son el exterminio sistemático, el despojo de tierras y desplazamiento de comunidades indígenas en buena parte del territorio nacional. La minga presenta en sí misma un lema que se ha definido como “caminar la palabra”, lo que significa el desarrollo y la consolidación de acuerdos y decisiones a través del diálogo abierto, reconociendo las perspectivas y la historia

del otro en todos sus órdenes. Caminar la palabra se concibe entonces como parte de esa resistencia al miedo y al mismo tiempo como reivindicación de la esperanza.

Por esta razón, la propuesta colectiva establecida desde la Minga se convierte en estrategia ejemplar y ejemplarizante para otras comunidades que sienten, en esta expresión alternativa, representados sus esfuerzos por dignificar la vida en sus territorios correspondientes, así como por visibilizar sus luchas y resistencias frente a circunstancias que históricamente los desplaza, los rechaza y los violenta. Es de resaltar que la Minga evidencia toda una apuesta de resistencia indígena en el territorio colombiano por más de 500 años, en donde cerca de 200 han sido particularmente de lucha popular junto con otras iniciativas y comunidades invisibilizadas. Estos argumentos terminan por convertirse en plataforma constitutiva del CP, quien finalmente convoca a organizaciones sociales de base y de plataforma comunitaria para invitar a la movilización por la dignidad de la vida. Dentro de sus búsquedas concretas del movimiento CP en la actualidad aparece la defensa de la tierra, territorio y soberanía, la lucha por conseguir una economía para la vida y contra la legislación del despojo, promoción del buen vivir, la diversidad, la ética de lo común, la vida, la justicia, la paz, y la integración de los pueblos.

Acción colectiva en perspectiva

Si bien el asunto de la acción colectiva tiene distintas comprensiones teóricas, exis-

ten algunas que logran ser más coherentes con las pretensiones metodológicas. Entre ellas aparecen las posturas construccionistas, las cuales consideran la acción colectiva como una conjunción de individuos que se integran de manera unilateral dentro de un sistema de relaciones que los identifica y les permite participar, funcionando como construcciones sociales claramente organizadas y orientadas desde la acción; en dicha construcción se establecen principios tanto identitarios como de transgresión a las estructuras formales, y se considera el conflicto como la fuente preliminar de cualquier movimiento. (MELUCCI, 1999)

Distante a la propuesta estructuralista, el movimiento social, entendido desde la construcción social, supera la idea central del conflicto y lo establece como el resultado de contradicciones del establecimiento. Esta mirada cuestiona la idea del movimiento como objeto puramente empírico y lo concibe como sistemas de acciones plurales con sentidos construidos por los individuos y sus emociones, en dónde el desafío simbólico hacia los códigos impuestos, se constituye en la fuerza real del movimiento, dando lugar a nuevas creencias y a nuevas identidades colectivas. (MELUCCI, 1989)

Es conveniente entonces señalar que la perspectiva da cuenta de la relación con el movimiento en sí mismo, denominándolo como sistema de acción y de construcción social, que basa su existencia en la solidaridad, en la inmersión en el conflicto y en la ruptura permanente de límites al sistema. Es por esta razón que un movimiento reivindicativo tiene contenido antagónico cuando pone en cuestionamiento el nexo existente entre la funcionalidad de la organización con

los intereses de los grupos sociales dominantes. (MELUCCI, 1999)

La acción colectiva, entendida desde la construcción, se basa entonces en algo más que una inversión organizativa de características empíricas, sino que la misma posee un sentido más analítico e integrador que distribuye valores, y promueve el mantenimiento de la organización por medio de nuevas formas relacionales. Esto no solo amplía el horizonte de análisis, al propender por la integración de distintos componentes, sino que se sirve de aspectos metodológicos muy pertinentes como son, poner a los actores en relación con formas de producción, explicitar los contenidos y las formas de acción, evidenciar la respuesta del adversario y definir a los actores mismos, además de considerar la identidad colectiva como categoría de análisis en un sistema multipolar y multirelacional. (MELUCCI, 1999)

Esta forma organizada de acción colectiva incluye componentes como las intencionalidades, los medios y el contexto de actuación, los cuales al hacerlos interdependientes, en un ambiente de solidaridad e identidad colectiva, soportan la unidad misma del sistema. Para que sea posible la acción colectiva, la perspectiva de la construcción social plantea que ésta debe contar con la solidaridad de los participantes, es decir con la capacidad de reconocimiento dentro del mismo sistema de relaciones sociales, tanto en el momento donde el conflicto aparece, como en el momento de ruptura de los límites de compatibilidad respecto al sistema que los involucra. Si bien, los sistemas de relaciones pueden involucrar muchas lógicas, si deben convocarse las fuerzas para superar estructuras y convenciones. (MELUCCI, 1985)

Es de resaltar también como esta perspectiva rescata el papel de la comunidad organizada al conservar las relaciones entre los individuos, y establecer sintonía hacia afuera con la dimensión económica y política, emprendiendo campañas de acción colectiva propositiva, que la sitúa ya no como objeto de la estructura social, sino como forma activa de cambio y búsqueda de justicia social. Dicha organización si bien expone heterogeneidades entre sus miembros, requiere del lenguaje común que posibilite hacer visibles sus intereses, sus demandas y sus iniciativas. (HARVEY, 2007)

Interculturalidad

Otro de los componentes categoriales dentro del estudio es el de la interculturalidad, el cual integrado al de acción colectiva posibilita toda una comprensión respecto a cómo se construye movimiento. Esta necesidad intercultural, establecida desde el reconocimiento y desde la posibilidad de convivencia, se ve fundamentada en la dificultad que tiene la cultura para resolver sus asuntos cotidianos por sí sola, por lo tanto sugiere el diálogo con otras para comprender incluso su existencia misma. En dicho proceso emerge la conciencia liberadora, la cual indica una comprensión de la intersubjetividad como carácter fundamental en la relación sujeto-sujeto, cultura-cultura, en donde el lenguaje se considera es considerado transversal para la comprensión de lo plural. (SAMANIEGO, 2005)

Esta postura plantea relacionarse de manera directa con perspectivas decolonia-

les, las cuales al pensar “desde” y “con” los pueblos originarios, nativos y tradicionales, promueven la creación de nuevas razones de humanidad y de organización social, que controvierten directamente la idea eurocéntrica y occidental del conocimiento, como epicentro de toda concepción política y sociocultural. (WALSH, 2009)

Cabe señalar que la perspectiva crítica, si bien parte del encuentro plural, emerge más como discurso reivindicativo de comunidades afectadas por el modelo de desarrollo funcional y despojador, con el cual se les obliga a adoptar formas de producción y de relación muy distantes a las tradicionales. Por esto la interculturalidad se piensa desde el abierto cuestionamiento a la estructura que hegemoniza lo cultural y lo convierte parte de la lógica de mercado y consumo, y se traduce en acciones concretas para la transformación y la dignificación de las comunidades. Es decir que se interesa tanto por comprender la negación histórica, la subalternización epistémica, la deshumanización y la subordinación de conocimientos, como por reconocer y resignificar los saberes, las resistencias y la persistencia colectiva en la construcción de nuevas maneras de experimentar la vida. (WALSH, 2006)

Esta postura de la interculturalidad crítica propone incluso controvertir la lógica occidental de racialización y de poder instrumental, a partir de una pedagogía fundamentada en la reivindicación y visibilización de los distintos saberes, los cuales al estar en diálogo permanente, motivan la construcción colectiva de “otros” modos de pensar, aprender, enseñar y vivir, desde marcos de legitimidad equidad y respeto. En este sentido termi-

nan siendo proyectos tejidos conceptual y experiencialmente, orientados a su vez hacia la expresión de acciones conjuntas de Bien estar colectivo, que tienen como propósito una nueva identificación social, es decir una nueva propuesta de sociedad alternativa (WALSH, 2009). Este proceso dialógico, que convoca y abiertamente pone en interlocución las comunidades, sus historias, sus sentidos culturales y sus agendas, tiene como finalidad promover, tanto la distinción, como la comprensión mutua entre las mismas (ARGUETA, 2013), lo que significa determinar que entre los grupos culturales distintos, existen relaciones basadas en el respeto y desde planos de igualdad y desigualdad al mismo tiempo. Esta característica precisamente es la que parece emerger de las iniciativas y formas relacionales promovidas por el CP, en donde las asimetrías o desigualdades entre culturas, por beneficio particular, no tienen lugar en su propósito colectivo.

Metodología para y desde los pueblos

Conviene mencionar que la investigación, por su carácter, exige una manera de acercarse al fenómeno que posibilite la construcción del marco relacional necesario para atender cada uno de los requerimientos del diseño, como son la recopilación de información, la organización categorial, y su posterior interpretación y discusión. Es así que se contempla, para el proceso, un método hermenéutico etnográfico, soportado por lo discursivo narrativo, en dónde se lo-

gre de manera directa comprender los procesos, prácticas y construcciones simbólicas de una comunidad o grupo poblacional; es decir reconocer sus vivencias, percepciones y posturas respecto al mundo, respecto a sus problemáticas, así como respecto a sus apuestas y acciones organizativas, razón por la cual resulta necesaria la implementación del análisis del discurso como aproximación.

Conviene precisar que se asume lo etnográfico, precisamente porque permite, a través de la observación participante, describir e interpretar la dimensión cultural, es decir captar de forma directa las acciones y sucesos de las poblaciones que se abordan (SPRADLEY, 1979). Además lo etnográfico permite dar paso a la reflexividad como forma dialógica de acercamiento a las formas en que los sujetos y sus comunidades producen conocimiento, lo cual implica considerar al propio investigador como parte del mundo que estudia. (VASILACHIS, 2006)

Para esto es indispensable desarrollar un proceso de incorporación en el escenario propio del fenómeno, definido desde la etnografía como trabajo de campo, el cual supone todo un despliegue de la observación participante, como la estrategia pertinente para la búsqueda del conocimiento de las características y expresiones de la cultura y especialmente para la comprensión de las percepciones y posturas de sus actores sociales. (MALINOWSKI, 1995)

Dicha experiencia supone entonces un diálogo directo y permanente con dichos actores, lo que metodológicamente significa establecer formas de comprensión simbólica y narrativa durante todo el proceso. Para esto se plantea el análisis de discurso como la alternativa más

pertinente a la naturaleza del fenómeno de estudio y a la epistemología misma del proyecto, debido a que es desde la interacción cotidiana de las estructuras sociales, de los grupos y de las organizaciones, que se establecen condiciones para el uso del lenguaje, es decir para la producción y la construcción del discurso.

La base del análisis en la perspectiva discursiva establece una relación directa y organizada entre el corpus mismo de la información y la teoría, la cual interviene en todo momento, permitiendo la dirección del analista con su objeto, con los sentidos, con la interpretación y con él mismo (ORLANDI, 2010). Consecuentemente, también se pone en evidencia la capacidad analítica del investigador, su habilidad para poner en práctica la teoría, su capacidad escritural y su forma interpretativa, es decir con su facilidad interpretativa. El proceso de observación participante incluye dos momentos particulares. Por un lado requiere el acercamiento directo a comunidades pertenecientes al Congreso de los Pueblos (Indígenas, campesinas, afrocolombianas), y por otro la participación en acciones colectivas en la ciudad.

Grupos focales y de discusión

Como parte de la estrategia de recolección de información, se considera también relevante desarrollar la técnica de grupo focalizado, particularmente porque la misma permite explorar de forma colectiva y deliberativa un tema de interés, a partir de un repertorio de preguntas abiertas dis-

puestas por el investigador moderador. Se plantea el grupo focalizado o de discusión, en este sentido como una entrevista colectiva, orientada a la obtención de información cualitativa, en donde se privilegia el análisis en conjunto. (VALLES, 1999)

Vale indicar que el grupo focal o grupo de discusión se plantea como iniciativa complementaria e integrada a las demás técnicas utilizadas, de tal manera que se logre cruzar la información entre las mismas, permitiendo un análisis más complejo y riguroso por categorías (VALLES, 1999). Por su naturaleza, la técnica de conversación focalizada requiere de una formulación, basada en el tema de la investigación, y puede dividirse en conversación dirigida, semidirigida o abierta, de acuerdo a la intención misma del ejercicio y del investigador mismo.

También es importante, dentro de la perspectiva de la discusión, resaltar la articulación entre la heterogeneidad y homogeneidad respecto a la información, debido a que se dialoga, se habla, se conversa y se produce y reproduce un discurso, y está diseñado para dar cuenta de la manera como los sujetos y grupos le dan sentido y representan su mundo simbólico, los acontecimientos y las circunstancias de su vida de la vida social (IBAÑEZ, 1992). En esta perspectiva Van Dijk (1999) establece dimensiones concretas para el análisis como el dominio societal, los valores políticos, los actores políticos, el proceso político, el discurso político, conocimiento político, la acción política y la toma de decisiones políticas (VAN DIJK, 1999), las cuales posibilitan establecer un marco de sentido interpretativo a la relación acción colectiva e interculturalidad.

Algunas consideraciones respecto al método y sus alcances

Hacer una consideración metodológica respecto al movimiento social, y particularmente respecto al movimiento con apuesta y agenda intercultural, sugiere en principio repensar las aproximaciones metodológicas mismas. Es decir que el movimiento y más concretamente las acciones colectivas que del mismo se desarrollan, se expresan de maneras muy diversas y si se quiere de manera circunstancial, asunto que dentro del proceso significó desarrollos e inmersiones etnográficas no sistemáticas, ni secuenciales, sino referidas particularmente al momento y a la naturaleza particular de las acciones colectivas.

Las movilizaciones interculturales en este sentido logran vincular diversidades territoriales, históricas y étnicas, que subvierten directamente la tradición de los abordajes metodológicos que sobre los movimientos se desarrollan, especialmente cuando los movimientos se establecen en un contexto de conflicto y de violencia política como el colombiano. En este sentido la reflexión metodológica da cuenta de procesos reflexivos en el territorio, en dónde se sitúa en tiempo y espacio la problemática, haciéndola visible pero cambiante. Quizás lo más desafiante y diferencial del proceso, resultó incorporar lo intercultural en el espectro metodológico, precisamente porque la esencia del movimiento, es decir sus prácticas y dinámicas, encarna en sí misma un sentido discursivo que pone lo metodológico al “servicio” del movimiento y no al “servicio” del investigador. Es así que lo intercultural del movimiento sugiere resignificacio-

nes metodológicas en cuanto al sentido de la información construida, entendiéndola incluso como posibilidad de visibilización de sus luchas y reivindicaciones.

Con esto, lo que se establece es como las aproximaciones al movimiento social, y a sus múltiples expresiones y prácticas, posibilitan de manera contundente resignificar los sentidos y las prácticas utilizadas para su comprensión, dándole lugar, desde la experiencia narrativa propia de la acción colectiva intercultural, a experiencias narrativas interculturales que forman parte constitutiva del movimiento y de sus alcances. Por esta razón las formas metodológicas convencionalmente formalizadas para dar cuenta del proceso de movilización, como las que dan cuenta del marco de oportunidades y de las que tipológicamente segmentan y generalizan el movimiento, son reemplazadas de manera contestataria por metodologías políticamente situadas, contextualizadas y sentidas por las mismas comunidades, como es el caso de la acción participativa, los procesos emancipadores y los de dinamización de la conciencia política entre otros. ■

[GERMAN ANDRÉS CORTÉ]

Psicólogo, especialista em Educação, Mg em Sociologia, doctorando em Estudos Sociais (Universidad Externado de Colombia). Professor e pesquisador em Psicologia, Política e Movimentos Sociais. Membro dos grupos de pesquisa DHEOS (Universidad Piloto de Colombia) e GEPSIPOLIM (USP).

E-mail: germansocial@yahoo.com

Referencias

ARCHILA, Mauricio. Vida, Pasión y... de los movimientos sociales en Colombia. In: ARQUILA, Mauricio; PARDO, Mauricio. (Ed.). **Movimientos Sociales, Estado y Democracia**. Bogotá: Centro de Estudios Sociales de la Universidad Nacional de Colombia, 2011. p. 16-46.

CENSO GENERAL 2005. República de Colombia. Poblacion adulta mayor. [Bogotá]: DANE, 2005. Disponible en: <https://www.dane.gov.co/files/censos/presentaciones/poblacion_adulto_mayor.pdf>. Acceso en: 15 ago. 2015.

HARVEY, David. **Espacios del capital, hacia una geografía crítica**. Madrid: Akal, 2007.

IBAÑEZ, Jesús. **Más allá de la Sociología**: el grupo de discusión, técnica y crítica. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992.

INFORME PREPARATORIO CENSO NACIONAL AGRARIO 2013. República de Colombia. [Bogotá]: DANE, 2013.

MELUCCI, Alberto. The symbolic challenge of contemporary movements. **Social Research**, [s.l.], v. 52, n. 4, p. 789-816, winter 1985.

MELUCCI, Alberto. Teoría de la acción colectiva. In: _____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Ciudad del México: El Colegio de México, 1999. cap. 1, p. 25-54. (Estudios Sociológicos).

MALINOWSKI, Bronislaw. **Una teoría científica de la cultura**. Buenos Aires: Sudamericana, 1967.

PACTO PARA EL GRAN DIÁLOGO NACIONAL PARA LA PAZ DE COLOMBIA, 2016, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Mesa Social para la Paz, 2016. Disponible en: <<https://mesasocialpaz.wordpress.com/2016/11/09/pacto-para-el-gran-dialogo-nacional-para-la-paz-de-colombia-bogota-3-de-noviembre-de-2016/>>. Acceso en: 10 jan. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: principios y procedimientos. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ROA AVENDAÑO, Tatiana. La cuestión agraria en Colombia. **Agencia de Prensa Rural**. Colombia, 29 oct. 2009. Disponible en: <<http://www.prensarural.org/spip/spip.php?article3153>>. Acceso en: 2 jun. 2016.

SAMANIEGO SASTRE, Mario. **Condiciones y posibilidades de las relaciones interculturales**: un proceso incierto. Barcelona: CIDOB, 2005.

SPRADLEY, James. **The ethnographic interview**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

VAN DIJK, Teun; MENDIZABAL, Ivan. **Análisis del discurso social y político**. Quito: Pluriminor Abya Yala, 1979.

VALLES, Miguel. **Técnicas cualitativas de investigación social**: reflexión metedológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis Sociológica, 1999.

VASILACHIS, Irene. **Estrategias de Investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2006.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: WALSH, Catherine; GARCÍA LINERA, Álvaro; MIGNOLO, Walter. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Editorial Signo, 2006. (El desprendimiento, pensamiento crítico y giro des-colonial).

LAS LÓGICAS
DOMINANTES EN
LOS REPERTORIOS DE
ACCIÓN COLECTIVA
DE LA CIUDAD DE
PERIFERIA: UNA
LECTURA EN CLAVE
DE HÁBITAT DESDE
LA PROPUESTA DE LA
CENTRAL NACIONAL
PROVIVIENDA EN
COLOMBIA

[ARTIGO]

Luis Alfredo Rodríguez Fonseca

Universidad de Cundinamarca

Jairo Ernesto Bejarano Vargas

Universidade de Montreal

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Os processos do habitat popular ou periférico representam lutas e repertórios de ação coletiva com uma riqueza de pesquisa acumulada de conhecimento e interpretações de diferentes perspectivas e diversos métodos de apropriação. No entanto, pouco foi dito sobre as suas atuais transformações espaço-temporais, os processos de gentrificação que agora restabelecem as trajetórias do habitat popular e, em particular, as lógicas que operam e foram inerentes ao processo. Estes últimos constituem, ao mesmo tempo, os fatores explicativos da transformação e perda dos tecidos sociais que, no passado, enriqueceram cada uma das etapas do processo de produção social do habitat. Neste artigo, procura-se uma análise, na chave do habitat das transformações do habitat popular à luz das lógicas que operam na definição das trajetórias de bairro únicas, a saber, a necessidade, o Estado e o mercado.

Palavras-chave: Habitat da Periferia. Lutas Sociais. Lógicas do Habitat Popular. Transformações Urbanas.

The processes of the popular or the periphery habitat represent struggles and repertoires of collective action with an accumulated richness in research of knowledge, interpretations from different perspectives, and diverse methods of appropriation. Nevertheless, little has been said about their current spatio-temporal transformations. The processes of gentrification that now restore the pathways of popular habitat, and particularly, the logics that operate and have been inherent to the process of production of the city. The above mentioned are constituted, simultaneously, in the explanatory factors of the transformation and loss of the social fabrics that, once, enriched each one of the stages of the process of social production of the habitat. In this article, there is a methodological approach, and a proposal of analyses on habitat's key of the transformations of the popular neighborhoods, from the interpretation of the logics of the need, of the State, and of the market, which operate in the definition of the singular paths of the neighborhood.

Key words: Periphery Habitat. Social Struggles. Popular Habitat Logics. Urban Transformations.

Los procesos del hábitat popular y de periferia, representan luchas y repertorios de acción colectiva con una riqueza investigativa acumulada de conocimiento e interpretaciones desde diferentes perspectivas y desde diversos métodos de apropiación. No obstante, poco se ha dicho sobre sus transformaciones espacio-temporales actuales, los procesos de gentrificación que ahora restablecen las trayectorias del hábitat popular, y, particularmente, las lógicas que operan han sido inherentes al proceso de producción de la ciudad. Estas últimas se constituyen, a la vez, en los factores explicativos de la transformación y de pérdida de los tejidos sociales que, en otrora, enriquecieron cada una de las etapas del proceso de producción social del hábitat. En este artículo se hace una aproximación metodológica, una propuesta de análisis, en clave de hábitat, de las transformaciones de los barrios populares, a partir de la interpretación de las lógicas de la necesidad, del Estado y del mercado, que operan en la definición de las singulares trayectorias barriales.

Palabras clave: Hábitat de Periferia. Luchas Sociales. Lógicas del Hábitat Popular. Transformaciones Urbanas.

Introducción

La producción del hábitat popular¹ urbano en Colombia, al igual que muchos de los países Latinoamericanos, se instauró desde los años 50 del siglo XX, como una respuesta a las demandas² de suelo y vivienda de un sector de la población de bajos ingresos, sumidos en condiciones de hacinamiento en inquilinatos, enmarcados cultural e ideológicamente en la idea de “casa propia”, como criterio de progreso (LINDÓN, 2002), independencia y autonomía. (SALAS, 1999)

Su producción, transformación e integración a la ciudad se desenvuelve en tres etapas, bien definidas, pero por lo general traslapadas o coexistente en una unidad barrial: ocupación, consolidación y desarrollo. Etapas que responden a lógicas de nece-

sidad, de acción del Estado y de dinámicas del mercado, y reúnen por lo menos tres características: i) parten de procesos de acción colectiva; ii) son receptores de una acción política, externa a su organización social, de base clientelista; y iii) sufren procesos de transformación urbana derivados de la acción del capital y el mercado.

De esta manera, el acceso irregular al suelo urbano como mecanismo de ocupación, en ocasiones mediante procesos de invasión, significó extensos repertorios de acción colectiva y lucha social, así como una estructura organizativa e ideológica, capaz de generar el tejido social necesario, tanto para sostener el proceso de ocupación como para garantizar la consolidación tanto de la propiedad como de la urbanización.

La etapa de consolidación urbana del hábitat popular, cuya duración oscila entre 20 y 30 años, durante el cual se auto-produce la vivienda, en la gran mayoría casas de 2 y 3 pisos, se legaliza la propiedad, y se consolida la urbanización con la construcción de vías, sistema de redes de servicios públicos domiciliarios (agua y energía eléctrica), se desarrolla en un contexto de relaciones de clientelismo político³. Por otro lado, a la vez que el Estado establece mecanismos sancionatorios de la urbanización irregular, tolera y termina por regularizar la gran mayoría de los asentamientos populares. (DUHAU, 1998)

1 La extensa literatura e investigación urbana en Latinoamérica denomina hábitat popular al proceso de producción del espacio urbano sustentado en el acceso al suelo a través de procesos de urbanización irregular: fraccionamiento y venta ilegal del suelo e invasión de tierras del Estado y privadas, y de auto-producción de la vivienda, los cuales son objeto de la acción reguladora del Estado que han conducido procesos de consolidación y desarrollo urbanos. (Al respecto ver DUHAU, 1998)

2 La migración rural-urbano, en el contexto de la violencia bipartidista, produce desde los años 50 los mayores índices de crecimiento de las ciudades. No obstante, la decisión de migrar también está determinada por factores económicos bajo una especie de racionalidad económica. Es decir, se crea la expectativa de acceso a suelo, previa a la decisión de migración basada en el acceso a la vivienda. (Evidencias a partir de los relatos de personas entrevistadas en el marco de la investigación en desarrollo del mismo autor del presente artículo “Espacio-temporalidad del hábitat popular. Trayectorias barriales de los centros Policarpa Salavarrieta y Nuevo Chile de la Central Nacional Provivienda.”).

3 El Estado Colombiano promovió el clientelismo político mediante la implementación de la figura de “auxilios parlamentarios”, consistente en una partida presupuestal para los congresistas que facilitó la desviación de poder en todas las escalas nacional, regional y local, del sistema político y electoral, especialmente para influir en las elecciones de Congreso. (ACOSTA, 2002)

Finalmente, una etapa de desarrollo urbano que expresa cambios de uso de suelo y procesos de reconfiguración urbana, tanto por acción de las administraciones locales como de agentes privados que redefinen el hábitat popular. Es una etapa donde el tejido social y la acción colectiva tienden a desaparecer como función determinante de la vida urbana, y se da paso a dinámicas de ciudad que recogen la renta acumulada en el patrimonio individual y colectivo, la vivienda asume su condición productiva, y se da paso a la intensificación del comercio, la valorización del espacio y el repoblamiento con nuevos pobladores urbanos.

Estas etapas de producción del hábitat popular, responden a tres lógicas o formas de razonamiento que caracterizan las prácticas sociales y espaciales de sus actores: la lógica de la necesidad, la lógica del Estado y la lógica del mercado. Aun cuando coexisten en la realidad urbana, las etapas mencionadas arriba privilegian una lógica, sin detrimento de las otras, en función de tácticas y estrategias que sus protagonistas eligen e implementan en la cotidianidad. (CERTEAU, 2007)

En este contexto, la organización y lucha viviendista⁴ representada en la Central Nacional Provivienda - CENAPROV, constituye una de las más impor-

4 Asumimos la lucha viviendista como el conjunto de acciones organizadas, en el caso de la toma o compra de predios para la autoproducción de vivienda, que canalizan una lucha reivindicativa que agrupa a familias con dicho interés común del acceso a vivienda. No obstante, no busca transformaciones estructurales de la sociedad, por lo tanto, no logra constituirse en un movimiento social con carácter de clase. (ARCHILA, 2008)

tantes experiencias de acción colectiva y resistencia urbana ligada al Partido Comunista Colombiano, que desde la década del 60 instaura procesos colectivos de producción de hábitat popular en todo el país. El origen y desarrollo de sus centros o barrios, es consecuencia de la proyección ideológica de principios y formas orgánicas de apropiación del espacio, que determinan prácticas y estrategias de acceso al suelo y construcción social de barrio o centros (NARANJO, 2014). A partir del análisis de dicha propuesta, en este artículo se busca comprender las lógicas dominantes en el proceso de producción del hábitat popular, además como propuesta metodológica para abordar las transformaciones urbanas de periferia desde una lectura en clave de hábitat⁵. (SEGRE, 2005)

Consideraciones metodológicas del estudio de la transformación del hábitat popular y la periferia urbana en Colombia

Entre 1942 y 1995, las luchas por la vivienda y la producción del hábitat popular, constituyeron la característica histórica y geográfica de la ciudad colombiana. Desde el registro de las primeras formas de invasión de tierras ejidales⁶ en la ciudad de Cali

5 Una lectura en clave de hábitat se entiende en este artículo como una situación problemática en la que se busca interpretar las luchas sociales y los repertorios de acción colectiva, a partir de lo que sucede con la vivienda popular en el proceso de transformación urbana en las tres etapas de su desarrollo.

6 Los ejidos constituían tierras de apropiación pública durante la Colonia, siglos XVII y XVIII, que se pro-

(ARANGO, 1981), hasta el surgimiento del principal sistema regulador, la Ley 388 de 1997, como base de un estricto control de la gestión del suelo urbanizable, puede considerarse el período de auge y declive de las luchas por la vivienda. (NARANJO, 2014)

Así, durante este período, las trayectorias socio-espaciales de los centros o barrios de CENAPROV evidencian, por un lado, prácticas sociales y productivas de los habitantes, funcionales a la lucha por garantizar el acceso al suelo y la consolidación de la propiedad y de la urbanización (NARANJO, 2014). Por otro lado, estas trayectorias también constatan una progresiva integración territorial, y una transformación de los centros o barrios a la ciudad por la vía de la acción planificadora del Estado y de las dinámicas de mercado.

En este sentido, al abordar las lógicas que operan en cada una de las etapas: ocupación, consolidación y desarrollo, es necesario considerar, en primera instancia, las escalas espaciales o geográficas del fenómeno. En rigor, mientras la escala de la lucha por la vivienda es coherente con la escala barrial, definida en el proceso de ocupación de cada barrio o centro, la escala de su transformación responde a una escala de planificación urbana de la ciudad, con lo cual se reafirma la hipótesis de ausencia de propuesta de ciudad en la práctica de CENAPROV y las organizaciones que dieron soporte a las luchas por la vivienda en Colombia.

A pesar del crecimiento espontáneo, la ciudad colombiana no carece totalmen-

yectaron a la República y la ciudad moderna del siglo XX, especialmente en la ciudad de Cali, donde inician los procesos de invasión urbana. (PACHECO, 2014)

te de planificación urbana. Las élites consideraron el desarrollo de la ciudad desde los procesos fundacionales, incluso de época colonial, asumiendo una tendencia espacial. En este contexto, las luchas por la vivienda se supeditaron e incluso se basaron en dicha herencia espacial. Por ejemplo, en el caso de Cali, CENAPROV fundamentó su lucha en la ocupación de tierras ejidales, de herencia colonia⁷, como estrategia de ocupación o de tierras públicas. En el caso de Bogotá, se evidencia la prevalencia de planes directores de mitad de siglo (SEQUEIRA, Le Corbusier en Bogotá. Plan Director 1947 - 1951)B, los cuales determinaron el plan vial superior que hoy funciona y sobre el cual se construyó la ciudad informal.

Por otro lado, una **lectura en clave de hábitat** se entiende, en este artículo, como una situación problemática en la que las luchas sociales y los repertorios de acción colectiva se deben interpretar a partir de la espacialidad producida desde dicha acción social y su posterior integración territorial a la ciudad, por su puesto, en la consideración de las escalas barrial y de ciudad mencionadas anteriormente.

En esta lectura, los luchadores por la vivienda son denominados colonos o colonizadores urbanos, en asociación o analogía a los procesos de colonización agraria

⁷ Aun cuando las tierras ejidales fueron objeto de las reformas liberales del siglo XIX en Colombia, en Cali surgió una estructura ejidal urbana, aunque diferente en naturaleza y función a la colonial, se reglamenta con la fórmula emitida por un Virrey; según la cual la tercera parte del territorio de la ciudad tenía que destinarse como ejidos. El ejido será ahora el espacio habitacional de los sectores populares y constituyó el inicio de trabajo de CENAPROV en 1950.

que anteceden el proceso migratorio campo-ciudad (NARANJO, 2014). Así, lo que sucede con la vivienda popular en el proceso de transformación urbana es dividido metodológicamente en tres etapas: ocupación, consolidación, y desarrollo. Ésto coincide con la trayectoria del tejido social, desde su origen hasta su pérdida, y la posterior subsunción de dicho territorio construido al espacio urbano de la ciudad, colonizado ahora por el capital y el mercado.

En efecto, las etapas constituyen temporalidades espaciales, es decir, períodos definidos no por los grandes cambios históricos, sino por las transformaciones espaciales de los fenómenos que sobre la temporalidad espacial Santos (2000) afirma que:

Esto se refiere a la historia real de vida de los lugares, como evidencia de una situación espacio-temporal, según la cual los objetos se insertan en un medio de acuerdo con un orden, una secuencia, que acaba determinando un sentido a aquel medio. Es diferente si, en una calle, se ha creado primero un edificio o si se ha asfaltado, si se ha creado antes la calle asfaltada y después se ha mejorado la infraestructura subterránea, si se ha establecido primero la escuela o el hospital, el hospital o el banco. El resultado de las combinaciones no es el mismo, según el orden verificado. En este sentido, el tiempo actual se enfrenta con el tiempo pasado, cristalizado en formas, que no son otra cosa que la inercia dinámica de los espacios. El instante valoriza de manera diferente los objetos y en cada momento cambia el valor de la totalidad, cambia la función de las cosas, es decir, su valor específico. (SANTOS, 2000)

Entonces, desde esta perspectiva espacio-temporal, los logros de las luchas por la vivienda hasta su proceso de consolidación conllevan la pérdida operativa y funcional de las figuras que estructuraron el tejido social, funcional en las dos primeras etapas: ocupación y consolidación. Por ejemplo, la inoperancia o disfuncionalidad de la organización de la acción comunitaria basada en comisiones de seguridad, de obras, servicios públicos. Todo esto, en un momento donde los objetivos de la lucha de alguna manera estaban zanjados o logrados y la acción del Estado reorientó su intervención al mejoramiento barrial como mecanismo de desarrollo.

Asimismo, en algunos centros o barrios de CENAPROV como el Policarpa Salavarrieta en Bogotá, se refleja la transformación como un proceso de gentrificación en la medida que se evidencia un proceso de sucesión urbana: cambios de uso del suelo, la sustitución de pobladores y de edificaciones, funcionales a nuevas actividades económicas o de residencia, dejando partes del barrio de origen popular como ruinas con alta renta acumulada en toda la trayectoria barrial y valorizada ahora por el capital, esperando a ser atesorada no por los pobladores originales sino por aquellos que detentan los medios de producción (y o el capital financiero), para la construcción de nuevas viviendas y/o grandes proyectos comerciales y de servicios.

Entonces, se podría afirmar que la estructura orgánica CENAPROV es funcional a la configuración de un tejido social, el cual garantiza los principios de una lucha social, volcados a una escala barrial y comunitaria, relevantes en la etapa de

ocupación y consolidación⁸, mientras la transformación del hábitat, se produce como resultado de lógicas que actúan en una escala de ciudad. Por un lado, la consolidación de la vivienda privada y de la urbanización a partir de una racionalidad del Estado y la incorporación de lógicas clientelistas; y por otro lado, la racionalidad del mercado que es propia de la ciudad capitalista. (NARANJO, 2014)

Sin embargo, los barrios irregulares del conjunto de centros creados por CENAPROV, no configuran el mismo hábitat ni transitan de manera *fáctica* e igual por las tres grandes temporalidades espaciales que lo definen. Por el contrario, es un proceso que se expresa como transformación y se evidencia como trayectoria singular del hábitat, a pesar de compartir las características y de operar bajo tres lógicas desarrolladas hasta ahora en el texto.

Por consiguiente, en las trayectorias del hábitat popular, definidas a partir de las acciones y decisiones los agentes involucrados, y de los contextos que enmarcan el proceso de ocupación, consolidación y desarrollo, se puede comprender la relación explicativa en-

tre la desarticulación de la estructura de CENAPROV y las trayectorias particulares del hábitat, y develar los factores que inciden en la transformación del hábitat. (LERA et al, 2007)

Esto hace necesario enmarcar las trayectorias del hábitat como espacio-temporalmente definidas a partir de la reconstrucción de los relatos y correlatos de quienes vivieron el proceso barrial, de quienes tomaron decisiones o asumieron tácticas, estrategias⁹ y prácticas de resistencia y/o adaptación, frente a la hostilidad de diversas fuentes: el espacio geográfico donde se emplaza la vivienda, los funcionarios del Estado, la policía, los vecinos etc.). (SALAS, 1999)

Adicionalmente, los relatos deben ser interpretados en el marco del contexto en el que se narran los hechos, de los contextos territoriales en los que se instaura la producción irregular del hábitat, de los contextos urbanos de crecimiento y expansión de la ciudad, de los contextos sociopolíticos, mentalidades y paradigmas que definen las épocas en las que las luchas por la vivienda y sus prácticas, constituyeron el fenómeno urbano del hábitat popular.

Por lo tanto, estas aproximaciones permiten conocer la propia trayectoria de CENAPROV, la pertinencia de ese ro-

8 La etapa de consolidación urbana se puede considerar una etapa de transición en la que la cooperación, la solidaridad y los principios de la acción colectiva son estratégicos y operativos para los objetivos de la lucha por la vivienda, que opera bajo la lógica de la necesidad en el ámbito del individuo (la vivienda como propiedad privada y el espacio público como propiedad colectiva). En el mismo espacio-tiempo, la consolidación no se puede concebir sin la acción del Estado, el cual garantiza los derechos de propiedad, consecuencia final de la lucha por la vivienda, y los procesos de consolidación urbana en cuanto a servicios públicos (agua, alcantarillado y energía), en una escala territorial de ciudad.

9 Michel de Certeau define la ESTRATEGIA como (...) el cálculo de relaciones de fuerzas que se vuelve posible a partir del momento en que un sujeto de voluntad y de poder es susceptible de aislarse de un "ambiente". (...) postula un lugar susceptible de circunscribirse como un lugar *propio* y luego servir de base a un manejo de sus relaciones con una exterioridad distinta. (CERTEAU, 2007)

busto aparato ideológico transferido a la construcción del hábitat en los primeros años de lucha, basado en rigurosos manuales de procedimiento, de organización y de principios sociales y políticos unificados ideológicamente por el Partido Comunista Colombiano.

Entonces, confrontar la propuesta CENAPROV a las trayectorias barriales es enfrentar la explicación de su decadencia en el proceso de transformación del hábitat, como hipótesis de investigación, desde la perspectiva de los sujetos y sus relatos contextualizados y a partir de la interpretación de dinámicas no comprendidas, contradictorias, opuestas, pero que actualizan el espacio-tiempo del lugar, en este caso el barrio, a las aspiraciones, paradigmas y mentalidades de nuevos sujetos. Inclusive, así sean los mismos que establecen nuevas formas de sociabilidad, cambios de uso del suelo, en función de nuevas necesidades y de acciones no controladas e imperceptibles enmarcadas en las lógicas del Estado y del mercado.

En consecuencia, el problema de conocimiento e interpretación de las lógicas inherentes a las luchas sociales por la vivienda se centran en la relación sociedad – espacio como una relación contradictoria y dialéctica que explica la trayectoria del hábitat popular. Dos categorías del hábitat que definen la metodología de análisis, tanto por el carácter cualitativo y cuantitativo, mezcla de instrumentos, como por la posibilidad de comprender los repertorios de acción colectiva a la luz o con el foco de tres lógicas: la necesidad, el Estado, y el mercado. Lógicas que coexisten en todo el proceso pero se comportan de manera diferentes en las trayectorias del hábitat o

trayectorias barriales. En rigor constituye la lectura en clave de hábitat que en la pesquisa permite detectar el proceso.

En este sentido, abordar la transformación del hábitat popular implica, metodológicamente, incorporar al análisis las lógicas que operan en cada una de las etapas. La investigación debe hacer emerger las racionalidades que subyacen en la trayectoria del barrio popular, las cuales son a la vez contradicciones sociales, propias de la formación social en que tiene origen la lucha por la vivienda. La ciudad es expresión de contradicciones y lucha de clases, en la medida que es la invención espacial del capital. (HARVEY, 2009). Así, el hábitat popular solo tiene origen en dichas contradicciones, lo que permite afirmar que la necesidad de la acción del Estado y el mercado, se fundan en lo que es la ciudad y la posición que en determinado momento histórico ocupa el movimiento social y la organización social que sustenta las luchas por la vivienda.

Las lógicas de la producción del hábitat de periferia: una lectura en clave de hábitat

Cuando se hace referencia al hábitat popular urbano, se refiere a una manera de producción del espacio urbano de la ciudad, basada en un proceso caracterizado por tres lógicas o racionalidades diferenciadas: la necesidad de los pobladores urbanos, la acción pública o del Estado y de los gobiernos, y la lógica del mercado o del capital.

En este orden de ideas, se detallan para el análisis de la siguiente forma:

1. Procesos de acción colectiva y organización social que sustentan y dotan de un tejido social, determinante en las etapas de ocupación y consolidación, definen las decisiones colectivas que marcan su trayectoria urbana, en términos de su configuración socio-espacial. (CARRILLO, 2007)
2. La incorporación de relaciones de clientelismo político, aceptadas, y en ocasiones, promovidas por el Estado; y desarrollo e implementación de acciones jurídicas regulatorias por parte del Estado que conducen los procesos de consolidación urbana del hábitat popular. (DUHAU, 1998)
3. Transformación urbana como expresión del proceso de acumulación e integración de renta urbana a la dinámica territorial de la ciudad, determinada por las capacidades del capital de fluir y fijarse en el espacio urbano. Esto implica procesos de sucesión urbana o de cambios de uso del suelo, como resultado de la emergencia de nuevas y múltiples actividades económicas, el desarrollo de equipamientos urbanos y dotacionales de servicios que crean nuevas centralidades y aglomeraciones urbanas, y una consecuente sustitución progresiva de pobladores y/o habitantes. (HARVEY, 2009) y (SMITH, 2012)

La necesidad como lógica en la producción del hábitat popular

La necesidad, que opera tanto en el individuo como en el colectivo, surge de la carencia económica para acceder a vivienda, y es condicionada por la pobreza, (ABRAMO, 2003) el hacinamiento de la ciudad y consideraciones de tipo cultural frente a la casa propia. (LINDÓN, 2012)

Por esta razón, el acceso al suelo urbano y/o urbanizable de manera irregular o no planificada y la autoproducción de la vivienda es una alternativa constante. Por otro lado, hay ejercicios de planeación como en el caso de CENAPROV “el barrio de tipo nuevo”. No obstante, es necesario preguntarse ¿cuál es la propuesta de ciudad que se vincula a dicho diseño de barrio de tipo nuevo? ¿cuál fue la propuesta de ciudad contenida en la trayectoria CENAPROV? El proceso espontáneo se diferencia del proceso planificado en los momentos ocupación-consolidación-desarrollo, y es en esta lógica que la necesidad orienta el proceso urbano. A partir de dichas necesidades, la acción colectiva y el tejido social cobran sentido, y se constituyen en el motor de la acción y de la propuesta CENAPROV. Sin embargo, el proceso constructivo, enmarcado en una lógica de propiedad privada, constituye una ruptura inicial del modelo colectivo. En otras palabras, el muro es una ruptura espacial entre lo público y lo privado, incoherente con la propuesta social.

La acción del Estado y la transformación del hábitat popular

La racionalidad de la producción espacial de la ciudad latinoamericana, evidencia un comportamiento del Estado de aceptación de los asentamientos irregulares e ilegales¹⁰ y la incorporación de relaciones de clientelismo político¹¹, durante el proceso de consolidación urbana.

Un barrio popular se consolidaba en un periodo que oscilaba entre los 20 o 30 años, tiempo durante el cual se auto-produce una vivienda (casas de 2 y 3 pisos). Luego, se legaliza la propiedad, y se consolida la urbanización (vías, servicios públicos domiciliarios), en un momento donde la lucha social no fue ajena a relaciones clientelistas determinadas por el régimen político, pero que definitivamente favorecieron a los barrios.

Recientemente, el Estado reasume el control político y normativo del acceso a la tierra, hoy escasa, (Ley 9 / 89 y Ley 388 / 98). En este marco, aparece el mejoramiento barrial y la renovación urbana como formas de acción del Estado que abren el camino al desarrollo y el re-desarrollo urbano, funcional al capital y al mercado. Por ejemplo, el barrio Policarpa, Nuevo Chile, y otros que no son ajenos a este fenómeno.

¹⁰ A pesar de la aplicación ocasional de mecanismos sancionatorios de carácter represivo. Ver Duhau, 1998 Ibid. Página 13.

¹¹ El Estado promovió el clientelismo a partir de los "auxilios parlamentarios".

El capital y el mercado como agentes de cambio reciente del hábitat popular

El hábitat popular constituye, inevitablemente, un proceso de acumulación de rentas que en su fase de desarrollo, produce una dinámica urbana basada en cambios de uso de suelo y procesos de reconfiguración urbana, tanto por acción pública local o de otro nivel, como por agentes privados, que redefinen y actualizan la función del espacio urbano y de la vivienda desde la productividad, desde la intervención del espacio público para favorecer el movimiento del capital, desde la valorización del espacio y el incremento de la renta del suelo, entre otros aspectos propios de la dinámica del capital y del mercado.

Efectivamente, el mercado y el capital aprovechan un plus-valor y la riqueza generada por el trabajo adicional de las comunidades que hicieron efectiva su lucha por la vivienda. Entonces, el cambio de uso de gran parte del hábitat popular de la ciudad colombiana, no es otra cosa que el aprovechamiento del valor acumulado durante años por cientos de personas, ahora convertidos, rápidamente, en valor de cambio. Por ejemplo, una casa en el barrio Policarpa hoy tiene un valor de venta aproximado de 1.200 dólares por metro cuadrado, los cuales, con el cambio de uso y la re-edificación, elevan su precio dos o tres veces. En conclusión, este incremento es consecuencia de las plusvalías urbanas acumuladas y los procesos de valorización determinados por la inversión del Estado en vías y transporte.

Desafíos del hábitat popular en el contexto de la ciudad del siglo XXI. A manera de conclusión.

La memoria de las luchas por la vivienda en los años dorados del movimiento social, obrero, y sindical, reconoce en su acción y orientación la instauración de mecanismos para la apropiación del suelo ya sea invasión, compra, y la auto-producción de la vivienda que produjeron de una manera diferente o alternativa la ciudad de hoy. Desde otra perspectiva, el tejido social que garantizó tanto la unidad interna de la organización como la configuración de instancias y mecanismos de resistencia durante el periodo de represión, en el caso de CENAPROV bajo consideraciones ideológicas, principios y prácticas precisas, fue funcional a los objetivos de una lucha restringida a la escala barrial, correspondiente espacio-temporalmente con dicho tejido social.

De todas maneras es necesario preguntarse si las nuevas luchas tienen que ver con la salvaguarda de los valores y los patrimonios acumulados, de la acción devastadora del capital y los procesos consecuentes de gentrificación. Esta pregunta permite evidenciar varias conclusiones:

- El tejido social no se hereda, por lo tanto, las luchas por la vivienda constituyeron una práctica social, valorada sólo en el contexto y el seno de quienes lo sostienen en lugar y momento específicos así como en la memoria de la ciudad construida como un patrimonio intangible.
- Los nuevos contextos de ciudad construida crean nuevas necesidades en

torno a la vivienda. Por lo tanto, hoy son inoperantes las instancias y prácticas de la vieja lucha por la vivienda.

- El tipo de vivienda popular resultante de la lucha es favorable a las dinámicas de mercado y del capital, facilitando su fijación y flujo como mecanismo de captura de rentas acumuladas durante años por cientos o miles de personas de un lugar.

Los barrios populares hoy son territorios no solo con un valor patrimonial sino también un bien colectivo que es disputado por el capital. Las ciudades son lugares donde los pobladores urbanos sin techo son una constante o van en crecimiento. No obstante, la necesidad como motor inicial de la acción política en los nuevos pobladores urbanos, la política del Estado y los gobiernos en relación al hábitat y la vivienda, y el mercado como una realidad aplastante de las luchas populares, no son las mismas hoy que durante las tres décadas en las que se referencia la memoria colectiva de una lucha por la vivienda.

¿Ahora la lucha por la vivienda debería tomar otro rumbo? O mejor, parecería no tener rumbo. A pesar de la vigencia de la lucha de clases, es una lucha de clases fragmentada porque dejó de existir la sociedad salarial y existe otra realidad de clases emergentes trabajadoras, con un nuevo contrato social instaurado desde el neoliberalismo.

Correspondiente con esta nueva lógica, donde la vieja unidad de lucha y conciencia de clase sugieren tomar otro camino, aparece el derecho a la ciudad y

al territorio como nuevo escenario de la lucha por la vivienda, también en un contexto de fragmentación del movimiento social, donde el antiguo paro cívico, como esencia territorial de protesta, se sustituye por una acción colectiva basada en la identidad cultural que constituye comunidades de sentido, no comunidades territoriales.

En este sentido, el territorio de la lucha por la vivienda está definido por el carácter que asuman la necesidad, el entendimiento, y aprendizaje de las nuevas lógicas de acción del Estado, sustentadas en los planes de ordenamiento territorial (POTs), y las formas de resistencia y/o incorporación de las lógicas del capital y del mercado que destruyen cualquier forma de acción colectiva. ■

[**LUIS ALFREDO RODRÍGUEZ FONSECA**]

Geógrafo, docente de la Universidad de Cundinamarca, Bogotá, Colombia.
E-mail: luisalfredo.rodriguez@gmail.com

[**JAIRO ERNESTO BEJARANO VARGA**]

Politólogo, master en Estudios Internacionales de la Universidad de Montreal, Canadá.
E-mail: jairo.ernesto.bejarano.vargas@umontreal.ca

Referencias

ABRAMO, Pedro. Teoría Económica de la favela: cuatro notas sobre la localización residencial de los pobres y el mercado inmobiliario informal. **Ciudad y territorio: estudios territoriales**. Madrid, n. 136, p. 273-294, 2003.

ARANGO, Carlos. **Crónicas de la lucha por la vivienda en Colombia**. Bogotá: Editorial Colombia Nueva, 1981.

ARCHILA NEIRA, Maurício. **Idas y venidas, vueltas y revueltas: protestas sociales en Colombia, 1958-1990**. Bogotá: Ediciones Ántropos, 2008.

CERTEAU, Michel de. **La invención de lo cotidiano: artes de hacer**. México: Universidad Iberoamericana, 2007, v. 1.

CLICHEVSKY, Nora. **Informalidad y segregación urbana en América Latina: una aproximación**, Santiago de Chile: Naciones Unidas, oct., 2000. (Medio Ambiente y Desarrollo, 28)

DUHAU, Emilio. **Hábitat popular y política urbana**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998.

DURÁN ACOSTA, Vanessa; MONTENEGROS CEBALLOS, Alexandra Milena. **Partidas de inversión social regional**. 2002. 235 f. TCC (Monografía en Ciencias Jurídicas) - Facultad en Ciencias Jurídicas, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá. Disponible en: <<http://hermes.javeriana.edu.co/biblos/tesis/derecho/dere4/Tesis-53.pdf>>. Acceso en: 3 sep. 2017.

HARVEY, David. **Espacio del capital: hacia una geografía crítica**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

HERRERA, Diana Carolina Orozco. Lógica de las organizaciones populares de vivienda. **Territorios**, Medellín, n. 33, p. 191-206, ago. 2015.

LERA, Carmen et al. Trayectorias: un concepto que posibilita pensar y trazar otros caminos en las intervenciones profesionales en el trabajo social. **Cátedra Paralela**, Entre Ríos, n. 4, 2007.

LINDÓN, Alicia. La construcción social del territorio y los modos de vida en la periferia metropolitana. **Territorios**, Bogotá, n. 7, p. 27-41, enero 2002.

LINDÓN, Alicia. El mito de la casa propia y las formas de habitar. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 9, n. 194, ago. 2005. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-20.htm>>. Acceso en: 3 sep. 2017.

MESA SÁNCHEZ, Nora Elena. Proceso de desarrollo de los asentamientos no controlados. **Los Pobladores: Protagonistas Urbanos En América Latina, Colombia**, v. 6, *fasc.* p. 111-136, 1991.

NARANJO, María Elvira. Provivienda: protagonista de la colonización popular en Colombia. **Hisotria y Memoria**, Tunja, Colombia, n. 9, p. 89-118, jul./dic. 2014.

PACHECO G., Margarida Rosa. **Ejidos de Cali**: siglo XIX. Cali: Universidad del Valle, [19-]. Disponible en: <<http://bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/10893/7443/1/1.%20Ejidos%20de%20Cali%20siglo%20XIX%20-%20Pacheco%20Margarita.pdf>>. Acceso en: 3 sep. 2017.

RODRÍGUEZ, María Clara. et al. **Producción social del hábitat y políticas en el área metropolitana de Buenos Aires**: historia con desencuentros. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 2007. (Documento de trabajo, 49).

SALAS, Pedro Antonio. En una noche amance un barrio. **El Tiempo**, Bogotá, 25 sept. 1998. Disponible en: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-753225>>. Acceso en: 3 sep. 2017.

SANTOS, Milton. **La naturaleza del espacio: técnica y tiempo, razón y emoción**. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

SEGRE, Roberto. **Tres décadas de reflexiones sobre el hábitat latinoamericano**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2005.

SEQUEIRA, Marta. La Sabana de Bogotá es dominable desde un avión, las montañas bogotanas desde una habitación. In: OBYRNE, Maria Cecilia (ed.). **Le Corbusier en Bogotá, 1947-1951**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2010, p. 216-223.

SMITH, Neil. **La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **Identidad y política de la acción colectiva**: organizaciones populares y luchas urbanas en Bogotá, 1980-2000. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.